

The background of the cover is a photograph of a tall, modern building with many windows, viewed from a low angle looking up. The image is partially obscured by large, semi-transparent green and blue geometric shapes that create a layered, architectural effect. A thin yellow line also runs across the composition.

RELATÓRIO ANUAL
E **DEMONSTRAÇÕES**
FINANCEIRAS

2018

RELATÓRIO ANUAL 2018

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fazer sempre melhor aquilo que já sabe fazer bem é um compromisso. Pelo que demonstrou em 2018, nas suas realizações, a Transpetro segue alinhada a essa premissa. Os resultados alcançados demonstram o aprimoramento da gestão e a competência das equipes na execução do Plano Estratégico (PE), mesmo diante do cenário desafiador do mercado de petróleo e gás. Com sua gestão voltada à otimização de custos e à diversificação da carteira de clientes, a empresa conseguiu atenuar os efeitos negativos da queda de movimentação de produtos em seus terminais e oleodutos e avançar no segmento de transporte marítimo, com o aumento na capacidade e na participação no volume movimentado na Petrobras. Os avanços incorporados ao nosso Estatuto Social, por sua vez, fortaleceram a governança da Companhia, impulsionando a busca de resultados cada vez mais sólidos.

O alcance das métricas de performance estabelecidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para 2018, somado às diversas iniciativas empreendidas ao longo do ano, indica que a Transpetro segue empenhada em se tornar cada vez mais competitiva e rentável, valorizando as pessoas e priorizando a segurança nas suas atividades.

Nossa trajetória em 2018, reproduzida neste relatório, revela uma Companhia que está se consolidando como um competidor cada vez mais eficiente no mercado em que atua. Temos o compromisso de manter essa trajetória e conquistar resultados ainda melhores, atentos aos desafios e gerindo os riscos dos nossos negócios, como as derivações clandestinas (furto ou tentativa de furto de produtos diretamente nos dutos) que continuarão exigindo ações de prevenção e pronta-resposta. É nesse contexto que o Conselho de Administração reforça sua missão de contribuir com a visão estratégica, orientando e apoiando o negócio na busca de resultados sustentáveis no longo prazo e na superação dos desafios que se colocam no nosso horizonte.

Marco Antônio Mayer Foletto
Presidente do Conselho de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA TRANSPETRO

Em 2018 a Transpetro atingiu as métricas de performance estabelecidas no Plano Anual de Negócios (PAN) 2018. Alcançamos 0,87 na Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), abaixo do Limite de Alerta (LA) de 1,00, e 2,83 no indicador de Dívida Líquida/Ebitda, melhor que a meta de 3,44.

Também conseguimos resultados importantes, melhores do que o planejado, com R\$ 2,04 bilhões em lucro bruto contra R\$ 1,85 bilhão previsto; com a redução de R\$ 220 milhões nos gastos operacionais gerenciáveis (GOG) em relação ao previsto (R\$ 5,16 bilhões contra R\$ 5,38 bilhões) e na realização de um Ebitda de R\$ 1,42 bilhão, 4,9% acima do orçado.

Em relação ao ano anterior, nosso lucro bruto cresceu 3% (R\$ 2,04 bilhões contra R\$ 1,98 bilhão). Em bases comparáveis após ajustes pela inflação, conseguimos reduzir nossos gastos operacionais gerenciáveis em R\$ 146 milhões. Nosso Ebitda reduziu em 10% devido a fatores não operacionais que impactaram o resultado.

Esses números demonstram o grande empenho de todos para superar as dificuldades de um ambiente de negócios ainda adverso, com a economia brasileira apresentando trajetória lenta de recuperação, além dos impactos da greve dos caminhoneiros, no primeiro semestre, sobre a movimentação de derivados de petróleo.

No segmento de Dutos e Terminais, convivemos ainda com os efeitos da redução de cargas processadas nas refinarias, agravada pela ocorrência operacional ocorrida em agosto na Refinaria de Paulínia, a maior da Petrobras em volume processado. Embora tenhamos recuperado parcialmente nossa participação no mercado de derivados, registramos, no ano, movimentação de 564 milhões de metros cúbicos de petróleo e derivados em nossos terminais e oleodutos, resultado 1,4% inferior ao estabelecido em 2017. Já a nossa movimentação média de gás natural – 64,6 milhões de metros cúbicos por dia – foi 7,4% menor que no ano anterior.

Na área do transporte marítimo, encerramos o ano com dois navios a mais no comparativo com 2017. Ao ampliarmos a capacidade de movimentação de nossa frota, alcançamos crescimento de 3,3% no volume de produto transportado em relação ao ano passado.

Apesar do efeito negativo do mercado em nossa receita operacional, o desempenho do Ebitda acima do previsto foi possível em função da economia gerada pela redução dos gastos operacionais gerenciáveis. Em 2018, superamos pelo quarto ano consecutivo nossa meta de diminuição do GOG. Desconsiderando-se os efeitos da inflação e do câmbio, a redução acumulada nesse período atingiu o montante de R\$ 3,05 bilhões, proporcionando um ganho significativo de produtividade em custos na prestação de nossos serviços.

O resultado é consequência direta do trabalho de planejamento, execução e controle das ações de otimização de processos e estrutura e da redução de custos e gastos que permeiam todos os níveis da organização e dos nossos planos ao longo desses anos.

Apesar de todo esse esforço, o lucro líquido contábil do exercício foi impactado fortemente por uma provisão de baixa por impairment de R\$ 1,63 bilhão devido à expectativa de queda acentuada dos fretes marítimos projetados no Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2019-2023 em relação ao previsto no quinquênio anterior, indicando elevada volatilidade nas projeções de frete do setor. Consequentemente, nosso resultado líquido contábil reportado registrou um prejuízo de R\$ 809 milhões. Desconsiderando-se o efeito do impairment, o lucro líquido alcançado foi de R\$ 267 milhões, muito próximo da meta prevista no PAN 2018, de 274 milhões (- 3%).

No comparativo com o ano anterior, o lucro líquido, desconsiderando o efeito de impairment, representou uma queda de 29% (R\$ 267 milhões versus R\$ 374 milhões), refletindo o impacto de fatores não operacionais já mencionados e maiores despesas financeiras devido à expansão de nossa frota de navios.

Merece destaque ainda um fato que persistiu neste exercício e influenciou negativamente no lucro líquido: os gastos decorrentes das derivações clandestinas para furto de petróleo e derivados em nossos dutos, que atingiu a soma de R\$ 116 milhões, com 261 ocorrências. As ações adotadas no período e a estrutura dedicada implantada neste ano pela Companhia já indicam uma diminuição no crescimento desses ataques.

Os investimentos realizados em 2018 totalizaram R\$ 1,45 bilhão. A maior parte desse recurso, cerca de 80%, foi destinada à construção de novos navios – já contratados – no país: ao longo do ano, incorporamos à nossa frota três embarcações da classe aframax e um gaseiro, o que resultará no aumento das receitas futuras da Companhia.

Em conformidade com o nosso PNG, destinamos também nossos investimentos à manutenção da infraestrutura de Dutos e Terminais e à docagem de navios. O montante alocado é fundamental para conservarmos a integridade dos nossos ativos e instalações, prolongarmos sua vida útil e melhorarmos sua produtividade.

Os bons resultados operacionais e de redução de custos foram obtidos mantendo nosso compromisso com Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Apesar da boa performance nos indicadores de segurança, com destaque para a TAR de 0,87, abaixo do limite de alerta e bem melhor do que o indicador de 2017 (1,08), infelizmente registramos uma fatalidade em 2018, após quase três anos desde o último evento desse tipo.

Mesmo com a melhoria do desempenho, mantivemos ao longo do ano todos os colaboradores da Companhia mobilizados para ações de prevenção de acidentes por meio da implantação do Programa Integrado de Gestão de SMS, abrangendo todas as atividades da empresa e todos os programas em vigor, tanto os corporativos, como Regras de Ouro e Compromisso com a Vida, quanto os setoriais, além de novas medidas para focar no fator humano e no conceito da interdependência em nossa cultura de segurança.

Conforme mapeado em nosso planejamento estratégico, seguimos com forte oportunidade para realizar nossas operações de forma cada vez mais segura, eficiente e conforme, sempre buscando novas oportunidades de negócio. Os progressos que alcançamos na área de governança e gestão estão tornando a Transpetro mais integrada, ágil e capacitada tecnicamente, com melhor ambiência e mais bem preparada para superar os desafios atuais e futuros para que sejamos competitivos em qualquer cenário de negócio.

Uma comprovação de que estamos no caminho certo foi o recebimento do Certificado de Nível 1 (grau máximo) no Terceiro Ciclo do Indicador de Governança IG-Sest, concedido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) às empresas que cumprem os requisitos exigidos pela Lei das Estatais. Essa e outras informações estão detalhadas neste relatório integrado por todas as áreas da Companhia.

Em nome da Diretoria, agradeço e parabeno nossos empregados e gestores de serviço pelo trabalho desenvolvido em 2018. O empenho e a capacidade técnica de nossos colaboradores e gestores foram fundamentais no ano e apontam para novas conquistas em 2019. Estendo os agradecimentos aos representantes do Conselho de Administração e seus comitês, bem como ao Conselho Fiscal pelo apoio, confiança e estímulo à realização do nosso trabalho e à gestão.

Vamos seguindo em frente com o mesmo empenho e comprometimento na execução de nossos planos e metas do PNG 2019-2023 e do planejamento estratégico!

Antonio Rubens Silva Silvino
Presidente da Transpetro

SOBRE O RELATÓRIO

Este Relatório Anual traz os destaques da nossa atuação em 2018 e busca explicar como geramos valor ao longo do tempo. Com a atual edição, avançamos ainda mais no processo de elaboração deste relato, aprimorando a qualidade das informações disponibilizadas aos nossos públicos de interesse. O objetivo é sempre proporcionar maior transparência e conectividade às informações contidas nesta publicação.

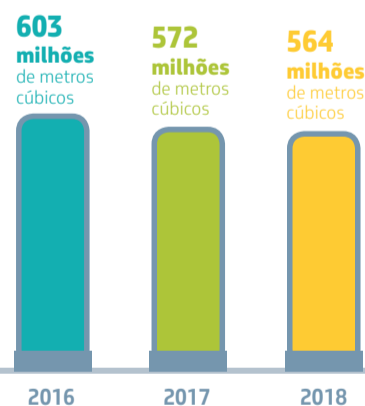
O escopo deste relato compreende nossas atividades no Brasil e no exterior, contemplando, portanto, a Transpetro Controladora e a Transpetro International B.V, nossa empresa baseada na Holanda.

O relatório foi validado por nossa Diretoria Executiva e aprovado por nosso Conselho de Administração, que autorizou sua publicação.

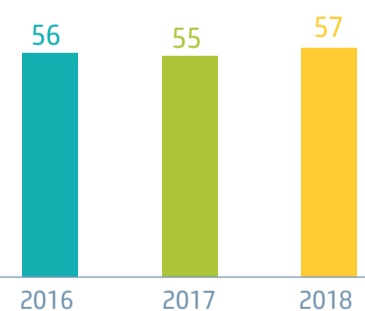
GRANDES NÚMEROS

Nossas atividades de transporte e logística se concentram em duas grandes áreas: Dutos e Terminais e Transporte Marítimo. Somos responsáveis pela operação de mais de 14 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 57 navios.

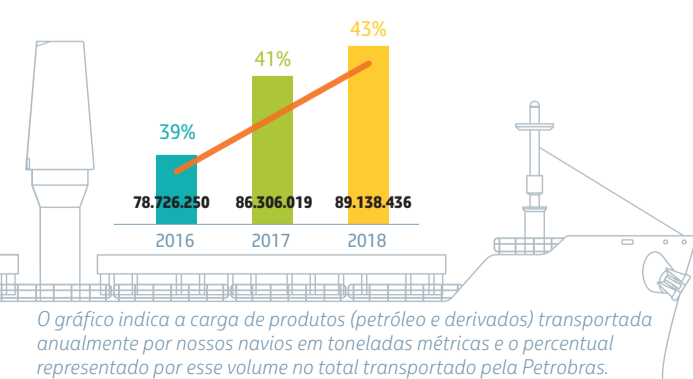
Volume Movimentado em Terminais e Oleodutos



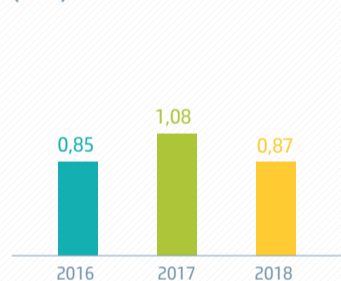
Quantidade de Navios



Carga transportada por nossos navios

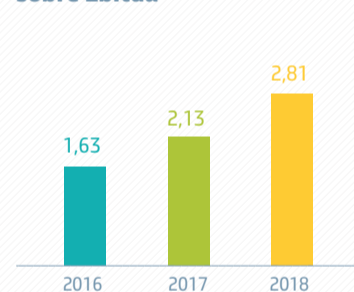


Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)



Indica a taxa de acidentados registráveis por milhão de horas-homem

Dívida Líquida sobre Ebitda



Ebitda - Sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização

RELATO ESTRATÉGICO

Nossos planos Estratégico (PE) e de Negócios e Gestão (PNG) mantiveram em 2018 as métricas de performance relativas à segurança e endividamento, respectivamente, Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) e Dívida Líquida sobre Ebitda. Adicionalmente, para melhor aferir o resultado de nossa atuação, inserimos no PNG 2019-2023, em alinhamento com a Petrobras Controladora, uma terceira métrica para avaliar a rentabilidade: o Retorno sobre o Capital Empregado (Roce).

O Roce expressa o resultado obtido em relação ao capital empregado. Quanto maior o índice, melhor é o desempenho da Companhia em usar o seu capital para a geração de valor. O resultado é estabelecido a partir da divisão do lucro operacional líquido após os impostos pelo capital investido no negócio.

Em 2018, uma de nossas métricas de performance evidenciou a capacidade da Companhia de honrar seu endividamento frente a sua geração de caixa. A base de cálculo do indicador utiliza a relação entre a Dívida Líquida e o Ebitda. O resultado alcançado no ano foi 2,81, favoravelmente abaixo da meta estabelecida (3,44). Contribuiu para a significativa melhoria apresentada nesse indicador o Ebitda acima do previsto, resultado da economia gerada nos gastos gerenciáveis.

Já o nosso principal indicador de segurança mede a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) por milhão de horas-homem. Utilizado desde 2015 para mensurar a segurança na execução de nossas atividades e largamente praticado pela indústria de óleo e gás, o indicador permite acompanhar nosso desempenho nessa área e compará-lo com as demais empresas de mesmo ramo e porte.

Em 2018, houve 33 acidentes qualificados na apuração da TAR, menos nove acidentados no comparativo com o ano anterior. Isso significa que obtivemos o resultado de 0,87 no indicador, 13% abaixo do limite de alerta estabelecido para o ano (1,00) e em conformidade com as melhores práticas do setor em nível internacional. Esse bom desempenho está associado à intensificação das ações do nosso Plano Integrado de Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS).

Em que pese a significativa redução obtida na TAR, ocorreu, infelizmente, uma fatalidade, após quase três anos desde o último evento registrado. O episódio nos levou a ampliar ainda mais as medidas para a promoção da cultura de segurança dentro da Companhia. Dentre elas, o Programa Compromisso com a Vida II.

VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E MODELO DE NEGÓCIOS

Quem Somos

Somos uma empresa brasileira de atuação global que opera de forma integrada terminais, oleodutos, gasodutos e navios e interliga as áreas de produção, refino e distribuição da Petrobras. Em função de nossa estrutura e capacidade técnica, realizamos o armazenamento e o transporte de petróleo e seus derivados, etanol, gás e biocombustíveis, incluindo as atividades de importação e exportação.

Com competência e tecnologia bem desenvolvidas para o negócio, estamos sempre prontos a atender às demandas das diversas empresas do setor, priorizando sempre uma gestão eficaz e a redução de custos, sem abrir mão da competitividade e, sobretudo, da segurança.

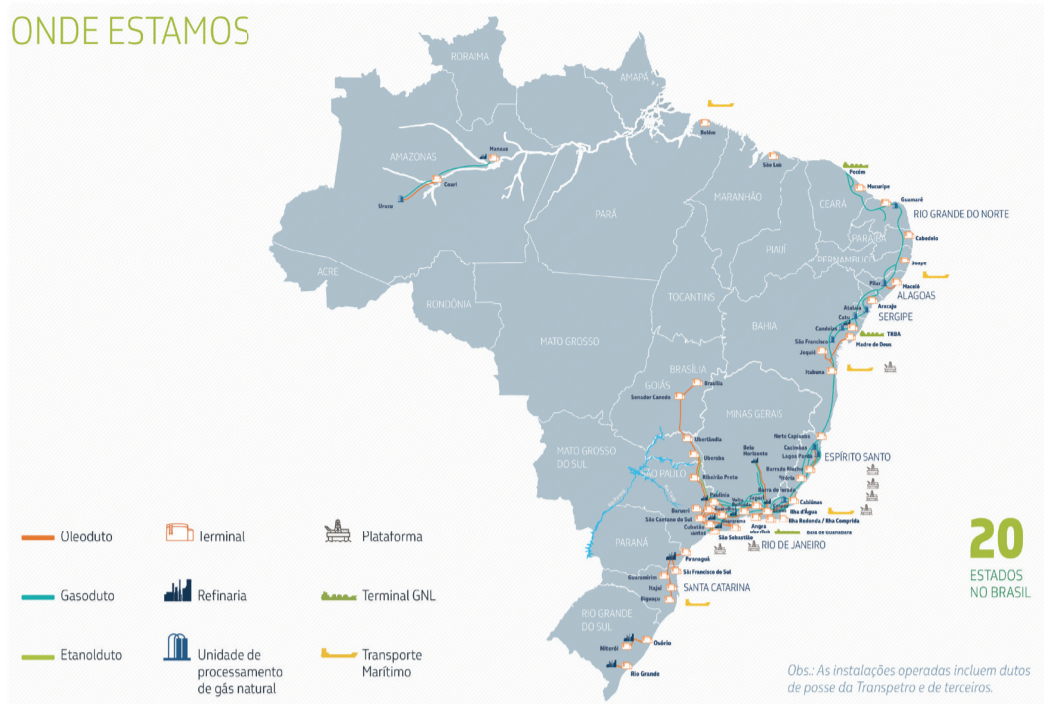
NOSSA VISÃO

Líder em transporte e logística, com foco em petróleo e seus derivados, gás e biocombustíveis no Brasil, competitiva e rentável, que evolui com a sociedade.

NOSSOS VALORES



ONDE ESTAMOS



Como geramos valor

Somos desafiados constantemente pelas rápidas mudanças provenientes de um mercado cada vez mais dinâmico e exigente. Para o alcance dos objetivos estabelecidos, seguindo sempre o modelo de melhoria contínua dos processos, aprimoramos nosso método de acompanhamento e gestão do Planejamento Estratégico, com a implantação de ações estruturadas e integradas entre as áreas. Dessa forma, estamos ainda mais habilitados a maximizar nossa capacidade operacional, focando no aumento da produtividade e na redução de custos, sempre em busca de novas oportunidades de negócios, de impulsionar a geração de valor para a Companhia e de atender às demandas da sociedade. Além dos desafios mercadológicos, em consonância com os nossos valores, estamos atentos às ameaças relacionadas às ações criminosas de furto de combustíveis das quais temos sido vítimas e que expõem a riscos as pessoas, o meio ambiente e as instalações sob nossa responsabilidade. Para tal, adotamos uma série de ações estruturadas de enfrentamento, executadas de forma matricial dentro e fora da Companhia, inclusive em conjunto com as autoridades competentes, geridas de forma centralizada pela recém-criada estrutura da Gerência Executiva de Proteção de Dutos, subordinada à Presidência.

NOSSOS CAPITAIS

Humano

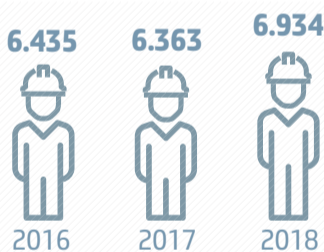
O capital humano ganha mais importância nas organizações num contexto de constantes e velozes mudanças características de um mercado competitivo e global em que estamos inseridos. Acreditamos que as pessoas são um ativo valioso e prezamos pela excelência em produtividade. Por isso, orientados pela estratégia corporativa, investimos no desenvolvimento de nossos empregados e recompensamos seus esforços com base na meritocracia e no zelo pelo clima organizacional. Nossa gestão de pessoas ocorre sob os princípios e diretrizes de nossa Política de Recursos Humanos. Promovemos o diálogo e valorizamos nossos colaboradores, em conformidade com as orientações corporativas e com base nos nossos valores e princípios éticos, a fim de alcançarmos os objetivos do negócio.

Gestão do Efetivo

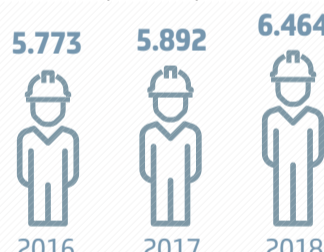
Em continuidade ao plano de adequação do efetivo, iniciado em 2017 com a publicação de edital de processo seletivo do quadro de mar, divulgamos em fevereiro de 2018 Processo Seletivo Público (PSP) para o quadro de terra, com a oferta de vagas para cargos de nível médio e superior. Em abril, prorrogamos por mais dois anos o PSP de auditores. As ações, em alinhamento com o nosso Plano de Negócios e Gestão (PNG), tiveram dois objetivos: a recomposição do efetivo mínimo, principalmente devido ao Programa de Incentivo de Demissão Voluntária (PIDV) da Petrobras Controladora, que resultou na saída de empregados que atuavam na Transpetro, e a admissão de empregados do quadro de mar para possibilitar a substituição do regime de embarque 2 x 1 (dois dias de trabalho por um de folga) pelo 1 x 1 (um dia de trabalho por um de folga) na frota de navios da Companhia. A implantação da mudança de regime foi concluída em janeiro de 2019, em alinhamento às práticas de mercado e à demanda histórica dos nossos marítimos (integrantes do quadro de mar). Considerando os quadros de terra e mar, admitimos em 2018 um total de 845 novos empregados oriundos dos Processos Seletivos Públicos vigentes. Com isso, terminamos o ano com uma equipe formada por 6.464 empregados, representando um aumento de 9,76% do nosso efetivo em relação a 2017.

Composição do Efetivo

Visão com empregados cedidos para a Transpetro e sem empregados cedidos pela Transpetro



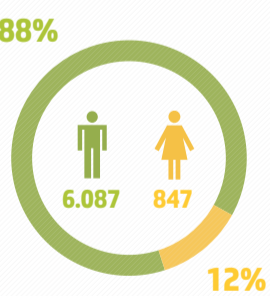
Visão sem empregados cedidos para a Transpetro e com empregados cedidos pela Transpetro



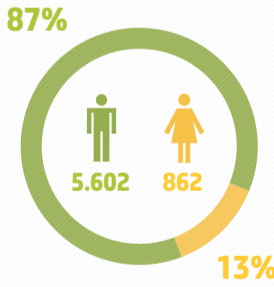
* NCO (indicador implantado em 2016)
 □ ISE – Índice de Satisfação dos Empregados
 □ NCO – Nível de Comprometimento Organizacional
 □ IPRS – Indicador de Percepção de Responsabilidade Social
 □ SD – Satisfação Declarada

Efetivo por gênero

Visão com empregados cedidos para a Transpetro e sem empregados cedidos pela Transpetro - 2018

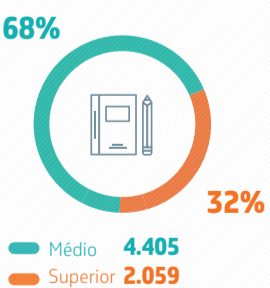


Visão sem empregados cedidos para a Transpetro e com empregados cedidos pela Transpetro - 2018

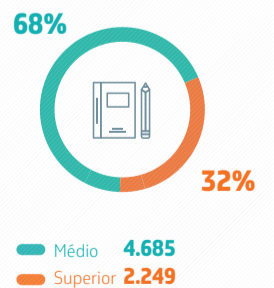


Efetivo por escolaridade

Visão com empregados cedidos para a Transpetro e sem empregados cedidos pela Transpetro - 2018



Visão sem empregados cedidos para a Transpetro e com empregados cedidos pela Transpetro - 2018



Nota: Em 2018, passamos a considerar na composição do efetivo os empregados da Transpetro cedidos para a Petrobras e a não contabilizar os empregados da Petrobras cedidos para a Transpetro. Neste relatório, estamos mantendo as duas visões (contabilizamos também os empregados que atuam efetivamente na Transpetro, próprios ou cedidos, independentemente de sua empresa de origem na Petrobras) a título de comparação histórica.

Gestão do Capital Humano

Com o objetivo de promover o alinhamento da nossa gestão de Recursos Humanos, disseminar boas práticas de gestão de pessoas e analisar o desempenho da função RH, contamos com o Comitê de RH. Composto por gerentes executivos das diversas áreas da Companhia, o comitê se reúne mensalmente e conta também com a participação trimestral da Diretoria. Em alinhamento com a nossa visão, valores e estratégias, revisamos as iniciativas de RH para o horizonte 2018-2022. Direcionadoras de nossas ações, essas iniciativas são desenvolvidas por meio de projetos que contemplam atividades como planejamento, alocação e movimentação de efetivo, plano de carreiras e remuneração, sucessão gerencial, desenvolvimento de competências individuais e de líderes, e gestão da cultura e de desempenho. O desdobramento dessas iniciativas pode ser verificado em algumas ações realizadas em 2018:

Sucessão Gerencial

Com a implantação do modelo de sucessão gerencial, conferimos maior transparência e objetividade aos processos de seleção de gestores e oferecemos subsídios técnicos à autoridade competente de forma a orientar sua tomada de decisão. Assim, minimizamos os riscos inerentes à designação de empregados à função gerencial. Em 2018, um terço das posições gerenciais já foram preenchidas por meio desse processo. Isso inclui as funções de diretor,

conselheiro e integrante de comitês estatutários. No total, avaliamos no ano 98 candidatos. Visando ainda atender às exigências legais e de órgãos externos de controle, 138 empregados indicados para posições gerenciais e dez dirigentes (entre diretores, conselheiros e membros de comitês estatutários) foram avaliados em relação ao atendimento de critérios corporativos, conforme definidos no modelo de sucessão aprovado. Na Diretoria de Transporte Marítimo, a fim de garantir maior clareza e objetividade com relação às qualificações requeridas e desejáveis para provimento das funções gerenciais da área e, paralelamente, atender aos requisitos de auditoria do *Tanker Management Self Assessment* (TMSA), mapeamos as 37 posições existentes. Com essa iniciativa, estamos mais bem preparados para conduzir futuros processos de seleção e indicação para as funções de liderança. Além disso, podemos disponibilizar soluções educacionais mais aderentes às necessidades de cada função.

Carreira

Implantamos em 2018 o novo Plano de Carreira e Remuneração (PCR), em atendimento a uma das iniciativas do nosso Plano de Negócios e Gestão 2018-2022. Medida similar foi adotada pela Petrobras Controladora. Ao modernizar essa importante ferramenta de gestão de pessoas, alcançamos maior mobilidade interna e flexibilidade no planejamento das carreiras de cada empregado e estimulamos a meritocracia. Para validação do modelo do PCR, realizamos três *workshops* com todos os nossos gerentes executivos. Promovemos ainda quatro Grupos de Foco com 60 empregados sem função gratificada – dois na Sede (RJ), um no Terminal de Suape (PE) e outro no Terminal de São Caetano (SP) – antes de o novo plano ser encaminhado para aprovação do nosso Conselho de Administração. No lançamento do PCR, em 1º de outubro, nosso quadro de terra era composto por 3.611 empregados, dos quais 3.094, o equivalente a 85,7%, migraram para o novo plano. Esse número tende a aumentar, visto que o empregado afastado pode migrar até 60 dias após o seu retorno ao trabalho. Realizamos também em 2018 diversas iniciativas de alinhamento da gestão de desempenho de pessoas ao nosso Planejamento Estratégico (PE), que se refletiram em metas individuais dos empregados envolvidos. Além disso, analisamos o desdobramento das metas em nossa estrutura hierárquica e realizamos auditoria das metas negociadas, como forma de identificar possíveis melhorias e garantir que a gestão de desempenho seja ferramenta para o alcance dos objetivos da Companhia.

Regimes de Trabalho

A redução opcional da jornada de trabalho mediante diminuição proporcional de remuneração beneficiou 40 empregados em 2018. A opção disponibilizada aos empregados que atuam em regime administrativo com horário flexível e sem função gratificada não é definitiva e pode ser descontinuada ou renovada periodicamente. Essa prática permite a flexibilização das rotinas de trabalho do empregado, propiciando um melhor balanço entre sua vida pessoal e profissional. O programa tem sido bem aceito, considerando que nenhum gestor até o momento solicitou o retorno do empregado ao regime tradicional antes dos prazos inicialmente acordados. No quadro de mar, demos continuidade à implantação do Regime 1x1, que determina um dia de folga por um dia de trabalho. A implementação do regime em toda a frota resultou ainda na promoção de 165 profissionais a novos cargos.

Teletrabalho

Iniciamos em setembro de 2018 o piloto do projeto de teletrabalho. O público-alvo são empregados das gerências executivas de Recursos Humanos e de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, no total de 28 empregados. O teletrabalho visa conciliar os interesses de otimização de desempenho e produtividade da Companhia ao pleito dos empregados por medidas de flexibilização de jornada e de local de trabalho. O piloto do projeto tem a duração de seis meses. Ao final do período, realizaremos uma avaliação para definir a viabilidade da implementação do teletrabalho nas demais áreas da Companhia, respeitadas as particularidades de cada uma delas.

Ambiência Organizacional

Ambiência Organizacional é o conceito utilizado internamente na Petrobras para abrigar o conjunto de elementos que tratam das condições e relações de trabalho e do vínculo empresa-empregado, incluindo a seguinte combinação: satisfação com o trabalho, clima, cultura e comprometimento organizacional. A gestão da ambiência organizacional compreende ainda a intervenção em aspectos que impactam as condições e relações de trabalho. A Pesquisa de Ambiência é um importante instrumento de monitoramento e diagnóstico, que possibilita a proposição de ações de melhoria da ambiência organizacional a partir da avaliação dos empregados sobre as práticas de gestão da Companhia. Em continuidade ao desenvolvimento do nosso Plano Corporativo de Ambiência baseado nos fatores indutores apontados pela pesquisa, nossas gerências em todo o Brasil elaboraram 193 Planos de Ação Locais em 2018. A aplicação da pesquisa referente a 2017 ocorreu entre abril e maio de 2018 e registrou um recorde de respondentes, com a participação de 70% dos nossos empregados. O quadro de mar também estabeleceu um recorde ao atingir 48% de respondentes. O Índice de Satisfação dos Empregados (ISE) alcançou 60 pontos. A pesquisa de ambiência nos possibilita também conhecer o Índice de Satisfação Global (ISG) ou apenas Satisfação Declarada. Resulta de um item que mede o nível de satisfação geral com as condições e relações de trabalho da Companhia e é obtida a partir da média aritmética dos percentuais de satisfação dos empregados, considerando todas as dimensões pesquisadas. Com isso, dispomos de mais um insumo para as tomadas de decisão relativas ao clima organizacional. A Satisfação Declarada atingiu 79 pontos, seis a mais em relação à pesquisa anterior. A próxima edição da pesquisa está prevista para o primeiro semestre de 2019. Confira a evolução dos indicadores relativos à Pesquisa de Ambiência nos últimos anos:

Principais benefícios concedidos a empregados

Planos de Previdência – Patrocinamos um plano de previdência complementar na modalidade contribuição variável, o Petros 2. Os 5.008 inscritos no fim de 2018 correspondem a 79% dos nossos empregados.
Plano de Saúde – Nossos empregados são atendidos pelo plano de assistência médica supletiva da Petrobras: a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS). O plano oferece serviços médico-hospitalares e odontológicos a todos os empregados ativos e inativos e seus dependentes, na modalidade coparticipação. Os participantes também têm acesso a programas complementares como o Benefício Farmácia, destinado, principalmente, às pessoas em tratamento de doenças crônicas priorizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde. Além disso, dispõem de tratamento de doenças psiquiátricas e neurológicas selecionadas tecnicamente, também em coparticipação.
Benefícios Educacionais – A fim de contribuir para a formação dos dependentes de nossos empregados, mantemos os programas Benefícios Educacionais e Jovem Universitário. Por meio deles, custeamos parte das despesas dos empregados com educação, desde a creche até o ensino superior. O pacote de benefícios que oferecemos constitui importante ferramenta de atração e retenção do empregado, tendo em vista a quantidade e qualidade dos benefícios ofertados em comparação ao mercado.

Centralização do RH

O desafio de centralizar os serviços oferecidos demandou planejamento, análise de ferramentas de atendimento, alternativas de automação dos processos, estudos de benchmarking dentro da Petrobras e em outras empresas. Hoje, nossos empregados de terra e mar emitem solicitações de serviços de Recursos Humanos exclusivamente pelo Serviço de Atendimento ao Empregado (SAE), sistema online customizado por assuntos relacionados ao RH. Os empregados interagem com a área de, de qualquer lugar, pelos canais de atendimento disponibilizados (website, e-mail ou telefone). Todos os processos demandados por um desses canais são encaminhados às áreas afins do RH para o devido tratamento. Em 2018, contabilizamos 72.804 atendimentos a empregados, o que corresponde, aproximadamente, a 300 chamados por dia.

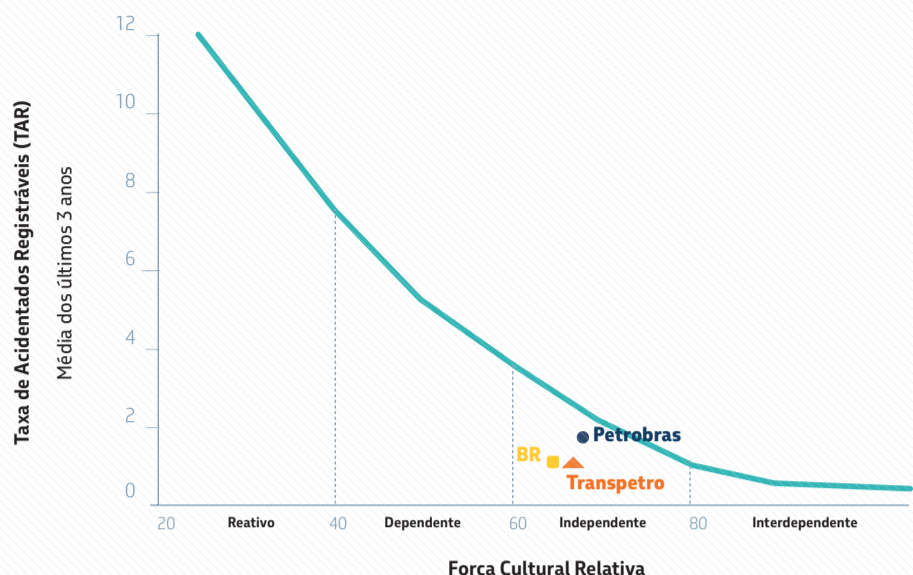
Segurança e Saúde

Implantamos em 2018 o Plano Integrado da Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), em alinhamento ao nosso Planejamento Estratégico. Além de agregar todos os projetos, iniciativas e ações relacionadas ao tema, o plano tem como objetivo reforçar o comprometimento de nossos colaboradores com o assunto. “Observar e Agir” é o lema que traduz o nosso empenho em aperfeiçoar nossa cultura de segurança. Essa concentração de esforços nos possibilitou uma melhoria nos resultados dos indicadores de SMS, com destaque para a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), a Taxa de Ocorrências Registráveis (TOR) e o Percentual do Tempo Perdido (PTP). As medições executadas mensalmente demonstraram um alinhamento da curva de realização do plano com a melhoria dos indicadores. A despeito da meta zero de acidentados, quando analisamos o indicador TAR de 2018 em comparação com o ano anterior, notamos uma significativa melhora, com a redução de nove acidentados. Esse bom resultado está associado à intensificação das ações do Programa Compromisso com a Vida e do Plano Integrado de Gestão de SMS, que contribuíram para reverter a preocupante tendência de acidentes que vinham sendo registrados no ano. Portanto, em 2018, com os esforços e ações de todos, cumprimos a meta de performance no item segurança. Ainda assim, devemos continuar atentos, pois segurança é um valor inegociável para a Petrobras e, consequentemente, para a Transpetro. Em relação às Normas ISO 9.001 (Qualidade), ISO 14.001 (Meio Ambiente) e OHSAS 18.001 (Saúde e Segurança), mantivemos as nossas certificações em 2018 e, além disso, vencemos o desafio de adaptar a gestão de nossas unidades certificadas às novas versões internacionais das Normas de Gestão da Qualidade e de Gestão Ambiental.

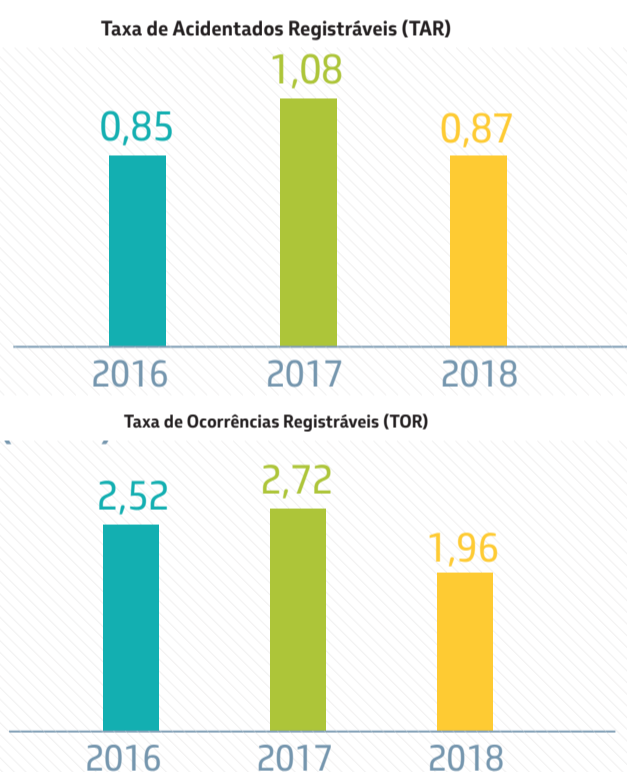
Segurança

Estamos evoluindo para implementar uma cultura de segurança interdependente visando atingir o nosso objetivo, que é acidente zero. Reforçamos também, durante o ano, a aplicação rigorosa das nossas diretrizes e procedimentos de SMS. Elaboramos nosso Plano Integrado da Gestão de SMS, que engloba o Programa Compromisso com a Vida, comum a toda a Petrobras. No Plano Integrado destacamos as seguintes ações:

• **Pesquisa de Percepção de Cultura de SMS** - Realizada em conjunto com a Petrobras Controladora e a DuPont. Fomos diagnosticados no estágio independente de percepção, segundo a Curva de Bradley. A cultura independente caracteriza a empresa em que os empregados entendem que segurança é importante e seguem as regras, mesmo quando a supervisão não está presente. Porém, ainda não é observada a disciplina em ajudar o outro em relação às questões de segurança. A mesma pesquisa nos subsidiou para a criação de um plano de ação voltado ao tratamento das lacunas encontradas, com o objetivo de atingirmos o estágio de interdependência.



- **Plano de Redução de Acidentes** - Atingimos as expectativas ao promover a redução de acidentes.
 - **Padrão Básico de Segurança** - Inspirado em uma prática de sucesso adotada pela Petrobras Controladora na área do Refino, o PBS é um guia de bolso com as orientações mínimas de segurança que devem ser sempre cumpridas. A implantação piloto do PBS abrangeu os terminais do sul do país, com boa aceitação dos colaboradores e reflexo nos resultados de segurança.
 - **Campanhas de segurança** - relacionadas às atividades críticas. Trabalhamos os principais tipos de acidentes de forma a motivar o processo de evolução da cultura de segurança.
 - **Incident Command System (ICS)** - Iniciamos a implantação dessa metodologia de gerenciamento de crise, pautada na atuação modular e expansiva, com foco nas ações de operação, planejamento, logística e finanças. A ferramenta visa padronizar as ações de resposta a situações de crise na Transpetro. Com modelos mundialmente utilizados, o ICS facilita o intercâmbio e a interação entre diferentes atores e órgãos públicos, quando necessária uma atuação conjunta.
 - **Treino dos auditores** - comportamentais com o objetivo de reforçar e melhorar a qualidade das auditorias e a análise crítica do processo. É importante que as auditorias sejam bem realizadas para a identificação e tratamento dos desvios, evitando a ocorrência de acidentes.
 - **Libra** - Aprimoramento, nos navios, da metodologia de isolamento de energia, com o objetivo de enquadrá-la ao recomendado pela sistemática de Liberação, Isolamento, Bloqueio, Raqueteamento e Aviso (Libra), visando à prevenção de acidentes dessa natureza.
 - **Visitas Técnicas** - Com vistas a aproximar os colaboradores em regime de embarque das melhores práticas da Petrobras, aumentamos o número de visitas técnicas realizadas por profissionais de segurança a bordo dos navios.
 - **Tanker Management and Self Assessment (TMSA)** - Adotamos a ferramenta de autoavaliação do sistema de gerenciamento de navios. O TMSA compara o grau da qualidade da gestão com as boas práticas da indústria marítima mundial, inclusive com foco em segurança.
- Todas essas ações contribuíram para a melhoria dos nossos resultados, sobretudo da TAR e TOR, conforme indicam os gráficos abaixo.



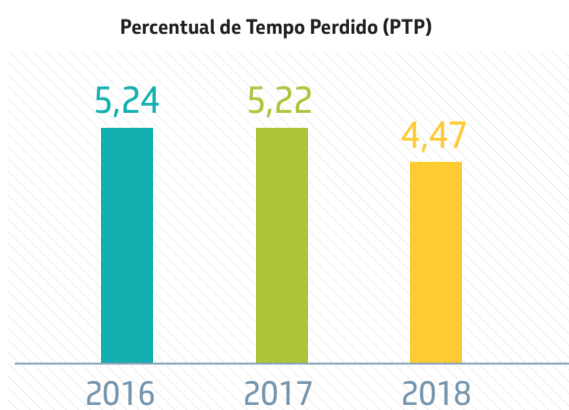
Nossos resultados de 2018 apresentaram substantiva melhoria em relação a 2017 e exigem que estejamos cada vez mais vigilantes e atentos aos riscos, reforçando a necessidade do cuidado diário e constante com a segurança.

Saúde
Com visão integral e contínua do indivíduo, cuidamos do mais relevante capital da Companhia: o humano. Mantemos, como valor principal, o respeito à vida e às pessoas. Nossa gestão continua sendo realizada por meio de programas como o Compromisso com a Vida, de Prevenção de Riscos Ocupacionais, de Controle Médico de Saúde Ocupacional e de Promoção da Saúde, em uma abordagem integrada com os processos de segurança, meio ambiente e higiene ocupacional.

Em 2018, implantamos nos navios da nossa frota e no Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL) o Programa de Alimentação Saudável, customizado para essas unidades. O programa tem como objetivo reduzir os fatores de risco para doenças crônicas não transmissíveis que possam estar relacionadas à alimentação. Ações como redefinição de cardápio e educação para a saúde promoveram a redução do colesterol e da circunferência abdominal dos empregados do CNCL; e do risco coronariano e do índice de massa corporal dos empregados da Diretoria de Transporte Marítimo (DTM). A diminuição desses parâmetros contribuiu para a consequente redução do risco de doenças cardiovasculares dessas equipes.

Obtivemos o credenciamento pela Marinha do Brasil para ministrarmos o Curso de Primeiros Socorros Médicos aos oficiais tripulantes dos navios da frota. Com essa iniciativa, aprimoraremos o treinamento voltado a atender às urgências e emergências em saúde.

Alcançamos redução significativa no indicador Percentual do Tempo Perdido (PTP), sustentada pela diminuição das horas perdidas por doenças. O resultado se deve a ações efetivas de promoção da saúde e de resgate do potencial laborativo para a queda do absenteísmo. Pela primeira vez, fechamos o ano com o indicador abaixo do limite de alerta. No comparativo com 2017 e 2018, houve redução de 14,07% das horas perdidas com doença.



Resultado das ações de gestão e do comprometimento dos empregados com as questões de saúde, encerramos 2018 com 99,93% dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) válidos.

Intelectual

Gestão do conhecimento, competências e desenvolvimento de pessoas

A fim de garantir a retenção e a disseminação do conhecimento necessário aos processos da Companhia, em 2018 investimos na implantação de práticas de gestão do conhecimento, com destaque para o rodízio gerencial, a tutoria e a coleta e registro de lições aprendidas.

O rodízio gerencial é uma prática que se caracteriza pela substituição temporária e planejada de um gerente por outro. Eles devem ser de áreas similares ou que tenham forte interface de processo. O objetivo é promover sinergia entre áreas e o desenvolvimento gerencial por meio da identificação de boas práticas e oportunidades de melhoria.

A tutoria, por sua vez, é uma prática que visa acelerar o aprendizado de nossos novos empregados sobre suas atividades, bem como melhor adaptá-los ao ambiente corporativo. Em 2018, realizamos um amplo programa, que contemplou os empregados recém-admitidos para o quadro de terra.

Quanto às lições aprendidas, realizamos *workshops* para coleta e registro. Todo o material reunido nos encontros ficará disponível para consulta em comunidades do Conecte, a rede corporativa virtual da Petrobras para colaboração e compartilhamento de informações. Com essa prática, esperamos que as áreas convertam sua experiência de trabalho em conhecimento para as equipes, melhorando seus processos por meio do aprendizado organizacional.

Outra iniciativa desenvolvida foi o mapeamento de conhecimentos estratégicos, aqueles que suportam os desafios da Companhia. Por essa ação, estamos identificando as lacunas e implementaremos um plano de melhoria. Em 2018, mapeamos os conhecimentos estratégicos de 64% de nossas gerências executivas.

Realizamos também a revisão do Modelo de Competências Transpetro, com o objetivo de garantir alinhamento ao nosso novo Plano de Cargos e Remuneração (PCR) e ao Modelo de Competências Petrobras. Com essa revisão, foi possível diferenciar as competências exigidas dos empregados conforme eixo de atuação e reforçar as competências distintivas para atuação de Gestores e Especialistas.

Contamos também com o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), uma das nossas ferramentas tecnológicas que suporta o nosso processo de Educação Corporativa. O AVA reúne uma gama de soluções educacionais, desenvolvidas por empresas parceiras, que disponibilizam ainda especialistas nacionais e internacionais de renome; e soluções técnicas, elaboradas por profissionais especializados da Transpetro. A iniciativa é considerada um projeto de Gestão do Conhecimento Técnico da Companhia.

Em 2018, criamos e reformulamos trilhas de aprendizagem no AVA. Entre elas, as trilhas de competências individuais corporativas, de conhecimentos transversais (comunicação, negociação, didática de ensino para instrutores, atendimento ao cliente e gestão de projetos) e de ambientação. Em relação ao ano anterior, registramos aumento de 44,30% em relação à carga horária realizada pelos empregados na ferramenta e 41,68% no número de participantes. A satisfação dos empregados com a ferramenta, mensurada pela Avaliação de Reação, é de 92%.

Entre as ferramentas disponibilizadas para o desenvolvimento de recursos humanos, investimos ainda nos simuladores de Passadigo e Máquinas, utilizados para a capacitação e qualificação das nossas equipes do quadro de mar. Em 2018, o simulador de praça de máquinas foi ampliado visando oferecer novos cursos de elevada importância para a carreira marítima.

Com vistas a manter o foco na Gestão de Pessoas, demos continuidade ao Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL). O objetivo é transformar gestores em líderes, provendo soluções eficazes de desenvolvimento, alinhadas às necessidades priorizadas por nossa Diretoria. O PDL é uma solução transversal, construída em conjunto com a Fundação Dom Cabral (FDC). São três módulos presenciais de 40 horas, que abordam conteúdos críticos aplicados à realidade da Transpetro, e atividades a distância de suporte a cada encontro presencial.

Dos nossos gestores, 86% já foram capacitados pelo menos no Módulo I do programa. Os números referentes a 2018 são os seguintes:

| Módulo | Participações | Quantidade de turmas |
|--------|---------------|----------------------|
| I | 228 | 8 |
| II | 172 | 6 |
| III | 65 | 3 |

Em 2018, iniciamos o Programa de Desenvolvimento de Executivos (PDE) para os nossos gerentes executivos, com temas referentes à gestão e liderança. Outro objetivo do trabalho é fortalecer as relações e ampliar a cooperação entre as áreas. Com carga horária de 65 horas, o programa é composto por atividades de *workshop*, *coaching* interpares e elaboração de Plano de Desenvolvimento Individual.

Adotamos também soluções customizadas, a fim de atender mais especificamente nossos objetivos estratégicos, voltados à ampliação de nossa carteira de negócios e clientes. Entre as atividades desenvolvidas em 2018, estão os Jogos de Negócio para a área de Comercialização; o *Control Room Management (CRM)*/Gerenciamento de Crise, além dos programas de Mercado e de Confiabilidade.

Ampliamos ainda o Programa de Qualificação em Dutos e Terminais (PQDT), com a disponibilização de dez novas disciplinas em 2018. Para atendimento dos empregados do quadro de mar, realizamos treinamentos na trilha de aprendizagem estruturada especificamente para o desenvolvimento dos marítimos.

A Marinha renovou nosso credenciamento para a oferta de dois cursos específicos do Ensino Profissional Marítimo: o Especial para Oficiais de Proteção de Navios (EOPN) e o Especial Básico de Conscientização sobre Proteção de Navios (EBPCP). Obtivemos também novo credenciamento para a aplicação do Curso Especial de Primeiros Socorros Médicos (EPSM).

Esses reconhecimentos atestam a qualidade dos cursos que oferecemos e diminuem nossa necessidade de contratar entidades externas, possibilitando mais agilidade na disponibilização de soluções educacionais adequadas às nossas atividades. Em conformidade com o processo de melhoria contínua de nossos resultados, promovemos ainda o Workshop de Operação Integrada. O encontro teve por objetivo a troca de experiências entre as lideranças da Sede e os representantes de nossas diversas regionais, resultando na apresentação de propostas para a formulação do plano diretor dos nossos sistemas de operação de dutos e terminais.

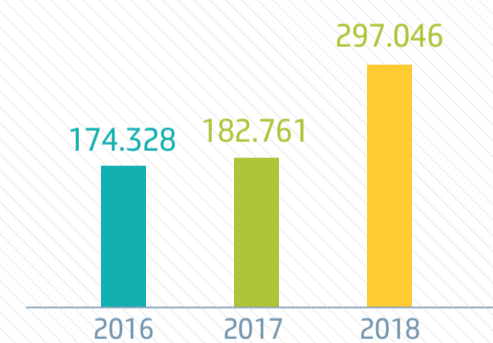
Para o aperfeiçoamento de nossas práticas perante as referências da indústria mundial, promovemos outros dois grandes fóruns de disseminação de conhecimentos. Fundamentado nos macroprocessos de gestão, engenharia de manutenção, planejamento e execução, o Workshop do Plano Diretor de Manutenção teve como foco o conceito de Gestão de Ativos e seus preceitos.

Já o Workshop de Otimização e Integração da Inspeção e Manutenção (Otiima) se mostrou uma oportunidade para o aumento da eficiência e eficácia do processo de Disponibilidade dos Ativos, com redução de custos e do impacto operacional.

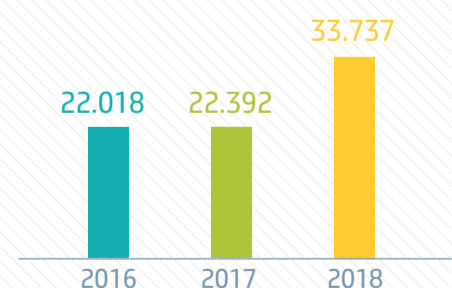
Realizamos também em 2018 cursos de formação para a capacitação dos novos empregados, visando garantir as competências necessárias ao desempenho de suas atribuições. Os oficiais de náutica, oficiais de máquinas e empregados do quadro de terra recém-admitidos passaram inicialmente por um programa de ambientação para conhecer melhor a Companhia, os aspectos relativos a suas carreiras e o dia a dia de trabalho. Foram contemplados 813 novos empregados: 286 oficiais, 383 da guarnição e 144 do quadro de terra.

Todas as ações para os empregados de terra e de mar atendem às ações estratégicas das áreas de negócios, reforçam o papel fundamental da capacitação dos empregados para o aumento da produtividade e contribuem para a redução de custos e o aumento da rentabilidade. No total, investimos em 2018 mais de R\$ 14,6 milhões nas diversas formas de capacitação. Confira nos gráficos abaixo números referentes aos treinamentos oferecidos a empregados Transpetro e cedidos pela Petrobras que atuam na nossa Companhia.

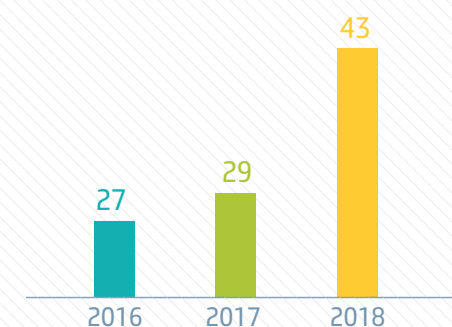
Total de horas treinadas



Número de participações de empregados em treinamentos



Média de horas treinadas por empregado



Prêmios e Reconhecimentos

Indicador de Governança (IG-SEST)

A Transpetro recebeu o certificado do Indicador de Governança, criado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). O indicador tem como objetivo avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela lei nº 13.303/2016 e é apurado em três dimensões: Gestão, Controle e Auditoria; Transparência das Informações; e Conselhos, Comitês e Diretoria.

Maiores e Melhores do Transporte

Pela 13ª vez, recebemos o prêmio Maiores e Melhores do Transporte, concedido pela OTM Editora, na categoria Transporte Marítimo e Fluvial. Para a premiação foram analisados os balanços financeiros de 1.200 empresas que, somadas, representam uma receita operacional líquida de R\$ 2,42 trilhões.

Empresa Amiga da Criança

Em 2018 a Fundação Abrinq reconheceu a Transpetro, pela oitava vez, como uma Empresa Amiga da Criança, confirmando a importância das ações que desenvolvemos em 2017 a favor da infância e da adolescência. Entre os projetos que contribuíram para esse reconhecimento estão o Botos da Barra e o Tenda Itinerante, além de ações de voluntariado como as campanhas da Criança, do Livro, do Agasalho e de Natal.

Reforçando as temáticas voltadas à Garantia da Defesa de Crianças e Adolescentes (GDCA), realizamos também, em comunidades vizinhas às nossas instalações, as campanhas do Carnaval (com a divulgação dos canais Disque 100 e Disque 180), do Outubro rosa, do Novembro azul, de Combate à violência contra a mulher e de Enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Certificação Empresa Cidadã

Iniciativa promovida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro atestou a qualidade das nossas informações contábeis e valorizou as atividades socioambientais e práticas de responsabilidade social que desenvolvemos.

Social e de Relacionamento

O relacionamento com nossos públicos de interesse é mantido por meio do diálogo aberto e contínuo com a sociedade. Para isso, seguimos nossa Política de Comunicação, alinhada com as diretrizes adotadas pela Petrobras e adequada ao que estabelece a lei 13.303/2016, conhecida como Lei das Estatais. Temos como princípios básicos a comunicação de forma consistente, coerente, verdadeira, transparente, simples e ágil com todos os nossos públicos, respeitando as diversidades humanas e culturais e fornecendo informações claras e precisas, inclusive em situações e eventos sensíveis.

Nesse contexto, mantivemos no último ano as ações de relacionamento com os moradores vizinhos às faixas de dutos com o objetivo de fortalecer nossa mensagem de alerta sobre os riscos de vazamentos, incêndios e explosões provocados pela intervenção intencional e criminosa de terceiros nos dutos que operamos. Instituímos o 16 de agosto como dia oficial de segurança na faixa. Nessa data, divulgamos nosso telefone de emergência, o 168, em oito comunidades localizadas nas capitais do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Em 2018, quando completamos 20 anos de atividades, fortalecemos nosso posicionamento de marca, desenvolvido a partir do propósito que direciona nossas atividades, o mesmo da nossa empresa controladora: prover a energia que move a sociedade a realizar o seu potencial.

Ressaltamos, por meio de ações de comunicação, nossa capacidade técnica única; o histórico de superação de desafios; nossa gestão empresarial com foco em resultados; a segurança e confiabilidade de nossas operações e o comprometimento das pessoas.

Consolidamos, ainda, nossa Política de Responsabilidade Social. O documento norteia as ações que promovemos para o desenvolvimento sustentável, para a identificação de risco social e mitigação de impactos relativos ao nosso negócio. Com a implantação da política bem como a ampliação e fortalecimento da atuação do nosso Comitê de Diversidade, reforçamos nosso compromisso com os direitos humanos e com os nossos diversos públicos.

Mantivemos ações de incentivo ao voluntariado e em prol da equidade de gênero e raça, tanto entre nossos colaboradores quanto nas comunidades vizinhas às nossas instalações. Para isso, desenvolvemos 36 ciclos de palestras para cerca de 2.900 pessoas, em sete estados. Implementamos também projetos socioambientais para fortalecer o relacionamento direto com nossas comunidades, além de fomentar o desenvolvimento local e o senso de pertencimento em áreas influenciadas diretamente por nossas operações.

O projeto Faixa Limpa, desenvolvido em cinco municípios do estado de São Paulo, enfatizou a educação ambiental e a produção inclusiva social. Ao todo, contemplou cerca de 2.700 pessoas em 200 ações de mobilização. Já o projeto De Olho no Duto levou ações socioculturais, com informações sobre segurança, integridade de dutos e o canal 168, a cerca de 90 mil pessoas dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

O Programa de Conscientização e Relacionamento com Partes Interessadas das Faixas de Dutos é outro recurso que utilizamos para estreitar os vínculos de confiança com nossos diversos públicos. Por meio dele, mantemos uma cultura de boa convivência e corresponsabilidade com as comunidades vizinhas às nossas instalações, prezando pelo diálogo e interface responsável com o objetivo de orientá-las sobre impactos decorrentes dos nossos processos operacionais e eventuais medidas de mitigação e controle. Para o relacionamento com a imprensa, contamos com uma equipe dedicada, em tempo integral, que atua conforme as diretrizes de comunicação da Petrobras. Ao longo de 2018, atendemos a 95 veículos de imprensa locais, regionais, nacionais e internacionais.

Nossa Ouvidoria-Geral dispõe de canais para o recebimento de demandas dos diversos públicos de interesse da Companhia e está funcionalmente vinculada ao Conselho de Administração, o que lhe confere independência para apontar uma atuação com transparência, equilíbrio e sustentabilidade.

Nosso Canal Único de Denúncia, gerido por uma empresa externa independente, conta com a garantia do anonimato e o nosso compromisso de não retaliação aos denunciadores. O canal é compartilhado por toda a Petrobras e está acessível 24 horas por dia, 365 dias por ano, por telefone ou pela internet.

Além disso, temos o Fale Transpetro, canal destinado ao recebimento de reclamações, sugestões, pedidos e elogios. Por fim, disponibilizamos o Serviço de Informação ao Cidadão, para o atendimento à Lei de Acesso à Informação, e o Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses.

As manifestações recebidas pela Ouvidoria são analisadas de acordo com os princípios do Código de Ética e do Guia de Conduta da Petrobras, no intuito de preservar a imagem e a reputação da Companhia.

Valorizamos também as relações institucionais na interface com órgãos governamentais, sejam reguladores ou fiscalizadores, bem como atuamos de forma estratégica e proativa para preservar a eficiência de nossas operações e evitar prejuízos de imagem ou financeiros.

Participamos de audiências e consultas públicas, reuniões formais, congressos, fóruns e feiras e integramos associações de classes como a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), *Oil Companies International Marine Forum* (Ocimf), Sociedade Latinoamericana de Operadores de Terminais Marítimos e Mono-bóias (Slom), entre outras.

Atuamos em constante interface com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Ministério de Minas e Energia (MME), Receita e Polícia Federal, órgãos da Marinha, entre outras instituições federais, estaduais e municipais.

Nossa estratégia de relacionamento é pautada na formação de grupos mistos de trabalho para discussões técnicas de interesse mútuo, obtenção de autorizações de construção e operação de empreendimentos, além da obtenção e manutenção de outorgas de funcionamento de terminais aquaviários, terrestres ou de navegação, inclusive com participação nos processos de licitação de áreas a serem arrendadas em portos públicos.

Natural

Mantendo o cuidado de desenvolver nossas operações de forma ambientalmente responsável, implantamos em 2018 o Sistema de Gestão de Licenças Ambientais e Outros Documentos Legais (DOC Legal).

O novo sistema aprimora a gestão dos documentos legais, auxiliando no monitoramento dos prazos das licenças ambientais e suas condicionantes, bem como de demais documentos. Dessa forma, o DOC Legal permite minimizar os riscos ao negócio e a cobrança de multas.

A fim de ampliar essa solução para toda a Companhia, realizamos treinamento para o uso dessa importante ferramenta, concebida e desenvolvida internamente para atender às nossas especificidades operacionais.

No cumprimento de nosso compromisso socioambiental, obtivemos importantes licenças e autorizações ambientais no decorrer de 2018. Entre elas a de operações de transbordo entre navios (ship to ship). Assim, essas operações, que trazem ganhos significativos em receitas pelo aumento de volume movimentado nas unidades, são realizadas conforme os princípios de segurança e eficiência ambientais validados pelos órgãos competentes.

Para aperfeiçoar a gestão das emissões atmosféricas de nossas atividades, concluímos o projeto básico de instalação da Unidade de Combustão de Compostos Orgânicos Voláteis (COV) provenientes das operações de carregamento de navios no Terminal de Santos (SP).

Reforçamos o nosso compromisso com a preservação dos recursos naturais atuando no programa de conscientização de proprietários para recuperação de mata ciliar, na comunidade do Rio Quati em Guaramirim (SC), região por onde passa o Oleoduto Paraná-Santa Catarina (Opasc).

Nossa preocupação com a biodiversidade, uma constante em todas as tarefas que executamos, resultou, em 2018, no lançamento da nossa Cartilha de Manejo da Fauna. O objetivo é orientar nossos colaboradores quanto aos cuidados com os animais que transitam ou habitam em nossas instalações. Também promovemos treinamentos presenciais de manejo e contenção de fauna em nossas instalações em Joinville (SC) e Duque de Caxias (RJ).

Capacitamos também nossos colaboradores para o resgate e manejo de fauna oleada ou que possa ser atingida em incidentes com derramamento de hidrocarbonetos em emergências. Nos treinamentos, realizados em Vitória e Cariacica, no Espírito Santo, nossos profissionais e técnicos, os primeiros a atuar em uma emergência, foram capacitados a dar assistência primária aos animais (recolher e atender pequenas aves e mamíferos) até a chegada da empresa especializada.

Além disso, promovemos a proteção e manejo adequados da fauna em nossa área de atuação no Terminal de São Sebastião/SP (Tebar). As aves aquáticas, marinhas e insulares que estabelecem seus ninhos nas estruturas de concreto e tubulações do pier foram monitoradas entre os meses de abril e outubro.

Com vistas a manter nosso compromisso socioambiental com as populações do entorno de nossas instalações, obtivemos, após longa negociação, permissão de acesso à comunidade do Cajuhiri Atravessado para realizar as atividades de manutenção da faixa do poliduto Urucu-Coari (AM), que passa pela terra indígena. Com o acordo, a Funai autorizou o início das atividades na faixa. Reafirmamos assim nossa preocupação em garantir as rotinas de integridade das operações, sempre respeitando o meio ambiente e as populações tradicionais.

Destacamos ainda o resultado obtido em 2018 no indicador de Volume de Vazamento de Óleo e Derivados (Vazo). Nossas ações preventivas nos possibilitaram atingir o índice zero de vazamento.

Volume de Vazamento de Óleo e Derivados (Em metros cúbicos)



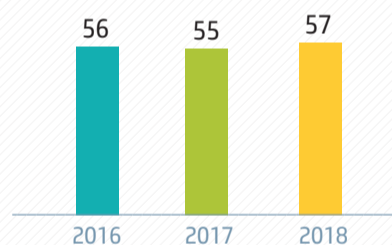
Nota: O indicador não considera ocorrências provocadas pela ação de terceiros em nossas instalações.

Produtivo

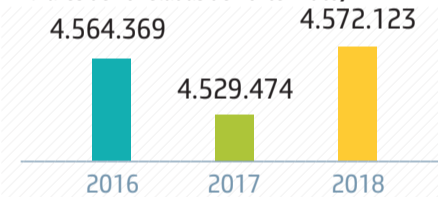
Nosso capital produtivo é composto essencialmente pelos terminais, dutos e navios que operamos, sejam eles próprios, da Petrobras ou de terceiros, arrendados ou não à Transpetro.

| | 2016 | 2017 | 2018 |
|---|-------|-------|-------|
| Número de terminais aquaviários | 27 | 27 | 27 |
| Número de terminais terrestres | 20 | 20 | 20 |
| Número de tanques de petróleo, derivados e etanol | 538 | 538 | 536 |
| Número de esferas de GLP | 50 | 50 | 47 |
| Oleodutos (km) | 7.719 | 7.719 | 7.719 |
| Gasodutos (km) | 7.155 | 7.155 | 7.155 |
| Número de pontos de entrega de gás natural | 137 | 137 | 137 |
| Número de estações de compressão de gás natural | 20 | 20 | 10 |

Número de navios em operação



Capacidade da frota em operação (Em milhares de Toneladas de Porte Bruto)



Um dos nossos principais ativos é o Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL). Localizado na Sede da Transpetro, no Rio de Janeiro, ele interconecta as áreas de produção, refino, processamento e distribuição da Petrobras. Desde 2002, atua com recursos tecnológicos constantemente modernizados para operar e monitorar remotamente os dutos e terminais distribuídos em diversos pontos do país. A operação do CNCL tem como base 129 profissionais, que trabalham diariamente em regime de turno de oito horas, garantindo assim cobertura ininterrupta.

Contamos também com o Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN), que monitora as viagens dos navios da nossa frota, 24 horas por dia, garantindo eficiência e segurança.

Investimentos

Realizamos R\$ 1,45 bilhão em investimentos em 2018, detalhados na tabela a seguir:

| Investimentos (R\$ milhões) | 2017 | 2018 | Part % |
|-------------------------------------|--------------|--------------|-------------|
| Construção de navios no país | 1.032 | 1.182 | 81% |
| Infraestrutura de dutos e terminais | 219 | 138 | 10% |
| Docagem de navios | 120 | 86 | 6% |
| Outros investimentos | 27 | 48 | 3% |
| Total de Investimentos | 1.399 | 1.454 | 100% |

O Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), aprovado pela Diretoria Executiva da nossa empresa controladora em 19 de agosto de 2004 e parte do Plano Estratégico Petrobras 2001-2015, tinha entre seus objetivos atender às necessidades da Petrobras com relação a navios e contribuir para o soergimento da indústria naval brasileira, de forma a torná-la competitiva frente a preços e prazos praticados por estaleiros internacionais. O Promef integrou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, e concebeu, originalmente, a construção de 52 navios e 20 comboios hidroviários em estaleiros localizados no Brasil, com índice de 65% de nacionalização na primeira fase.

Em continuidade ao Promef, destinamos em 2018 a maior parte dos nossos recursos de investimentos à construção de navios no país. Ao longo do ano, incorporamos à frota quatro embarcações: três navios da classe aframax e um navio gaseiro. No exercício, os ativos adquiridos pelo programa geraram receita líquida de R\$ 695 milhões com custos operacionais de R\$ 509 milhões e R\$ 475 milhões referentes aos juros da dívida.

Mantendo o foco na nossa principal atividade de transporte de petróleo e derivados, realçamos os investimentos na manutenção da infraestrutura de dutos e terminais e docagens das nossas embarcações, investimentos fundamentais para conservar a integridade dos nossos ativos e instalações, prolongar sua vida útil e melhorar sua produtividade.

Financeiro

Nosso capital financeiro é composto pelos recursos financeiros disponíveis, sejam próprios ou de terceiros, alocados para nossa atividade produtiva.

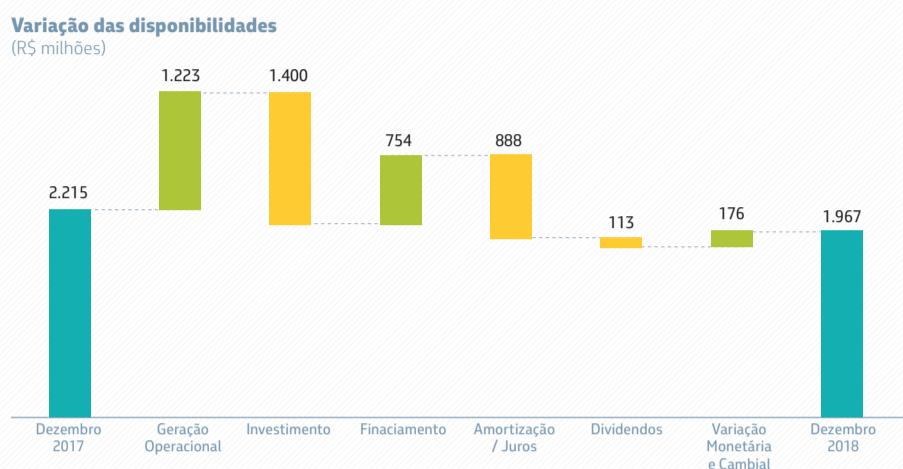
Endividamento

O nível de endividamento é parte da nossa principal métrica financeira, Dívida Líquida sobre Ebitda. Desde que iniciamos o programa de modernização de nossa frota de navios, o endividamento vem crescendo de forma gradativa e planejada. Isso ocorre em função do modelo como foi concebido o projeto, em que até 90% dos recursos para construção dos navios são financiados pelo Fundo da Marinha Mercante, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Os aportes desses financiamentos ocorrem ao longo das construções das embarcações e são amortizados pelo Sistema de Amortização Constante (SAC), com prazo de 48 meses de carência e de 240 meses para pagamento.

Para mais informações sobre o perfil da nossa dívida, veja a nota explicativa 25 das Demonstrações Financeiras.

Geração Operacional de Caixa

Alcançamos em 2018 uma geração operacional de R\$ 1,2 bilhão, distribuindo mais R\$ 113 milhões em dividendos para a nossa empresa controladora. Desde 2015, mantemos a política de distribuição integral das reservas acumuladas e dos resultados gerados em cada exercício. Nos últimos quatro anos, os dividendos e juros sobre o capital próprio superaram R\$ 2,4 bilhões. A redução de nossas disponibilidades (caixa e equivalente de caixa) em comparação a dezembro de 2017 se deu pela quitação do financiamento do BNDES para a construção dos três navios da classe Panamax, que tiveram seus projetos cancelados após rescisão dos contratos. Além disso, o recebimento de quatro novos navios em 2018 (três da classe aframax e um gaseiro) elevou o patamar de investimentos no ano, o que resultará em um aumento de nossas receitas futuras.



CONTEXTO EXTERNO

Ambiente Externo

O ano de 2018 apresentou uma trajetória ainda lenta de recuperação da economia, associada, em parte, aos impactos da greve dos caminhoneiros ocorrida em maio.

Em função disso, as vendas de diesel – principal derivado de petróleo consumido no país – pelas empresas distribuidoras cresceram apenas 1,6% em 2018. Entretanto, as vendas de gasolina C pelas distribuidoras caíram 13,1% em 2018, principalmente por causa de sua perda de competitividade frente ao etanol hidratado.

As importações de derivados, que nos quatro primeiros meses do ano estiveram em patamares equivalentes aos registrados em 2017, sofreram fortes quedas a partir da greve dos caminhoneiros. As empresas reduziram drasticamente suas importações alegando incertezas relacionadas ao programa de subvenção ao diesel lançado pelo governo federal após a greve. Novamente, a competitividade do etanol hidratado frente à gasolina afetou a demanda pelo derivado de petróleo, impactando também os volumes de importação. As importações de diesel e de gasolina A recuaram, respectivamente, 10% e 34% em comparação a 2017.

Os eventos aqui relatados causaram impacto na movimentação dos oleodutos e terminais que operamos. No comparativo com 2017, o volume de produtos movimentados reduziu em 1,4%, mantendo a tendência de queda pelo quarto ano consecutivo. O volume médio diário movimentado nos gasodutos sofreu redução de 7,4% em comparação a 2017.

No segmento de transporte marítimo, o cenário internacional de 2018 mostrou valores dos fretes aproximadamente constantes, com tendência de baixo crescimento para algumas classes de navio, após forte queda em 2017. Em 2018, nossa frota de navios transportou volume de produtos 3,3% superior em relação ao ano anterior.

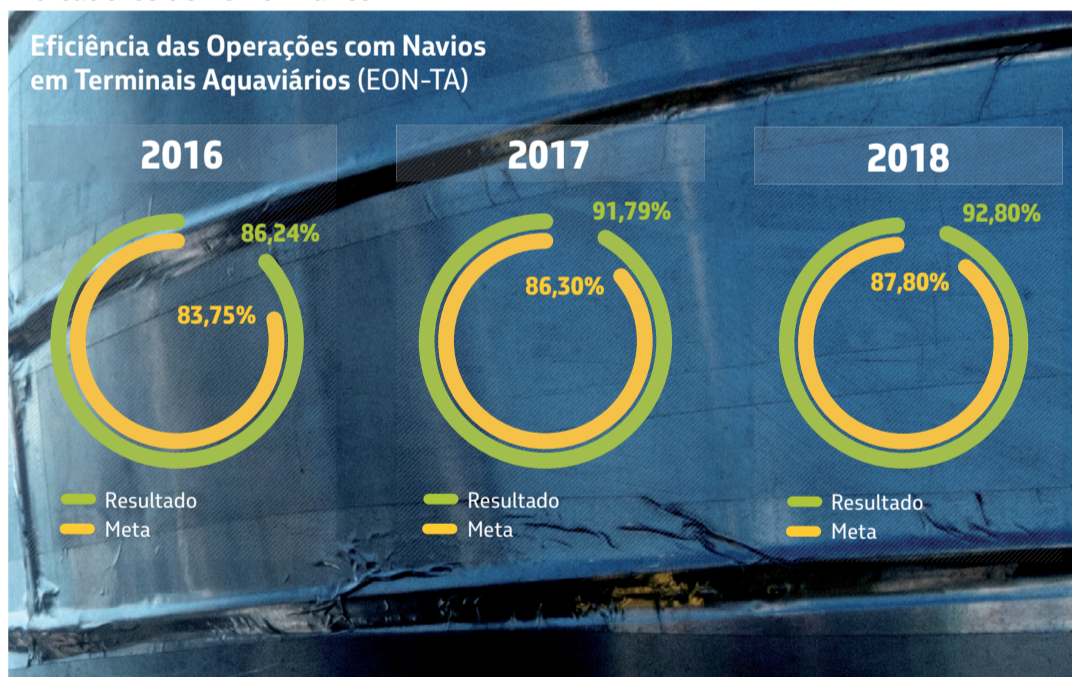
No âmbito regulatório, a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) começou a ser regulamentada em 2018 e representa desafios às nossas operações, mas também sinaliza com grandes oportunidades para consolidarmos nossa atuação na logística de biocombustíveis.

Outros dois programas do governo federal são acompanhados de perto pela Companhia. Lançado em 2016, o Programa Gás para Crescer tem como objetivo propor medidas de aprimoramento do arcabouço normativo do setor de gás natural. Já o Programa Combustível Brasil, de 2017, propõe ações e medidas para garantir o fornecimento dos demais derivados, com ênfase no estímulo à entrada de novos atores no setor e à livre concorrência. Ao longo de 2018, participamos de tomada pública e de reuniões com órgão do governo, de forma a defender os interesses da Companhia nesses programas.

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

Dutos e Terminais

Indicadores de Performance



Destaques 2018 e Desempenho do Negócio

De janeiro a dezembro de 2018, movimentamos 564 milhões de metros cúbicos de petróleo e derivados em nossos terminais e oleodutos, resultado 1,4% inferior ao total registrado em 2017. No mesmo período, a movimentação média de gás natural foi de 64,6 milhões de metros cúbicos por dia, inferior em 7,4% ao valor alcançado no ano anterior.

A queda de 1,4% observada na movimentação de produtos nos terminais e oleodutos que operamos reflete a redução de cargas processadas nas refinarias, principalmente em virtude de uma ocorrência operacional na Refinaria de Paulínia (Replan), em agosto de 2018. A Replan é a maior refinaria da Petrobras em volume processado e responsável pelo abastecimento do mercado consumidor de São Paulo e do Centro-Oeste. Houve recuperação parcial da nossa participação no mercado de derivados. Porém, não foi suficiente para compensar a perda de movimentação de petróleo resultante da ocorrência.

Obtivemos resultados expressivos de eficiência das nossas atividades operacionais. O indicador que mede a eficiência das operações de carregamento e descarregamento de navios nos terminais, o EON-TA, fechou o ano em 92,8%, superando mais uma vez o valor alcançado no ano anterior, quando registrou 91,79%.

Apesar da queda da nossa movimentação, o número de navios operados nos terminais aquaviários (TAs) aumentou em relação a 2017, o que também demonstra a melhoria contínua da eficiência das nossas atividades operacionais. O resultado se deve a otimizações internas nos processos dos terminais e à melhoria na disponibilidade de equipamentos decorrente das ações promovidas para a redução da deficiência de bombeio e de outras demoras e interrupções operacionais.

Destacamos a nossa participação no Comitê de Gestão de Crise da Petrobras durante a paralisação dos caminhoneiros. Na ocasião, buscamos viabilizar alternativas para as demandas dos sistemas de produção de petróleo, derivados e gás natural da Petrobras e assegurar o suprimento de bases de distribuição que atendemos diretamente. Ao longo de todo o processo, além de apoiar a empresa controladora nas decisões relativas ao abastecimento do país, produzimos relatórios de abrangência nacional e sugestões de movimentação de produtos por oleodutos e navios. Além disso, monitoramos as entregas a caminhões-tanques em nossas bases e nas instalações interligadas aos terminais que operamos.

Em atendimento ainda à demanda da Petrobras Controladora, assinamos contrato com a Unidade de Exploração e Produção do Espírito Santos (UO-ES) para a manutenção industrial e a gestão da integridade de dutos terrestres de escoamento de plataformas localizadas no litoral capixaba. Celebramos também contrato semelhante com a Unidade de Exploração e Produção da Bahia (UO-BA) para continuação de nossas atividades de manutenção das faixas dos dutos de produção terrestre do Ativo Norte Capixaba, que passou recentemente para a gestão da UO-BA.

Outro destaque de nossa área operacional foi o resultado estabelecido em setembro pelo Terminal de São Luís (MA). A unidade movimentou seu maior volume de derivados dos últimos quatro anos, 803.935 metros cúbicos, superando em 35% seu melhor desempenho nesse período. O principal motivo para o alcance dessa marca foi a necessidade da Petrobras de aumentar a importação de diesel S10 e gasolina para suprir a redução provocada pela parada não programada da Refinaria de Paulínia. A parada de produção da Replan alterou substancialmente a demanda de movimentação de petróleo e derivados e determinou a reprogramação das operações realizadas por alguns de nossos terminais e oleodutos. Um exemplo disso foi a movimentação atípica do Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL) para o envio de quase 40 mil metros cúbicos de óleo combustível da Refinaria do Vale do Paraíba (Revap/SP) para a Replan. O transporte realizado pela malha de dutos de São Paulo em cumprimento à solicitação da Petrobras teve por objetivo otimizar o aproveitamento dos produtos da empresa controladora. Registramos também outra importante ação desenvolvida para a Petrobras em função da parada não programada da Replan. Em decorrência do incêndio que atingiu a unidade operacional, mobilizamos recursos de Programação, Qualidade e Operação para atender à demanda da área de Logística da empresa controladora.

Para atender ao aumento da demanda do mercado, o Terminal de Rio Grande (Terig/RS) foi apresentado à Petrobras como opção para o fornecimento de GLP durante o inverno no Sul do Brasil. Anualmente, nesse período, a empresa controladora precisa montar logística alternativa para evitar o risco de desabastecimento da região. Realizamos cinco operações sequen-

ciais de transbordo do produto entre navios atracados no píer da unidade. Para a Petrobras, a participação da Transpetro representou redução de custos e de riscos operacionais envolvidos na contratação, pois dispensa a utilização de outros pontos de atracação.

Com vistas à melhoria de nossos processos de relacionamento com clientes e o consequente aumento de nossas receitas, concluímos com êxito a negociação com a Braskem sobre o novo modelo para a logística de internação e armazenamento, no Terminal de Osório (Tedut), da nafta enviada ao polo petroquímico do Rio Grande do Sul.

A fim de diversificar os serviços que prestamos e, consequentemente, oferecer maior flexibilidade logística a nossos clientes, obtivemos da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), órgão ambiental do estado da Paraíba, a licença de operação de transbordo a administração no Terminal Aquaviário de Cabedelo (PB). Trata-se de uma ação voltada ao atendimento do mercado e de ampliação de nossos negócios e receitas.

Merece registro também a retomada da operação de carregamento de navio de etanol no Terminal Aquaviário da Baía de Guanabara (TABG/RJ). Após quatro anos sem realizar essa operação, reasumimos papel essencial na logística de cabotagem de etanol, com boas perspectivas de aumento de demanda e de consolidação como opção modal atrativa para o suprimento do produto, sobretudo na Região Nordeste.

Ao longo do ano, desenvolvemos também ações voltadas à conquista de resultados cada vez melhores. Uma delas diz respeito às práticas recomendadas pela American Petroleum Institute (API) para o gerenciamento de salas de controle ou *Control Room Management* (CRM), como é conhecido internacionalmente. A aderência de nosso CNCL a essas práticas tem importância estratégica, pois fortalece a Companhia como um centro de excelência mundial na operação de dutos e terminais.

Para consolidar e ampliar nossas práticas de CRM, recebemos em nossas instalações representantes de empresas operadoras de dutos e terminais de diversos países sul-americanos, que compõem o Subcomitê de Gestão de Salas de Controle da Associação Regional das Companhias de Óleo, Gás e Biocombustíveis da América Latina e Caribe (Arpel). A Arpel e seus associados trabalham para a consolidação do manual de boas práticas para operação remota de dutos e terminais. A publicação do documento está prevista para o 1º trimestre de 2019 e o encontro realizado na Transpetro impulsionou significativamente a conclusão dos trabalhos iniciados em 2017.

Nosso desempenho operacional em 2018 registrou recorde no fornecimento de bunker pelo Terminal de Santos, em São Paulo. Em um único lote no modal aquaviário, movimentamos cinco mil toneladas do produto (MF500) para o navio-tanque Monte Sarmiento, de Singapura. Superamos a melhor marca anterior, 4.040 toneladas, de maio de 2013. O terminal paulista ocupa a condição de maior fornecedor de bunker na Companhia, respondendo por cerca de 40% da movimentação do país e atendendo em média 220 navios por mês no Porto de Santos.

No Terminal de Suape (PE), realizamos no mês de novembro uma operação simultânea com nove navios. A manobra atesta a adequação da unidade para o atendimento das necessidades logísticas da Petrobras, utilizando todas as flexibilidades operacionais de que dispomos no local.

Em continuidade à integração dos processos operacionais, o CNCL, responsável pela operação integrada dos ativos da Companhia, ampliou ainda mais sua abrangência, com padrão de excelência, segurança e eficiência. Em 2018, o CNCL assumiu a operação de bases de carregamento rodoviário no Terminal de Guarulhos (SP) e a realização de transferências internas no Terminal de Itajaí (SC).

Também merece destaque a implementação da operação centralizada dos Dutos do Terminal de Madre de Deus (Temadre/BA). Essa operação visa, principalmente, ao aumento da segurança operacional e à adequação à diretoria da Companhia sobre o papel do CNCL como área centralizada de Operação de Dutos. Trata-se de um processo desafiador, que ocorrerá em várias etapas.

Desenvolvemos uma nova ferramenta para possibilitar a tomada de decisões operacionais de forma mais rápida e eficiente. O Portal da Confiabilidade reúne as informações necessárias e em tempo real para garantir ainda mais segurança às nossas atividades de operação, manutenção e logística. A iniciativa da Transpetro de criar uma nova ferramenta de gestão de falhas foi reconhecida como uma evolução significativa para toda a Petrobras.

Com a melhoria contínua da qualidade dos serviços e da segurança operacional e com foco na disciplina de custos, estamos nos tornando cada vez mais competitivos no mercado. Seja na área operacional, de manutenção, de inspeção ou na Sede, nossos gestores e equipes têm-se superado e implantado inovações que impulsionam nossos negócios, otimizando custos e aumentando a segurança dos serviços que prestamos a nossos clientes.

Transporte Marítimo

Nossa frota encerrou o ano de 2018 com 57 navios, dois a mais do que em 2017. Com isso, nossa capacidade de transporte subiu para 4,57 milhões de toneladas de porte bruto (TPB) e a idade média das nossas embarcações reduziu de 13,9 para 13,8 anos.

Incorporamos à nossa frota quatro navios construídos em estaleiros brasileiros, o que representou o acréscimo de cerca de 345 mil TPB à nossa capacidade de transporte. Entraram em operação os navios do tipo aframax Carlos Drummond de Andrade, Castro Alves e Olavo Bilac (114 mil TPB cada um) e o gaseiro Jorge Amado, com capacidade de 2,5 mil TPB. No mesmo período, dois navios deixaram de compor a nossa frota devido ao encerramento de seus contratos de afretamento a casco nu: Stena Spirit e Nordic Spirit (petroleiros de 152 mil TPB e 17 anos).

Indicadores de Performance

Volume de Operações

Em 2018, nosso transporte marítimo movimentou 89,1 milhões de toneladas métricas de petróleo e derivados, volume 3,3% maior do que o registrado em 2017. No total, realizamos 3.636 operações, uma média de 303 por mês.

A capacidade de transporte da nossa frota de navios é de 4,57 milhões de toneladas de porte bruto (TPB). Movimentamos petróleo e seus derivados e gás liquefeito de petróleo, seja por cabotagem ou navegação de longo curso, em atendimento às demandas da Petrobras.

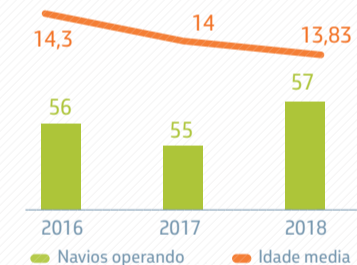
Nossos navios transportaram 43% da carga de petróleo e derivados movimentada por via marítima na Petrobras.

Perfil da Frota por tipo de navio

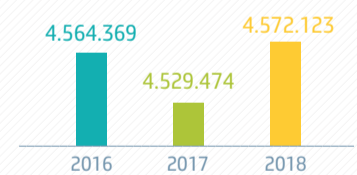
| | |
|-------------------------------------|---|
| Gaseiros 9 navios | Aliviador DP Aframax 8 navios |
| Panamax 4 navios | Aliviador DP Panamax 2 navios |
| Produtos Claros 15 navios | Aliviador DP Suezmax 4 navios |
| Suezmax 12 navios | Aframax 3 navios |

Total 57 navios

Idade média e total de navios em operação



Total transportado por nossos navios (Em toneladas métricas)



Disponibilidade Operacional

Em 2018, a eficiência operacional da frota, representada pelo Índice de Disponibilidade Operacional (IDO), foi de 96,71%, excluindo os períodos de docagem (paradas obrigatórias dos navios, por força de legislação), e de 93,8% se considerarmos todas as paralisações programadas dos nossos navios para manutenção.

Docagens

Ao todo, realizamos 13 docagens em 2018 (oito em dique seco e cinco inspeções subaquáticas), o que representa uma média de 38 dias de estaleiro e totaliza US\$ 1,86 milhão de custo. Os navios Cartola e Ataulfo Alves realizaram docagens com maior carga de serviços, devido à necessidade de grandes revisões nos equipamentos de posicionamento dinâmico e alívio offshore.

Redução de Custos e Melhoria de Resultado

Nossa Diretoria de Transporte Marítimo, alinhada com a Petrobras, vem otimizando seus custos operacionais desde 2012, com as principais reduções concentradas nas rubricas de Manutenção e Materiais, nos aproximando dos benchmarks internacionais.

Destaques 2018 e Desempenho do Negócio

Programa de Melhoria Sistêmica

Elaborado em 2017 com vistas ao fortalecimento da cultura de segurança e à melhoria da eficiência operacional dos navios, consolidamos em 2018 as iniciativas que compõem o Programa de Melhoria Sistêmica da Diretoria de Transporte Marítimo. Utilizado como guia das atividades da área, esse programa é composto por várias iniciativas prioritárias, como o Navio 1000 e o *Tanker Management and Self Assessment* (TMSA).

Iniciativas do Programa:

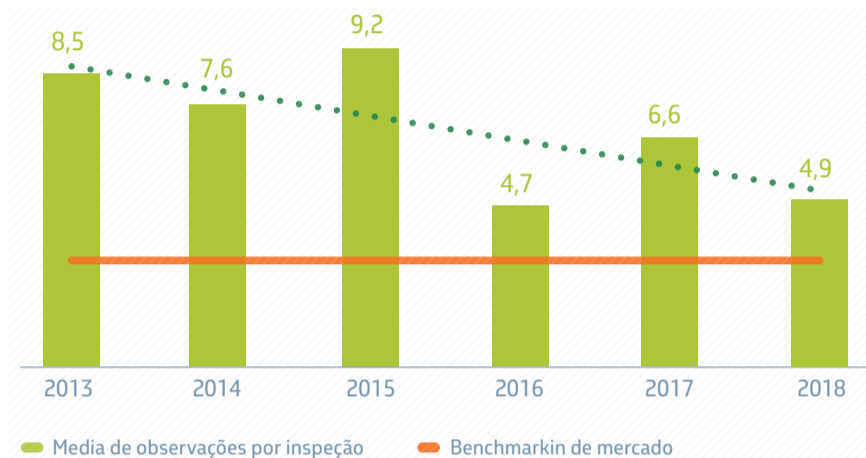


TMSA

Como instrumento de melhoria contínua, iniciamos em 2017 um projeto de aprimoramento de nossos processos e práticas que se baseia nos requisitos do Tanker Management and Self Assessment (TMSA), sistemática altamente reconhecida no mercado e desenvolvida pela *Oil Companies International Marine Forum* (Ocimf). Adotada pelo Transporte Marítimo como ferramenta de gestão, a metodologia avalia os sistemas de gerenciamento das empresas de navegação ligadas à indústria do petróleo e os compara às melhores práticas do mercado. O foco são segurança e desempenho operacional. Dessa forma, avançamos de forma significativa para a adequação de nossas próprias políticas e procedimentos às melhores referências (benchmark) da indústria. O objetivo é atingir altos padrões de segurança e prevenção de acidentes para melhorar os desafios existentes no mercado à atividade de transporte marítimo. Elaborado a partir dos resultados obtidos em auditoria de TMSA realizada no primeiro semestre de 2017, o projeto gerou insumos para elaborar um plano de ação que se encontra em fase de conclusão (87,6% já foi realizado), com ênfase na melhoria da eficiência operacional e da cultura de segurança dos nossos navios. Em maio de 2018, fomos submetidos a uma auditoria de follow-up, atingindo um resultado significativamente melhor do que o obtido em 2017, o que demonstra a consolidação das ações planejadas para o período.

Vetting

Uma importante ferramenta de gestão para a melhoria contínua dos níveis de segurança e eficiência no transporte marítimo é o *vetting*. Trata-se de um critério internacional de inspeção de navios, elaborado e padronizado também pela Ocimf, que gera um diagnóstico detalhado sobre a qualificação técnica do navio e de sua tripulação. As inspeções são realizadas por inspetores credenciados pela Ocimf e os resultados são publicados no site da entidade, permitindo o acesso dos potenciais clientes ou dos demandantes dos navios inspecionados. Em 2018, o *checklist* de verificação das inspeções de *vetting* foi revisado para alinhá-lo com as últimas atualizações de regras e regulamentos. No ano, nossos navios realizaram 32 inspeções externas de *vetting*. Ressaltamos que, desde 2017, as inspeções de *vetting* são realizadas em todos os navios da frota e não apenas nos navios que operam no exterior. O gráfico abaixo demonstra a média anual de observações apontadas nas inspeções de *vetting*:



Navio 1000

O Programa Navio 1000, que desenvolvemos desde 1994, é um dos nossos critérios mais completos de avaliação da performance do navio e, portanto, do desempenho de suas tripulações. O objetivo do projeto é medir o desempenho da frota, buscando alinhamento com as boas práticas e indicadores utilizados no mercado de transporte marítimo internacional. A fim de reforçar a construção de uma cultura de segurança entre nossas tripulações, realizamos diversas alterações na composição dos indicadores do programa. A última delas conferiu 700 pontos aos aspectos de segurança, 500 deles dedicados às inspeções de *pré-vetting*, com vistas a preparar ainda melhor nossas embarcações para as inspeções de *vetting*. Com essa metodologia de medição, estamos nivelando nossa frota às melhores práticas de desempenho do mercado, agregando segurança e confiabilidade operacional, associadas à gestão eficiente de recursos. Em 2018, o navio José Alencar obteve 897 pontos e terminou o ano em primeiro lugar no programa, conquistando, portanto, o Prêmio Navio 1000.

| Indicadores de gestão | |
|----------------------------------|---|
| Segurança 700 pontos | Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) |
| | <i>Pré-vetting</i> |
| | Incidentes, acidentes e / ou fatos de navegação |
| | Incidentes de poluição / Contaminação de carga |
| Operacional 200 pontos | Desvios e quase acidentes (>= 2 por mês no navio) |
| | <i>Off-hire</i> |
| | SIGO (Perda de performance operacional) |
| | Cumprimento do Plano Anual de Negócios (PAN) |
| Manutenção 100 pontos | Índice de atualização de movimentação de pessoal no N55 |
| | Indicadores de manutenção |

Regime 1x1

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de 2016 estabeleceu alteração no regime de embarque de nossas tripulações: o 1 x 1 (um dia de embarque por um dia de repouso) substituiu o 2 x 1, adotado anteriormente. Até dezembro de 2018, o novo regime havia sido implantado em 43 dos nossos navios. A conclusão do processo em todas as nossas embarcações ocorreu em janeiro de 2019. A mudança atende à demanda dos nossos marítimos e possibilita ganhos significativos, entre eles, a otimização do desempenho operacional dos navios e o aumento da produtividade. Como cada embarcação passa a ter tripulações fixas, a ambiência a bordo também melhora, visto que propicia aumentar o senso de pertencimento das equipes e reduz a rotatividade dos empregados. O novo regime levou à criação de 696 novos postos de trabalho. Ao todo, foram contratados 294 oficiais e 402 suboficiais e integrantes da guarnição.

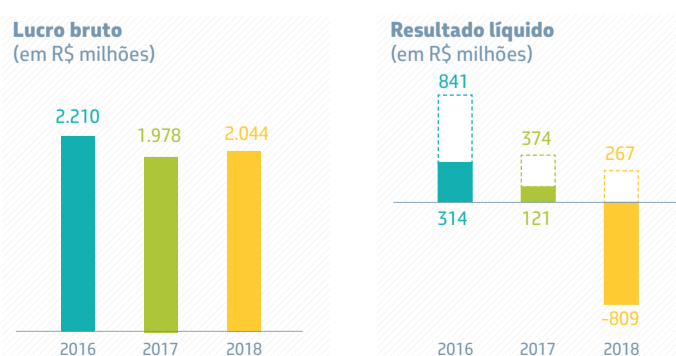
Contrato com a Total

Em 2018, assinamos com a empresa francesa Total contrato para transporte de petróleo bruto. Até então, o serviço era prestado somente para a Petrobras Controladora. O acordo firmado prevê viagens de alívio dos *Floating Production Storage and Offloading* (FPSOs) – unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência – dos campos de Libra, Lapa e Iara, todos na Bacia de Santos (SP), para um navio de exportação, por meio da operação de transbordo a contrabordo. O contrato foi firmado em janeiro de 2018. No decorrer do ano, realizamos cinco viagens combinadas para operação de transbordo a contrabordo em La Paloma, no Uruguai. Essa prestação de serviços pela Transpetro faz parte da aliança estratégica firmada entre a Petrobras e a Total, que envolve a participação na exploração de campos do pré-sal da Bacia de Santos e interesses na cadeia de gás natural.

Desempenho Financeiro

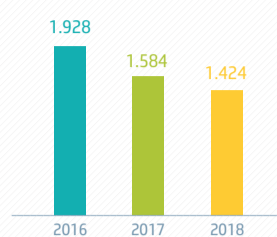
Análise Financeira Consolidada

Em 2018, superamos mais uma vez a nossa meta de redução de gastos operacionais gerenciáveis (GOG), sem abrir mão da busca incessante pelas melhores práticas relacionadas à gestão de segurança, meio ambiente e saúde, áreas em que também superamos as metas estabelecidas para os nossos principais indicadores. Foi o quarto ano consecutivo em que alcançamos redução efetiva de gastos gerenciáveis, desconsiderando os efeitos de câmbio e inflação. Tal resultado é fruto de um exercício contínuo de nossos colaboradores no planejamento, execução e controle de ações para otimização de custos, tema presente em todos os níveis de desdobramento do nosso plano estratégico. Esses esforços, mais uma vez, foram fundamentais para superarmos a nossa meta de Dívida Líquida sobre Ebitda, alcançando o índice de 2,8, diante da meta de 3,4. O desempenho se deu em meio a uma redução, pelo quarto ano consecutivo, no volume movimentado em nossos oleodutos e terminais, motivada, principalmente, pela longa parada operacional não prevista na Refinaria de Paulínia (Replan). Nosso lucro líquido foi profundamente impactado pela volatilidade nas projeções de fretes futuros aplicadas à nossa frota de navios, levando-nos a provisionar o montante de R\$ 1,63 bilhão de perda por *impairment*. Essa provisão representou uma baixa não definitiva de 24% do ativo imobilizado testado, resultando em um prejuízo contábil de R\$ 809 milhões, ou um lucro líquido de R\$ 267 milhões quando desconsideramos o efeito do *impairment*. Destacamos a seguir a evolução de nossos principais indicadores financeiros:

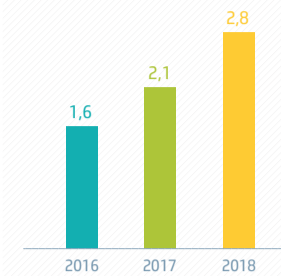


OBS: As linhas pontilhadas representam o resultado líquido sem *impairment*

Ebitda ajustado (em R\$ milhões)



Dívida líquida sobre Ebitda



Reconciliação do Ebitda ajustado (Em R\$ Milhões)

| | 2016 | 2017 | 2018 |
|------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Lucro líquido | 313,8 | 121,2 | (809,2) |
| Resultado líquido financeiro | (267,5) | (241,9) | (386,9) |
| IR / CSLL | 4,8 | (188,5) | 330,9 |
| Depreciação e amortização | (620,0) | (645,1) | (547,2) |
| Ebitda | 1.196,5 | 1.196,8 | (206,1) |
| Varição ativo imobilizado | 5,8 | (4,0) | (0,2) |
| Equivalência patrimonial | 60,9 | 0,0 | 0,0 |
| Impairment | (798,6) | (383,2) | (1.630,00) |
| Ebitda ajustado | 1.928,4 | 1.583,9 | 1.424,2 |

Ebitda e Ebitda Ajustado

Com o intuito de refletir a visão dos administradores quanto à formação do resultado das atividades correntes da Companhia, o Ebitda também é apresentado ajustado (Ebitda Ajustado) por resultado da participação em investimentos, *impairment*, resultados provenientes de desinvestimentos e baixa de ativos, e efeitos cambiais acumulados de conversão (CTA) reclassificados para resultado. Utilizamos o Ebitda ajustado na apuração do indicador Dívida Líquida sobre Ebitda.

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

Planejamento Estratégico 2030

O ciclo de Planejamento Estratégico 2030 foi atualizado com base no processo de monitoramento estratégico, que sofreu ajustes em relação ao modelo do ano anterior. Em 2018, contamos com 12 estratégias e 43 iniciativas, conforme o quadro abaixo.

| Atributo da visão | Estratégias | Iniciativas estratégicas |
|---------------------------------|-------------|--------------------------|
| Líder em Transporte e Logística | 2 | 8 |
| Competitiva e rentável | 4 | 20 |
| Que evolui com a sociedade | 6 | 15 |
| Total | 12 | 43 |

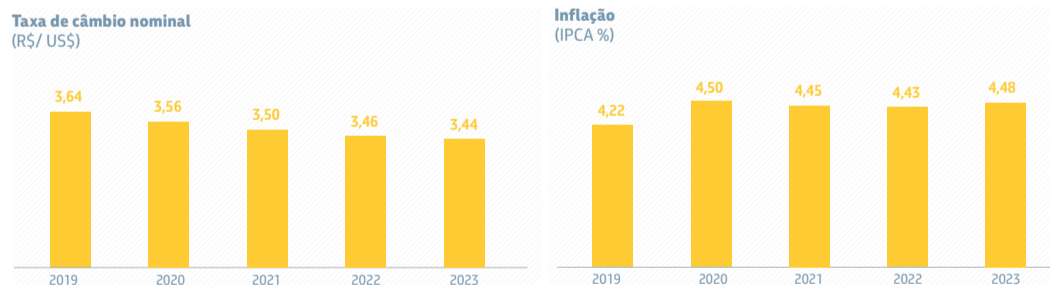
Os ajustes foram realizados para manter o alinhamento entre os processos de monitoramento estratégico da Transpetro e da Petrobras Controladora e também em função dos resultados do ciclo anterior, que culminaram com a conclusão de algumas iniciativas estratégicas, inclusão de novas ou ajustes de escopo de outras. Em 2018, as 43 iniciativas estratégicas foram acompanhadas em sete grupos de projeto, definidos pelos seguintes temas: Novas Receitas, Redução de Custos, Investimentos, SMS, Inovação, Melhoria de Processos e RH. O percentual de realização dos marcos das iniciativas previstas para o ano superou a marca de 87%.

Plano de Negócios e Gestão 2019-2023

Nosso Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2019-2023 está centrado no aumento da segurança, na redução da alavancagem financeira e na rentabilidade dos negócios, conforme as três métricas de performance definidas e que orientam nossas ações estratégicas.



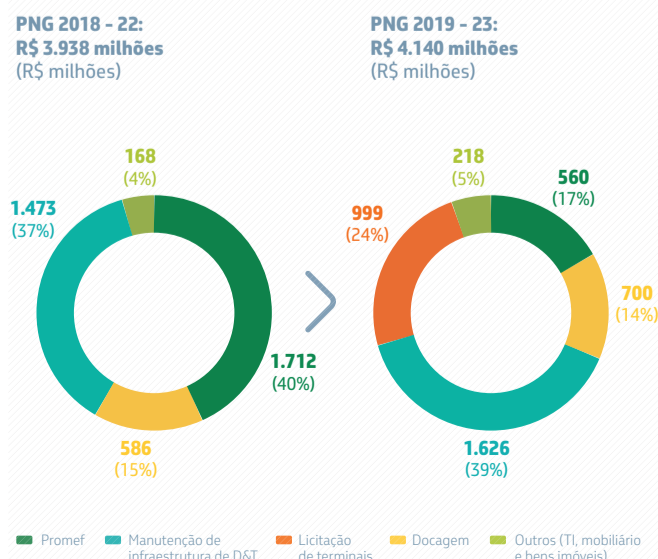
As premissas de inflação (IPCA) e a taxa média de câmbio adotadas para o PNG 2019-2023 estão representadas nos gráficos abaixo.



O PNG 2019-2023 visa à geração de valor para nosso acionista, mediante o fortalecimento da gestão, a otimização dos custos, a busca de novas oportunidades de negócios e a eficiência na aplicação do capital.

Investimentos Totais 2019 a 2023: R\$ 4,1 bilhões

Com relação ao pilar de eficiência de investimentos, a carteira do PNG 2019-2023, de R\$ 4,1 bilhões, apresenta um aumento de 5% em comparação ao plano anterior. Isso se deve, sobretudo, à licitação de Terminais Públicos em Portos Organizados, leilões em áreas portuárias dedicadas à movimentação de grãos líquidos combustíveis, sendo algumas dessas áreas já ocupadas com operações de movimentação e armazenamento (*brownfields*) e outras novas áreas (*greenfields*). O aumento resulta também de novos investimentos em instalações de Estações de Medições (Emeds) para a quantificação dos volumes que movimentamos e a consequente melhoria da rastreabilidade e confiabilidade dos registros de medição de transporte de petróleo e derivados. Em contrapartida, o investimento no Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) terá uma redução no horizonte do plano, devido à conclusão do programa, com a entrega dos dois últimos navios prevista para 2019.

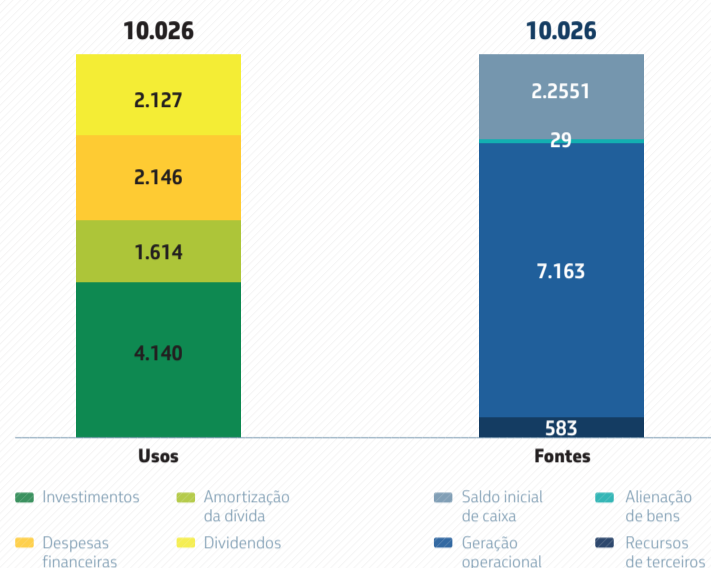


A carteira de investimentos prevê a utilização dos recursos em cinco grandes grupos, com destaque para os projetos de manutenção da infraestrutura para as operações e a integridade das instalações, bem como de transporte marítimo. Nosso objetivo é maximizar a segurança das operações e a integridade das instalações, bem como de transporte marítimo. Nosso objetivo é maximizar a segurança das operações e a integridade das instalações, bem como de transporte marítimo. Nosso objetivo é maximizar a segurança das operações e a integridade das instalações, bem como de transporte marítimo.

Relativamente aos gastos operacionais gerenciáveis (GOGs) contidos no PNG 2019-2023, de R\$ 27,4 bilhões, convém apontar uma redução de R\$ 41 milhões em comparação ao ciclo anterior, resultado dos esforços empreendidos para otimizar e racionalizar nossos processos. Continuamos perseguindo a melhoria de nossa eficácia operacional e dedicados a otimizar gradualmente nossos custos.

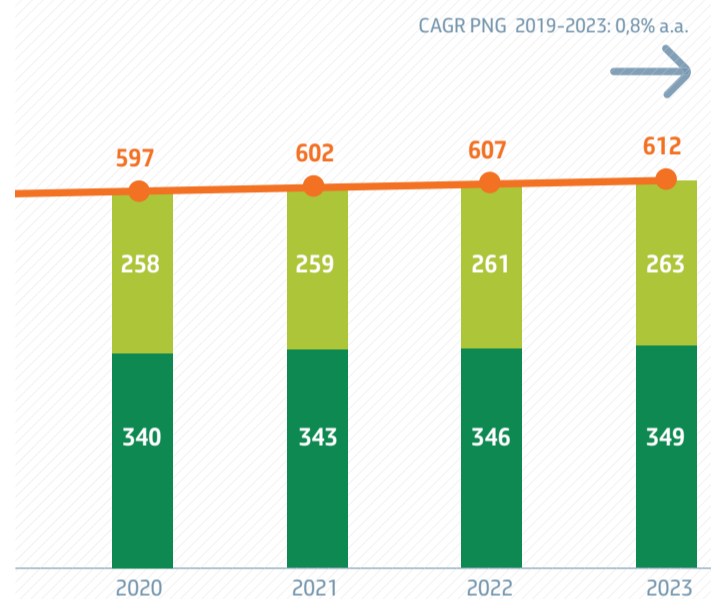
A principal fonte de financiamento projetada para o período 2019-2023 é a geração operacional. O desembolso será garantido também pelo saldo do caixa, os financiamentos e a alienação de bens, sobretudo pela venda de sucata dos navios que atingirão o fim de sua vida útil nesse período. Somados, esses quatro itens são responsáveis por garantir em quase 100% os valores previstos para o investimento, os pagamentos de juros, as amortizações e os pagamentos de dividendos previstos para esse ciclo.

Usos e fontes 2019 - 2023
(R\$ milhões)



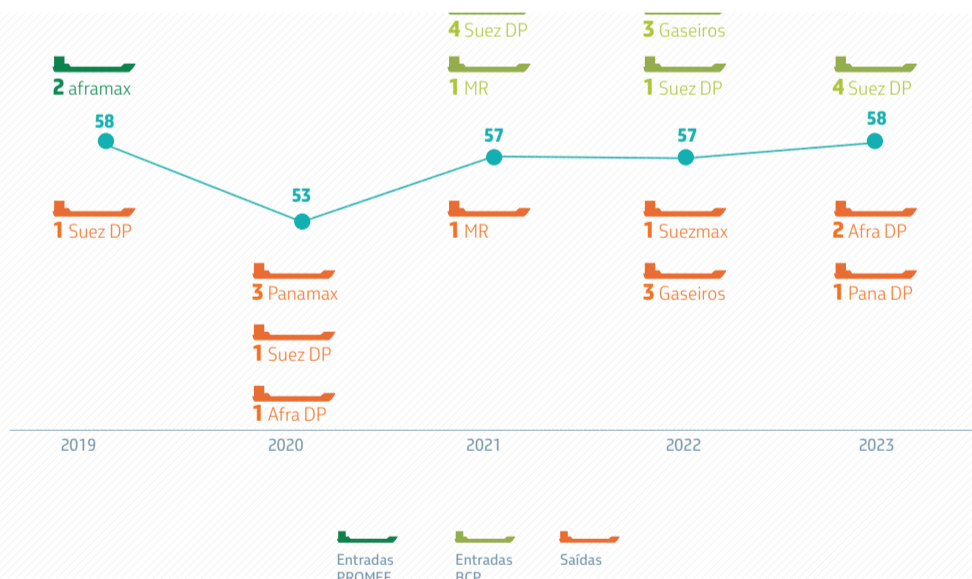
Movimentação de produtos

Projetamos para 2023 uma movimentação total de líquidos de 612 milhões de metros cúbicos em nossos dutos e terminais. Esse número representa crescimento médio anual de 0,8% sobre a movimentação projetada para o ano de 2019.



Frota em operação

Nosso PNG 2019-2023 projeta o seguinte quantitativo da nossa frota: iniciamos 2019 com 57 navios e terminaremos 2023 com 58 navios em operação. Está prevista a entrega de dois navios pelo Promef já em 2019. A expectativa é adicionarmos mais 13 embarcações à nossa frota pelo modelo Bareboat Charter Party (BCP). Nesse ciclo, prevemos ainda a saída de 14 navios, em decorrência do encerramento do respectivo contrato de afretamento existente ou do fim de sua vida útil.



Governança, Riscos e Conformidade

Governança e Gestão

O ano de 2018 foi de continuidade no fortalecimento dos nossos mecanismos de governança corporativa. Ao longo do exercício, promovemos ações com o intuito de aprimorar os processos e práticas da Companhia e alinhá-los aos requisitos contidos na lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), no decreto nº 8.945/2016, em resoluções emanadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e nas Regras Corporativas Comuns (RCCs) emitidas pela Petrobras. Destacamos o recebimento do Certificado de Nível 1 (Grau Máximo) no Terceiro Ciclo do Indicador de Governança IG-Sest, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais (Sest) com o objetivo de avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei das Estatais. Foi a primeira participação da Companhia.



No terceiro ciclo do indicador, a Sest incluiu sete empresas de controle indireto, dentre elas a Transpetro, e priorizou a avaliação da efetividade do funcionamento de suas estruturas de governança, bem como as melhores práticas de governança corporativa adotadas no mercado. A avaliação foi realizada por membros independentes da Fundação Dom Cabral (FDC), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade de Brasília (UnB) e Brasil Bolsa Balcão (B3). Em 2018, adotamos o Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras (RLCP). O documento substituiu o Manual da Petrobras para Contratação (MPC) e é utilizado por toda a Companhia desde 14 de junho de 2018. Aprovamos também a reforma do nosso Estatuto Social. O objetivo foi adequá-lo aos dispositivos da Lei das Estatais e atualizar nosso Objeto Social. Com isso, o documento reflete melhor nossas atividades e possibilita o desenvolvimento de novos negócios, em alinhamento ao nosso Planejamento Estratégico 2030.

Um importante instrumento da nossa estrutura de governança e do processo decisório é a gestão dos limites de competência dos gestores, por meio da avaliação contínua da Tabela de Limite de Competências (TLC). O instrumento estabelece os valores de que dispõem o presidente, os diretores e os titulares de funções gerenciais para o cumprimento de suas atribuições e gestão da Companhia, respeitadas as competências estatutárias. Em 2018, foram realizadas três revisões na TLC, que, na versão atual, possui 175 itens divididos em 18 capítulos, contendo definições de competência para os principais atos de gestão que praticamos.

Os comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, que se reúnem periodicamente para avaliar e discutir temas relevantes em suas áreas de atuação, também constituem instrumentos fundamentais da nossa estrutura de governança e processo decisório. Contamos em 2018 com os seguintes comitês:

Assessoramento ao Conselho de Administração

- **Estatutários:**
 - Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) – Utilizamos o CAE da Petrobras Controladora no período de constituição do nosso Comitê Estratégico e Financeiro (Coestfin)
 - Comitê de Elegibilidade – Utilizamos o Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão (CIRS) da Petrobras Controladora

• **Não Estatutários:**

- Comitê de Auditoria (Coaud) - Extinto em 13 de novembro de 2018
- Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)

Assessoramento à Diretoria Executiva

- Comitê de Desempenho Empresarial
- Comitê de Investimentos
- Comitê de Riscos
- Comitê de SMS
- Comitê de Segurança de Dutos
- Comitê de Recursos Humanos
- Comitê de Correição e Comitê de Gestão

Destacamos ainda o Diagnóstico de Gestão do Presidente (DGP), exercício de liderança que possibilita o contato direto da Alta Administração com os colaboradores e tem como principais objetivos a verificação do nível de aplicação de práticas de gestão nas gerências e a identificação de práticas inovadoras e de oportunidades de melhoria a serem implementadas nas áreas diagnosticadas ou em outras com as quais tenha interface.

Gestão de Riscos Empresariais

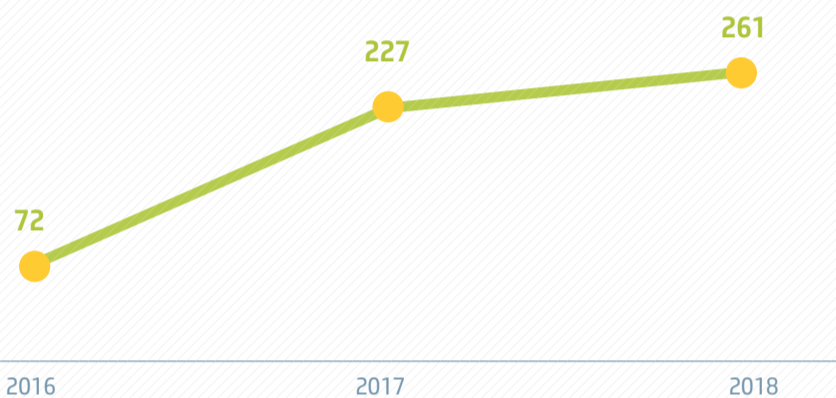
Ao longo de 2018 aprimoramos a identificação, análise e tratamento de riscos empresariais, desenvolvendo ações alinhadas com nosso Planejamento Estratégico. Nesse sentido, destaca-se a emissão do Mapa de Riscos Empresariais Monitorados (Marem), que contém a avaliação de severidade de 145 riscos potenciais mapeados na Companhia. Ações específicas de prevenção e mitigação estão sendo priorizadas, considerando especialmente os riscos de maior severidade.

Emitimos também o Guia para Identificação e Análise dos Riscos Empresariais da Transpetro. O documento foi estruturado para apoiar todos os colaboradores envolvidos no processo de construção dos mapas de riscos, fornecendo orientação adequada para a identificação e análise de riscos por parte das nossas gerências.

Destaque ainda para a criação do Comitê de Riscos da Transpetro, composto por 11 membros representantes das gerências com maior interface com o tema. As principais atribuições do comitê são a análise e emissão de recomendações sobre políticas, estratégias e processos de gestão de riscos empresariais; a proposição e avaliação de medidas de mitigação de riscos; e a proposição de ações de resposta a riscos e contingências.

Em 2018, um dos principais riscos que enfrentamos foi o aumento das intervenções intencionais de terceiros para furto de petróleo e derivados em nossos dutos, as denominadas derivações clandestinas. Essas ações criminosas, favorecidas por um cenário de insegurança pública e desorganização social, colocam em risco a segurança das pessoas, do meio ambiente e das instalações sob nossa responsabilidade.

Conforme gráfico abaixo, registramos no ano passado 261 casos de furto ou tentativa de furto em nossos dutos em todo o país, um crescimento de 15% no número de ocorrências no comparativo com 2017. Do total de casos, 151 (57%) aconteceram no Estado de São Paulo e 69 (26%), no Estado do Rio de Janeiro.



Essa grande ameaça exige cada vez mais ações da Companhia para a prevenção e redução dos impactos. Por conta disso, reforçamos a estrutura dedicada ao tema, transformando-a numa gerência executiva, responsável por centralizar e integrar as ações de combate às derivações clandestinas de forma matricial e integrada. O trabalho realizado em 2018 tomou por base as seguintes disciplinas:



No combate às derivações clandestinas, realizamos um conjunto de ações. De forma integrada com a Petrobras Controladora, colaboramos com as investigações das autoridades de segurança pública e investimos constantemente no desenvolvimento de tecnologias de monitoramento. Nossa preocupação maior é a segurança das famílias, pois intervenções criminosas nos dutos podem trazer riscos para a comunidade. Diante disso, diversas atividades foram desenvolvidas para aproximar e informar a população vizinha aos dutos.

Nas operações de combate, reforçamos, com base nas inspeções terrestre e aérea nas faixas de dutos o objetivo de localizar tentativas de derivações clandestinas, com suas diversas formas técnicas disponíveis. E na vigilância da faixa, intensificamos as patrulhas com a finalidade de coibir as tentativas de furto.

Intensificamos ainda nas comunidades vizinhas às faixas de dutos a divulgação do telefone 168 (gratuito e disponível 24 horas por dia, sete dias por semana) e do número de WhatsApp (21) 99992-0168, canais de comunicação simples e diretos para o envio de informações sobre qualquer movimentação suspeita na faixa de dutos ou em terrenos próximos.

Ampliamos também os canais de comunicação para recebimento de manifestações voltadas a contribuir para as atividades de combate às ocorrências de derivações clandestinas, ao firmarmos parcerias com o Disque Denúncia de São Paulo. Além disso, renovamos nossa parceria com o Disque Denúncia do Rio de Janeiro.

Promovemos exercícios simulados de resposta à emergência nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. O objetivo foi preparar nossas equipes para qualquer contingência envolvendo o furto de combustível nos dutos que operamos, treinar as ações coordenadas com os órgãos públicos e alertar as comunidades vizinhas às faixas sobre os riscos da ação de terceiros nos dutos.

A constante interação que mantemos com os órgãos públicos tem por finalidade a troca de informações e apoio técnico recíproco no combate a ações criminosas nos dutos que operamos. Em 2018, celebramos acordo de cooperação com o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MPERJ) e demos passos importantes para a integração com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Por meio de projetos de benchmarking, buscamos parcerias com empresas internacionais operadoras de dutos na América Latina e na Europa, igualmente impactadas pelas ações criminosas de furto em dutos.

Em 2018, realizamos ainda outras ações e entregas na área da Gestão de Riscos Empresariais, tais como a estruturação dos critérios ou réguas de riscos, ferramentas que viabilizam as avaliações de riscos e a construção dos Mapas de Riscos Empresariais; e a implantação do Documento de Análise de Riscos Específicos (Dare), instrumento formal para subsidiar e fortalecer a tomada de decisão, contendo avaliação de risco específica para casos concretos encaminhados por nossas gerências.

Conformidade

Em 2018, mantivemos o foco no aprimoramento e na garantia de um ambiente íntegro para os nossos negócios. Atuamos na ampla disseminação e fortalecimento da cultura de conformidade, na prevenção, detecção e correção de desvios e não conformidades associadas, principalmente, à fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, bem como na análise de integridade dos gestores e contrapartes.

Destacamos também os resultados obtidos na auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar os controles de prevenção e detecção relacionados à fraude e à corrupção de órgãos e instituições do Poder Executivo Federal (Acórdão 2.604/2018 – TCU – Plenário, Relatora: Ministra Ana Arraes). Nossos resultados foram expressivos. Recebe-

mos classificação no grau máximo (Nível Aprimorado) nos controles de Combate à Fraude e Corrupção, Gestão de Riscos e Controles Internos, Ética e Integridade, Designação de Dirigentes, Transparência e Accountability.

Para promover a integração e fortalecer as nossas iniciativas de conformidade, dispomos ainda de instrumentos como o Código de Ética, o Guia de Conduta e o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção. Em 2018, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva aprovaram nossa Política de Conformidade Corporativa, que estabelece as diretrizes e princípios para a prevenção e combate à corrupção, em todas as suas formas, estimulando um ambiente de comportamento ético e íntegro, de envolvimento responsável e de práticas leais nas relações com toda a cadeia produtiva e públicos de interesse.

Um importante instrumento de prevenção utilizado para a avaliação de integridade são os pareceres de conformidade, elaborados para dar suporte à tomada de decisão e minimizar riscos em nossos processos decisórios. Em 2018, foram emitidos 231 pareceres, relacionados a assuntos diversos, com destaque para a solicitação de aditivos contratuais, a realização de processos licitatórios e contratações diretas, e a assinatura de termos para encerramento de pendências.

De forma preventiva, realizamos avaliações de Background Check de Integridade (BCI), que consiste no levantamento sistemático de informações pessoais, por meio de consulta a banco de dados públicos e privados, e de informações de diversas áreas de controle da Companhia, com a finalidade de subsidiar os gestores na tomada de decisão. No ano, foram emitidos 245 BCIs, seis deles referentes aos indicados para o novo Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê Estratégico e Financeiro.

Nesse contexto, outra iniciativa estratégica de prevenção e orientação fundamental para multiplicar conhecimento, mitigar riscos e proteger a Companhia são os treinamentos realizados anualmente sobre ética e conformidade, com os destacados abaixo:

- Treinamentos para a Liderança associados ao Programa de Desenvolvimento de Líderes (PDL), que contemplaram 205 empregados-líderes em 2018;
- Treinamentos para Novos Empregados, oferecidos a 231 dos nossos recém-admitidos;
- Treinamento para a Alta Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria), que contemplou 21 administradores;
- Treinamentos de Ética e Conformidade por Ensino a Distância (EAD), que totalizaram 2.904 participantes em 2018.

Além das ações preventivas, ressaltamos os procedimentos investigativos associados à fraude e à corrupção, envolvendo as atividades de apuração de denúncias oriundas do nosso Canal de Denúncias, bem como a apuração de indícios de irregularidades provenientes de outras fontes (auditoria, órgãos de controles, entre outros). Os desvios e não conformidades identificados são tratados e deliberados pelo Comitê de Correção, com base no nosso Regime Disciplinar.

Destacamos ainda as ações realizadas para atendimento à lei 13.303/2016, como a avaliação de requisitos de habilitação de fornecedores para a indicação do Grau de Risco de Integridade (GRI) atribuído a eles nas fases de verificação de efetividade, habilitação, homologação e na que antecede a assinatura do instrumento contratual.

Em 2018, o avanço das investigações conduzidas pela Operação Lava Jato resultou para a Companhia na recuperação financeira de R\$ 924 mil. Os valores correspondem à multa penal e acordos de leniência firmados entre a Controladora Geral da União (CGU) e empresas envolvidas em esquemas de fraude ou corrupção que, direta ou indiretamente, atingiram a Transpetro.

Merce destaque ainda a celebração de acordo entre a Petrobras e o Departamento de Justiça (DoJ) dos Estados Unidos para encerramento das investigações relacionadas aos controles internos, registros contábeis e demonstrações financeiras no período de 2003 a 2012. Pelos termos firmados, a Petrobras Controladora se comprometeu a continuar aprimorando seu programa de compliance, projetado para prevenir e detectar violações ao Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) e outras leis anticorrupção aplicáveis às suas operações e de suas subsidiárias, agentes e joint ventures, bem como de seus contratados e subcontratados.

No que se refere à Transpetro, a implementação das medidas previstas no acordo deverão estar integralmente concluídas até junho de 2019 e contarão com acompanhamento periódico do nosso Comitê de Auditoria Estatutário (CAE).

Controles Internos

Em 2018, em alinhamento ao previsto no nosso Plano Estratégico, realizamos iniciativas com o objetivo de aprimorar nossos controles, além de aumentar a capacidade preventiva e o grau de automação deles. Assim, dos 449 controles disparados para a Companhia, mais de 90 deles foram objeto de reelaboração e otimização, visando também ao atendimento a demandas de Oportunidades de Melhorias (OM) provenientes do Diagnóstico do Presidente (DGP).

Em atendimento ainda à Lei Sarbanes-Oxley (SOX) e outras iniciativas, tais como a lei 13.303/2016, acrescentamos 285 perguntas aos controles em nível de entidade (ELC) indicados pela Petrobras Controladora à Transpetro.

Nossa Política e Diretrizes de Controles Internos passou por atualização em 2018. Um dos principais ajustes foi a imputação da atribuição de responsabilidade sobre a execução de controles internos a todos os nossos empregados. O documento está disponível ao público em nosso site externo.

Em alinhamento à metodologia utilizada na Petrobras, realizamos análises de risco para identificar os processos mais sensíveis e desenvolver controles apropriados. Com vistas a garantir a confiabilidade e a integridade de nossas atividades, dispomos de controles internos de governança, processos e tecnologia da informação. A eficácia desses controles é avaliada internamente e por auditoria externa. Uma vez identificada eventual deficiência de controles, atuamos ativamente propondo ações de melhoria e remediação.

A avaliação da eficácia de nossos controles internos sobre relatórios financeiros toma por base os critérios da Estrutura Integrada de Controles Internos, emitidos pelo Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission (Coso), em atendimento à SOX.

Esses critérios regem a certificação da nossa empresa controladora e abrangem a Transpetro, por se tratar de empresa relevante da Petrobras. A partir dessas avaliações, verificamos que nossas ações remediaram, em todos os aspectos relevantes, as deficiências identificadas até 2018, comprovando a efetividade dos nossos controles internos sobre relatórios financeiros. Nesse contexto, destacam-se ainda as atividades de definição e acompanhamento de soluções de controles de processo no sistema integrado de gestão ou em legados. O objetivo é automatizar regras de negócio e inibir, automaticamente, a materialização de erros, bem como coordenar a padronização de soluções sistêmicas de controle e conformidade adotadas na Transpetro, visando à efetividade em Segregação de Funções e Controle de Ações Críticas. Para essas atividades, priorizam-se os sistemas com histórico de escopo na Certificação SOX/CVM48.

GLOSSÁRIO

Accountability – Conceito da língua inglesa que pode ser traduzido como responsabilidade com ética. Remete à obrigação dos membros de um órgão administrativo ou representativo com a transparência e a prestação de contas a instâncias controladoras ou a seus representados.

Alavancagem – Relação entre a dívida e a geração de caixa de uma empresa.

Benchmark – É a empresa que se torna referência em algum aspecto ou processo.

Benchmarking – É o ato de identificar algumas empresas que são excelentes em algum aspecto e copiar ou adaptar suas melhores práticas.

Bunker – Combustível que alimenta o motor do navio.

CNCL (Centro Nacional de Controle Logístico) – Estrutura da Transpetro que utiliza tecnologia de ponta para monitorar e operar, remotamente e de forma centralizada, o transporte dutoviário da Companhia.

CRM – Comissão de Valores Mobiliários

Continuidade operacional – Conceito que expressa a capacidade de uma organização de continuar suas operações em um período futuro.

Control Room Management (CRM) – Práticas recomendadas pela American Petroleum Institute (API) para o gerenciamento de salas de controle. Nossa aderência a essas práticas fortalece nossa condição de centro de excelência mundial na operação de dutos e terminais.

Curva de Bradley – É um sistema patenteado pela DuPont que avalia o desempenho de uma organização na área de segurança. Esse sistema relaciona o número de lesões com o estágio da cultura de segurança na empresa.

Docagem – Serviço de reparo, em dique seco ou flutuante, dos navios da Transpetro. O objetivo é restaurar ou manter o padrão original de desempenho previsto da embarcação. É realizada em períodos regulares, previamente estabelecidos de acordo com a política interna de manutenção da Companhia.

Ebitda – Sigla em inglês para earnings before interest, taxes, depreciation and amortization, que pode ser traduzido por lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização.

Empregados cedidos – Empregados da Petrobras Controladora ou de suas controladas requisitados por outras empresas da própria Petrobras, Petros ou órgãos/entidades dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Governança – Relação entre agentes econômicos (acionistas, executivos, conselheiros) com capacidade de influenciar/determinar a direção e o desempenho das corporações. A boa governança corporativa garante aos sócios equidade, transparência e responsabilidade pelos resultados.

Hidrocarboneto – Classificação de um grande grupo de compostos químicos orgânicos,

constituídos por átomos de carbono e hidrogênio. No presente trabalho, constitui uma denominação abrangendo o petróleo bruto.

Impairment – Perda no valor de recuperação de ativos.

Incident Command System (ICS) – É um sistema projetado para permitir o gerenciamento de incidentes domésticos, integrando instalações, equipamentos, pessoal, procedimentos e comunicações dentro de uma estrutura organizacional comum. Tem por objetivo permitir a identificação das principais preocupações associadas ao incidente sem prejudicar a atenção a qualquer componente do sistema de comando.

Limite de Alerta (LA) – Parâmetro máximo admissível de um determinado indicador em um período definido, utilizado para aplicação de ações de correção e melhorias nos processos.

Navio Aframax – Petroleiro para o transporte de óleo cru com capacidade de carga entre 80 mil a 120 mil toneladas de porte bruto (TPB). O nome é baseado na terminologia Average Freight Rate Assessment (Afra), ou, em português, Valor Médio de Frete.

Navio Gaseiro – Embarcação para o transporte de gás liquefeito de petróleo, destinado prioritariamente à navegação de cabotagem.

Navio Suzmax – Petroleiro para o transporte de óleo cru com capacidade de carga na faixa de 140 mil a 175 mil TPB. Com seu calado, boca e comprimento, tem capacidade para trafegar pelo canal de Suez.

Offshore – Relaciona-se à atividade desenvolvida ao largo da costa por empresas de exploração petrolífera.

Passadiço – Na linguagem marítima, designa o local do navio de onde os oficiais de Náutica manobram a embarcação sob as ordens do comandante.

Sustentabilidade – É o trabalho da organização na gestão de fatores sociais e ambientais - em especial no relacionamento com as comunidades e demais públicos de interesse - com o intuito de desenvolver os espaços onde atua por meio de processos que estejam atrelados às estratégias de negócios da empresa. Numa gestão sustentável, integram-se os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Também é associada à perenidade do negócio.

Tanker Management Self Assessment (TMSA) – Desenvolvida pela *Oil Companies International Marine Forum* (Ocmf), a metodologia avalia os sistemas de gerenciamento das empresas de navegação ligadas à indústria do petróleo e os compara às melhores práticas do mercado. O objetivo é elevar as empresas aos mais altos padrões de segurança e prevenção de acidentes, bem como adequar o desempenho operacional delas às melhores referências (benchmark) da indústria.

Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) – É o número de acidentados registráveis sem afastamento, com afastamento e fatalidades para cada um milhão de horas-homem de exposição ao risco no período considerado.

Teletrabalho – Significa, literalmente, trabalho a distância. Pode ser entendido como o trabalho realizado para o empregador fora do ambiente da empresa. É também chamado de trabalho remoto.

Transbordo a contrabordo – Operação que consiste na transferência de petróleo e derivados entre navios atracados.

Valores – São as virtudes, crenças e princípios da empresa. Indicam o que é relevante para a organização no dia a dia do negócio.

Vetting – São inspeções responsáveis por certificar se o navio está apto a operar em qualquer porto, nacional ou estrangeiro, em condições de segurança, garantindo a preservação do meio ambiente e dos operadores envolvidos no processo.

| BALANÇO PATRIMONIAL | | | | | | | | | | | |
|---|---------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--|------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma) | | | | | | | | | | | |
| Ativo | Nota | Controladora | | Consolidado | | Passivo e patrimônio líquido | Nota | Controladora | | Consolidado | |
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7.1 | 94.464 | 63.660 | 850.578 | 753.705 | Financiamentos | 25 | 303.675 | 279.030 | 303.675 | 279.030 |
| Títulos e valores mobiliários | 7.2 | 1.116.429 | 1.460.856 | 1.116.429 | 1.460.856 | Fornecedores | | 303.186 | 265.512 | 338.583 | 290.142 |
| Contas a receber | 8 | 35.107 | 12.246 | 35.107 | 12.246 | Contas a pagar a partes relacionadas | 9 | 543.138 | 682.250 | 568.238 | 780.523 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 9 | 1.353.527 | 1.360.417 | 1.332.291 | 1.345.303 | Impostos e contribuições | 11 | 98.478 | 96.991 | 98.552 | 97.044 |
| Adiantamento a fornecedores | | 4.095 | 5.685 | 10.782 | 26.026 | Provisão p/Imp.Renda e Contrib.Social | | - | - | 5.387 | 1.246 |
| Estoques | | 87.556 | 80.447 | 87.556 | 80.447 | Dividendos e juros sobre capital próprio | 18 | - | 27.677 | - | 27.677 |
| Imposto de renda e contribuição social | 11 | 309.082 | 54.798 | 309.082 | 54.798 | Salários, benefícios e encargos sociais | | 225.341 | 218.766 | 225.728 | 218.969 |
| Impostos e contribuições | 11 | 58.553 | 31.546 | 58.559 | 31.576 | Provisão p/Participações de Empregados | 16.2 | 87.998 | 27.691 | 87.998 | 27.691 |
| Despesas antecipadas | 10 | 1.565 | 11.893 | 52.379 | 68.270 | Demais contas e despesas a pagar | | 36.785 | 30.430 | 36.855 | 30.504 |
| Outros ativos circulantes | | 42.078 | 49.182 | 42.079 | 49.182 | Receitas a apropriar | | 495 | 539 | 495 | 539 |
| | | 3.102.456 | 3.130.730 | 3.894.842 | 3.882.409 | | | 1.599.096 | 1.628.886 | 1.665.511 | 1.753.365 |
| Não circulante | | | | | | Não circulante | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | Financiamentos | 25 | 5.659.835 | 5.305.695 | 5.659.835 | 5.305.695 |
| Títulos e valores mobiliários | 7.2 | 58.265 | 55.852 | 58.265 | 55.852 | Fornecedores | | 36.030 | 27.286 | 36.030 | 27.286 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 9 | 17.616 | 17.616 | - | - | Provisão para processos judiciais | 15.1 | 245.754 | 238.505 | 245.754 | 238.505 |
| Tributos e contrib. Sociais diferidos | 11 | 898.839 | 535.442 | 898.839 | 535.442 | Contas a pagar a partes relacionadas | 9 | 161.457 | 219.253 | 161.457 | 219.253 |
| Depósitos judiciais | 15.3 | 197.507 | 197.354 | 197.507 | 197.354 | Receitas a apropriar | | 4.724 | 5.219 | 4.724 | 5.219 |
| Adiantamento a fornecedores | | 15.827 | 32.566 | 15.827 | 32.566 | Passivo atuarial | 16 | 974.725 | 767.048 | 974.725 | 767.048 |
| Demais ativos | 12 | 86.980 | 157.606 | 86.980 | 157.606 | Impostos e contribuições | 11 | 48.848 | 50.658 | 48.848 | 50.658 |
| | | 1.275.034 | 996.426 | 1.257.418 | 978.810 | Demais contas a pagar | | 17.617 | 17.617 | 17.617 | 17.617 |
| | | | | | | | | 7.148.990 | 6.631.281 | 7.148.990 | 6.631.281 |
| | | | | | | | | 8.748.086 | 8.260.167 | 8.814.501 | 8.384.646 |
| Investimentos | 13 | 1.179.767 | 1.031.039 | - | - | Patrimônio líquido | | | | | |
| Imobilizado | 14 e 25 | 6.602.386 | 7.322.041 | 7.073.797 | 7.743.496 | Capital social realizado | 18 | 3.403.344 | 3.403.344 | 3.403.344 | 3.403.344 |
| Intangível | | 20.894 | 6.816 | 20.895 | 6.816 | Reserva de capital | | - | 5.792 | - | 5.792 |
| | | 7.803.047 | 8.359.896 | 7.094.692 | 7.750.312 | Reservas de lucros | | - | 591.411 | - | 591.411 |
| | | | | | | Ajustes de avaliação patrimonial | 20 | 353.710 | 226.338 | 353.710 | 226.338 |
| | | | | | | Prejuízos Acumulados | | (324.603) | - | (324.603) | - |
| | | | | | | | | 3.432.451 | 4.226.885 | 3.432.451 | 4.226.885 |
| Total do ativo | | 12.180.537 | 12.487.052 | 12.246.952 | 12.611.531 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 12.180.537 | 12.487.052 | 12.246.952 | 12.611.531 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO | | | | | |
|---|------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma) | | | | | |
| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receita líquida de serviços prestados | 21 | 6.680.188 | 6.385.903 | 7.640.492 | 7.464.473 |
| Custo dos serviços prestados | 22 | (4.611.499) | (4.461.566) | (5.596.684) | (5.486.833) |
| Lucro bruto | | 2.068.689 | 1.924.337 | 2.043.808 | 1.977.640 |
| Despesas operacionais | | | | | |
| Vendas | 22 | (35.752) | (32.674) | (35.752) | (32.674) |
| Gerais e administrativas | | | | | |
| De administração | 22 | (830.074) | (814.675) | (837.105) | (820.459) |
| Tributárias | 22 | (98.934) | (87.552) | (98.934) | (87.552) |
| Perda no valor recuperável de ativos - Impairment | 14 | (1.630.011) | (383.232) | (1.630.011) | (383.232) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 23 | (186.723) | (99.309) | (195.244) | (102.072) |
| | | (2.781.494) | (1.417.442) | (2.797.046) | (1.425.989) |
| Participação em controlada | 13 | (27.547) | 48.578 | - | - |
| Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro | | (740.352) | 555.473 | (753.238) | 551.651 |
| Receitas financeiras | 24 | 75.081 | 182.712 | 91.517 | 189.995 |
| Despesas financeiras | 24 | (480.625) | (439.265) | (480.879) | (439.410) |
| Variáveis monetárias e cambiais, líquidas | | 24 | (571) | 7.449 | 2.481 |
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos | | (1.146.467) | 306.369 | (1.140.119) | 309.707 |
| Imposto de renda e contribuição social Corrente | 11 | - | (311.597) | (6.348) | (314.935) |
| Imposto de renda e contribuição social Diferido | 11 | 337.245 | 126.455 | 337.245 | 126.455 |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | (809.222) | 121.227 | (809.222) | 121.227 |
| Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído - R\$ | 19 | (0,24) | 0,04 | - | - |
| Quantidade de lote de mil ações ao final do exercício | 19 | 3.403.344 | 3.403.344 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES | | | | | |
|---|------|------------------|----------------|------------------|----------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma) | | | | | |
| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
| | | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | | (809.222) | 121.227 | (809.222) | 121.227 |
| Outros componentes do resultado abrangente: | | | | | |
| Itens que não serão reclassificados para o resultado: | | | | | |
| Remensuração - Benefícios de planos de pensão | 16 | (35.290) | (18.647) | (35.290) | (18.647) |
| Imposto diferido | | 11.998 | 6.340 | 11.998 | 6.340 |
| | | (23.292) | (12.307) | (23.292) | (12.307) |
| Remensuração - Benefícios de saúde pós-emprego | 16 | (25.610) | 145.938 | (25.610) | 145.938 |
| Itens que poderão ser reclassificados para o resultado: | | | | | |
| Ajustes acumulados de conversão em investidas | | | | | |
| Reconhecidos no Patrimônio líquido | 13 | 176.274 | 17.504 | 176.274 | 17.504 |
| Resultado abrangente total | | (681.850) | 272.362 | | |

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

| | Nota | Controladora e consolidado | | | | | | | | | | |
|---|-------|----------------------------|--------------------|----------------|-------------------|--------------------|------------------------------|--------------------|---|----------------------|----------------------------------|------------------|
| | | Capital social realizado | Reserva de capital | | | Reservas de lucros | | | | Prejuízos acumulados | Ajustes de avaliação patrimonial | Total |
| | | | Incentivos fiscais | Legal | Lucros a realizar | Incentivos fiscais | Dividendo adicional proposto | Retenção de lucros | | | | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | | 3.403.344 | 5.792 | 414.666 | - | 83.196 | 25.822 | - | - | - | 75.202 | 4.008.023 |
| Ajuste de conversão de investimento no exterior | 13 | | | | | | | | | | 17.504 | 17.504 |
| Remensuração passivo atuarial - Petros 2 e AMS | | | | | | | | | | | 133.631 | 133.631 |
| Dividendo adicional proposto | | | | | | | (25.822) | | | | | (25.822) |
| Lucros líquido do exercício | | | | | | | | | | 121.227 | | 121.227 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | | | | | | |
| Reserva legal | | | | 6.061 | | | | | | (6.061) | | - |
| Reserva de incentivos fiscais | | | | | | 4.457 | | | | (4.457) | | - |
| Dividendos adicional proposto | 18 | | | | | | | 83.031 | | (83.031) | | - |
| Dividendos propostos | 18 | | | | | | | | | (27.677) | | (27.677) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | | 3.403.344 | 5.792 | 420.727 | - | 87.653 | 83.031 | - | - | - | 226.338 | 4.226.885 |
| Ajuste de conversão de investimento no exterior | 13 | | | | | | | | | | 176.274 | 176.274 |
| Mensuração passivo atuarial - Petros 2 e AMS | | | | | | | | | | | (48.902) | (48.902) |
| Adoção inicial IFRS9 - ativos financeiros | 2.3.1 | | | | | | | | | (29.554) | | (29.554) |
| Dividendo adicional proposto | 18 | | | | | | | (83.031) | | | | (83.031) |
| Prejuízo do exercício | | | | | | | | | | (809.222) | | (809.222) |
| Absorção do prejuízo: | | | | | | | | | | | | |
| Reserva de capital | | | (5.792) | | | | | | | 5.792 | | - |
| Reserva legal | | | | (420.727) | | | | | | 420.727 | | - |
| Reserva de incentivos fiscais | | | | | | (87.653) | | | | 87.653 | | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | | 3.403.344 | - | - | - | - | - | - | - | (324.603) | 353.710 | 3.432.451 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | (809.222) | 121.227 | (809.222) | 121.227 |
| Ajustes para: | | | | |
| Provisão para Imposto de renda e contribuição social | - | 311.597 | 6.348 | 314.935 |
| Participação em empresa controlada | 27.547 | (48.578) | - | - |
| Depreciação e amortização | 466.560 | 536.791 | 547.739 | 647.621 |
| Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment | 1.630.011 | 383.232 | 1.630.011 | 383.232 |
| Resultado com alienação e baixas de ativos | 220 | 3.954 | 220 | 3.954 |
| Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos | 475.014 | 409.031 | 475.014 | 409.031 |
| Variações cambiais e monetárias não realizadas | 6.364 | 7.573 | 6.364 | 7.573 |
| Rendimentos títulos e valores mobiliários | (56.737) | (87.900) | (56.737) | (87.900) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos | (337.245) | (126.455) | (337.245) | (126.455) |
| Provisão para processos judiciais | 7.249 | 84.482 | 7.249 | 84.482 |
| Perdas com créditos esperadas | (2.083) | 11 | (2.083) | 11 |
| Provisão atuarial com plano de pensão | 149.609 | 160.031 | 149.609 | 160.031 |
| Outros ajustes | - | 4.375 | (13.798) | 4.321 |
| Redução (aumento) nos ativos | (15.967) | (189.693) | (9.845) | (176.803) |
| Contas a receber | (7.109) | (7.034) | (7.109) | (7.034) |
| Estoques | (153) | (58.252) | (153) | (58.252) |
| Outros ativos | 48.021 | (22.407) | 67.238 | (21.625) |
| Aumento (redução) nos passivos | (163.003) | (31.173) | (225.410) | 886 |
| Fornecedores | (277.458) | 14.696 | (278.453) | 14.939 |
| Impostos, taxas e contribuições | (4.740) | (47.707) | (5.906) | (49.928) |
| Outros passivos | 78.610 | 57.437 | 78.790 | 57.255 |
| Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais | 1.215.488 | 1.475.238 | 1.222.621 | 1.681.501 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | (826.461) | (827.890) | (889.384) | (881.318) |
| Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis | (826.461) | (827.890) | (889.384) | (881.318) |
| Títulos e valores mobiliários | 398.750 | (325.366) | 398.750 | (325.366) |
| Reccebimentos pela alienação de ativos | - | 9.953 | - | 9.953 |
| Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos | (427.711) | (1.143.303) | (490.634) | (1.196.731) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamentos | 243.617 | 408.017 | 243.617 | 408.017 |
| Captações | (545.025) | (202.262) | (545.025) | (202.262) |
| Amortizações de principal | (342.846) | (308.171) | (342.846) | (308.171) |
| Amortizações de juros | (112.719) | (233.851) | (112.719) | (233.851) |
| Dividendos pagos | (756.973) | (336.267) | (756.973) | (336.267) |
| Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos | (756.973) | (336.267) | (756.973) | (336.267) |
| Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa | - | - | 121.859 | 12.569 |
| Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos | 30.804 | (4.332) | 96.873 | 161.072 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 63.660 | 67.992 | 753.705 | 592.633 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 94.464 | 63.660 | 850.578 | 753.705 |
| Transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa | | | | |
| Ajustes líquidos - adições de imobilizado | 548.024 | 489.266 | 548.024 | 489.266 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receitas | | | | |
| Vendas de serviços | 7.878.972 | 7.513.403 | 8.839.276 | 8.591.973 |
| Outras receitas operacionais | 75.473 | 157.079 | 87.567 | 150.504 |
| Receitas relacionadas a construção de ativos para uso | 1.383.435 | 1.400.792 | 1.446.358 | 1.456.153 |
| (-) Perdas com créditos esperadas | 2.083 | (11) | 2.083 | (11) |
| | 9.339.963 | 9.071.263 | 10.375.284 | 10.198.619 |
| Insumos adquiridos de terceiros | | | | |
| Serviços de terceiros | (1.081.048) | (1.020.454) | (1.341.786) | (1.275.910) |
| Materiais consumidos | (227.426) | (205.143) | (248.881) | (228.754) |
| Energia, serviços de terceiros e outros | (1.907.997) | (1.926.821) | (1.997.817) | (1.983.894) |
| Créditos fiscais sob materiais consumidos | (7.461) | (8.792) | (7.461) | (8.792) |
| Créditos fiscais sob energia, serviços de terceiros e outros | (194.177) | (194.638) | (194.177) | (194.638) |
| Perda e recuperação de ativos | (1.630.011) | (383.232) | (1.630.011) | (383.232) |
| | (5.048.120) | (3.739.080) | (5.420.133) | (4.075.220) |
| Valor adicionado bruto | 4.291.843 | 5.332.183 | 4.955.151 | 6.123.399 |
| Depreciação e amortização | (466.560) | (536.791) | (547.739) | (647.621) |
| Valor adicionado líquido produzido pela Companhia | 3.825.283 | 4.795.392 | 4.407.412 | 5.475.778 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | (27.547) | 48.578 | - | - |
| Receitas financeiras - receita financeira e receita de variações monetárias e cambiais | 112.415 | 208.038 | 128.863 | 215.362 |
| | 84.868 | 256.616 | 128.863 | 215.362 |
| Valor adicionado total a distribuir | 3.910.151 | 5.052.008 | 4.536.275 | 5.691.140 |
| Distribuição do valor adicionado | | | | |
| Pessoal e encargos | 1.055.219 | 1.009.755 | 1.109.687 | 1.073.462 |
| Participações de empregados | 112.925 | 27.691 | 112.925 | 27.691 |
| Honorários da diretoria e conselho de administração | 12.444 | 11.888 | 12.444 | 11.888 |
| Mão de obra adicional | 529.003 | 522.583 | 531.019 | 524.113 |
| Vantagens (alimentação, transportes e outros) | 161.364 | 180.010 | 161.776 | 185.571 |
| Plano de aposentadoria e pensão | 87.420 | 84.794 | 88.052 | 85.490 |
| Plano de saúde | 165.147 | 174.408 | 170.321 | 180.332 |
| FGTS | 60.259 | 57.713 | 60.259 | 57.713 |
| | 2.183.781 | 2.068.842 | 2.246.483 | 2.146.260 |
| Entidades governamentais | | | | |
| Impostos contribuições federais | 841.478 | 1.119.805 | 847.850 | 1.123.176 |
| Impostos contribuições estaduais | 299.320 | 304.686 | 299.320 | 304.686 |
| Impostos contribuições municipais | 237.990 | 173.783 | 237.990 | 173.783 |
| Imposto renda e contribuição social diferido | (337.245) | (126.455) | (337.245) | (126.455) |
| Instituições financeiras | | | | |
| Despesas financeiras e alugueis | 1.494.049 | 1.390.121 | 2.051.099 | 1.948.464 |
| Acionistas | | | | |
| Lucros (prejuízos) retidos | (809.222) | 93.549 | (809.222) | 93.549 |
| Remuneração ao acionista | - | 27.677 | - | 27.677 |
| | (809.222) | 121.226 | (809.222) | 121.226 |
| Valor adicionado distribuído | 3.910.151 | 5.052.008 | 4.536.275 | 5.691.140 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, doravante denominada "Transpetro" ou "Companhia", é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e foi constituída em 12 de junho de 1998.

A Companhia tem por objeto construir, manter e operar dutos e terminais marítimos ou terrestres, explorando atividades relacionadas, direta ou indiretamente, aos serviços de transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos, fertilizantes e de gás em geral, por meio de dutos, terminais e quaisquer outros modais de transporte, incluindo rodoviário, ferroviário e multimodal, bem como construir, manter e operar embarcações, explorando as atividades relacionadas, direta ou indiretamente, à utilização de embarcações próprias ou de terceiros, para os serviços de apoio marítimo, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados, biocombustíveis, petroquímicos e de gás em geral.

A Transpetro, diretamente ou por meio de sua controlada, associada ou não a terceiros, poderá exercer no país ou fora do território nacional qualquer das atividades integrantes de seu objeto social.

Atualmente, parte substancial das operações comerciais da Companhia são realizadas com as empresas do sistema Petrobras.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com os International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa 4.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 5.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de fevereiro de 2019, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.2 Uso de estimativa e julgamento

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, e são revisadas periodicamente pela Administração.

As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 6.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia adotou inicialmente os requerimentos contidos nos seguintes pronunciamentos: CPC 48 Instrumentos Financeiros, análogo ao IFRS 9 *Financial Instruments*; CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, análogo ao IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* e ICPC 21 Transação em moeda estrangeira e adiantamento, análogo ao IFRIC 22 *Foreign Currency Transactions and Advance Consideration*.

2.3.1 IFRS 9 *Financial Instruments* / CPC 48 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de instrumentos financeiros e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

De acordo com as disposições transitórias previstas pelo CPC 48, a Companhia não reapresentou suas demonstrações financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a: classificação e mensuração de ativos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. Nestes casos, as diferenças nos valores contábeis de ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas em lucros acumulados no patrimônio líquido.

Informações sobre os impactos consolidados em 1º de janeiro de 2018 sobre os itens do balanço patrimonial são apresentadas a seguir:

| Item do balanço patrimonial | Divulgado em 31.12.2017 | Ajuste pela adoção inicial do IFRS 9 | Saldo em 01.01.2018 |
|--|-------------------------|--------------------------------------|---------------------|
| Ativo Não Circulante | | | |
| Demais Ativos | 157.606 | (44.779) | 112.827 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 535.442 | 15.225 | 550.667 |
| Patrimônio Líquido | | | |
| Lucros acumulados | - | (29.554) | (29.554) |

Perda no valor recuperável dos ativos financeiros (*Impairment*)

O CPC 48 substituiu o modelo de perda incorrida estabelecido pelo CPC 38 pelo modelo de perda esperada. A provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantís, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

O CPC 48 estabelece três categorias para classificação de ativos financeiros: mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo. O CPC 48 eliminou as seguintes categorias estabelecidas pelo CPC 38: mantidos até o vencimento, empréstimos e contas a receber e disponíveis para venda.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para títulos e valores mobiliários em 1º de janeiro de 2018:

| | Em milhões de R\$ | | |
|--|---|--|---|
| Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39 | Valor contábil original de acordo com o CPC 38 IAS 39 | Nova Classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9 | Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9 |
| Empréstimos e Recebíveis | 3.982 | Custo amortizado | 3.982 |
| Empréstimos e Recebíveis | | | |

dos pela taxa final e os demais itens do patrimônio líquido são convertidos pela taxa histórica. As variações cambiais sobre os investimentos em sua controlada, que tem moeda funcional distinta da controladora, são registradas no patrimônio líquido, como ajuste acumulado de conversão e serão transferidas para o resultado quando da alienação do investimento.

3. Operação Lava Jato e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada “Operação Lava Jato”, visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras. Baseado nas informações disponíveis à Transpetro, o referido esquema consistia em um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Esse esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como “membros do cartel”. A Companhia não realizou qualquer pagamento indevido.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também impuseram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras e da Transpetro. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Os valores pagos pela Transpetro no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados da Companhia. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (Property, Plant and Equipment), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a Transpetro reconheceu uma baixa no montante de R\$ 256.664 de gastos capitalizados, referente a valores que a Transpetro pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

A Colaboração Premiada do Sr. José Sérgio de Oliveira Machado, ex-Presidente da Transpetro, que revelou o mesmo esquema de pagamento de vantagens indevidas acima relatado, não trouxe qualquer impacto na metodologia anteriormente adotada. Quanto à Colaboração Premiada dos representantes da NM Engenharia, Sr. Nelson Cortonesi Maramaldo e Sr. Luiz Fernando Nave Maramaldo, na avaliação da Companhia os impactos não se mostraram relevantes. A Transpetro prosseguirá acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Transpetro avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

3.1 Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Transpetro, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as Companhias citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.

2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.

3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.

4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).

5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

A Transpetro tem monitorado continuamente as investigações da “Operação Lava Jato”, para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados em 2014. Como resultado, não foram identificadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente. A Transpetro continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

3.2 Resposta da Transpetro às questões descobertas nas investigações em curso

Continuamos acompanhando as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria Geral da União para que todos os fatos e irregularidades sejam apurados. Já atendemos centenas de pedidos de documentos e informações feitos pelos investigadores. No que nos dizia respeito, também cooperamos plenamente com a Petrobras em relação à investigação da U.S. Securities and Exchange Commission (SEC), que investiga, desde novembro de 2014, potenciais violações a leis norte-americanas em decorrência das informações apuradas no âmbito da “Operação Lava Jato”, assim como o U.S. Department of Justice (DoJ). Somos oficialmente reconhecidos como vítima dos crimes apurados na “Operação Lava Jato” pelo Ministério Público Federal e pelo juízo competente para julgar os processos criminais relacionados ao caso. A nossa posição de vítima foi reconhecida também em decisões do Supremo Tribunal Federal.

Não toleramos qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados. Deste modo, desde 2015, temos tomado diversas medidas como resposta às ocorrências reveladas na “Operação Lava Jato”.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos, a Companhia continua a implementar medidas para aprimorar sua governança corporativa e os sistemas de conformidade (compliance).

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos.

À medida que as investigações da “Operação Lava Jato” resultem em acordos de leniência com os membros do cartel ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Transpetro pode ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a Transpetro não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável adicional neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como outras receitas quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

Neste sentido, em 15.01.2018, a Transpetro recebeu a quantia de R\$ 324, referente a parte do pagamento da multa civil prevista no Acordo de Leniência firmado pela CGU e AGU com a UTC Engenharia. Em 02.03.2018 e em 05.03.2018, a Transpetro recebeu as quantias de R\$ 200 e R\$ 400, respectivamente, referentes a parte do pagamento da multa civil prevista no Acordo de Colaboração Premiada dos Srs. Nelson Cortonesi Maramaldo e Luiz Fernando Nave Maramaldo.

3.3 Investigações envolvendo a Companhia

A Transpetro não é um dos alvos das investigações da “Operação Lava Jato” e é reconhecida formalmente pelas autoridades brasileiras como vítima do esquema de pagamentos indevidos.

3.4 Termo de Acordo de Colaboração Premiada

No Termo de Acordo de Colaboração Premiada do ex-Presidente da Transpetro, José Sérgio de Oliveira Machado, firmado junto ao Ministério Público Federal, o Colaborador se comprometeu ao pagamento de multa compensatória, no valor de R\$ 75.000, com a distribuição inicial definida pelo Ministério Público à razão de 80% (oitenta por cento) à União e de 20% (vinte por cento) à Transpetro.

Após questionamentos por parte da Transpetro, o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, solicitou ao então Ministro Relator, Teori Zavascki, a inversão dessa proporção sob o argumento de que “é incontestado que quem sofreu lesão direta pelos delitos perpetrados pela suposta organização criminoso foi a Petrobras Transporte S.A. Portanto, a maior parte do montante da multa compensatória deve ser direcionada ao mencionado ente lesado.”

O Min. Teori Zavascki, por sua vez, determinou que o valor da multa compensatória deveria ser revertido integralmente em favor da Transpetro, uma vez que, “como a Transpetro consta como sujeito passivo principal dos crimes em tese perpetrados por José Sérgio de Oliveira Machado e pela suposta organização criminoso que integrava, o produto do crime repatriado deve ser a ela direcionado, para a restituição dos prejuízos sofridos (...). Eventuais prejuízos sofridos pela Transpetro, portanto, afetariam apenas indiretamente a União. Essa circunstância não é suficiente para justificar que 20% (vinte por cento) dos valores repatriados sejam direcionados àquele ente federado (...).”

A Transpetro, foi ressarcida do valor total negociado nesse termo, incluindo juros e correção monetária, tendo recebido a quantia de R\$ 78.881, sendo R\$ 76.881 em 2017 e R\$ 2.000 em 2016, conforme mencionado na nota 26 de “Outras Despesas e Receitas Operacionais”.

No final de 2017, o Min. Edson Fachin, relator da Operação Lava-Jato no STF, determinou o levantamento do sigilo dos Termos de Colaboração Premiada dos representantes da NM Engenharia, Sr. Nelson Cortonesi Maramaldo e Sr. Luiz Fernando Nave Maramaldo, cujos eventuais impactos, na avaliação da Companhia, não se mostraram relevantes. Em razão desse acordo, a Transpetro recebeu em 2018 a quantia total de R\$ 600.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras apresentadas.

4.1 Base de Consolidação

A Companhia é detentora de 100% do capital social da Transpetro International BV (TI BV) e, como controladora integral, apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos não realizados entre as referidas empresas.

4.2 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

4.2.1 Ativos financeiros

4.2.1.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

4.2.1.2 Classificação e mensuração de ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

· Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

· Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, com o reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

· Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

4.2.1.3 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os

efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Aumento significativo do risco de crédito

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a Companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a Companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A Companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. O baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

Definição de inadimplência (default)

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente (*default*) quando:

- ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias; ou
- a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos.

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

Perda de crédito esperada sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original, ponderada pela probabilidade de perdas de crédito.

A mensuração da perda de crédito esperada é função da: probabilidade de inadimplência (*default*), perda dada à inadimplência (a magnitude da perda caso um *default* ocorra) e exposição à inadimplência (*default*).

A avaliação da probabilidade de inadimplência (*default*) considera publicações das principais agências classificadoras de riscos, bem como metodologias internas de avaliação. A exposição à inadimplência (*default*) é representada pelo valor contábil bruto do ativo financeiro na data do balanço.

Apresentação

Provisões para *impairment* sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos tendo como contrapartida ganhos ou perdas no resultado.

4.2.2 Passivos Financeiros

4.2.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

4.2.2.2 Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4.3 Contas a receber de clientes

São contabilizados, inicialmente, pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método dos juros efetivos, sendo deduzidas as perdas por redução ao valor recuperável de ativos considerados como perdas com créditos esperadas (*impairment*).

A Companhia reconhece as perdas com créditos esperadas quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e que impactam os fluxos de caixa futuros estimados, o qual pode ser confiavelmente estimado. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

4.4 Financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.5 Estoques

Materiais, suprimentos e outros, destinados ao consumo e à manutenção das operações da Companhia são mensurados ao custo médio de aquisição, quando este não excede ao custo de reposição.

4.6 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são apresentadas ao custo e apropriadas ao resultado na medida em que são incorridas.

4.7 Demais ativos circulantes

São apresentados, quando aplicável, pelo valor líquido de realização, com os respectivos rendimentos e variações monetárias e cambiais.

4.8 Investimentos societários

A participação na controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial (MEP), baseada no patrimônio líquido expresso em dólares norte-americanos, convertido para reais com base nas taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2018. Os ganhos ou perdas cambiais, que nas demonstrações consolidadas não foram eliminados, são apresentados no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, estão reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos da controlada são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço, ao passo que as receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias. Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no resultado abrangente e apresentadas como um componente separado no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial.

4.9 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, quando aplicável, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 16, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos, que são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas dos respectivos ativos. A Companhia cessa a capitalização dos encargos financeiros dos ativos cujo desenvolvimento esteja concluído, entretanto, a capitalização dos juros pode ser suspensa, entre outros motivos, quando os ativos qualificáveis não recebem investimentos significativos por período igual ou superior a 12 meses.

Os gastos com grandes manutenções planejadas efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no ativo imobilizado quando o prazo de campanha for superior a doze meses e houver previsibilidade das mesmas. Esses gastos são depreciados pelo período previsto até a próxima grande manutenção. Os gastos com as manutenções que não atendem a esses requisitos são reconhecidos como despesas no resultado do período.

As benfeitorias em bens de terceiros são reabilitações realizadas em bens de propriedade de terceiros, mantidos pela Transpetro para uso em suas operações e foram contabilizados da seguinte forma:

- Benfeitorias cujas obras foram concluídas têm seus gastos contabilizados como benfeitoria em bens de terceiros.
- Benfeitorias cujas obras ainda não estão concluídas têm seus gastos contabilizados como obras em andamento.

4.10 Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto, basicamente, por software.

Ativos intangíveis gerados internamente podem ser capitalizados, desde que atendam aos critérios de reconhecimento estabelecidos no CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

4.11 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Ativos arrendados capitalizados são depreciados na mesma base utilizada pela Companhia nos ativos que possui propriedade. Quando não há uma certeza razoável que a Companhia irá obter a propriedade do bem ao final do contrato, os ativos arrendados são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada do ativo e o prazo do contrato.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos reconhecidos como despesa na demonstração de resultados durante o prazo de vigência do contrato.

4.12 Redução ao valor recuperável de ativos imobilizados - Impairment

A Companhia avalia os ativos imobilizado e intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa - UGCs). Em 2018 a Companhia possuía duas UGCs: (i) UGC Transportes (formada pelos Navios em operação e em construção); e (ii) UGC Comboios-Hidrovia (formada por embarcações destinadas ao escoamento de Etanol). No caso da UGC Comboios-Hidrovia, embora os ativos estejam Panamax, há incertezas quanto a possibilidade de operação. No mesmo ano, por conta do cancelamento do subprograma Panamax, a Companhia reconheceu como perda definitiva os ativos existentes, sendo descontinuado a UGC.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo e seu valor em uso. O valor recuperável utilizado para avaliação do teste na principal UGC da Transpetro (UGC Transportes) é o valor em uso, considerando a expectativa de utilização dos ativos até o final da sua vida útil.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

No caso da UGC Comboios-Hidrovia, a Transpetro continua avaliando alternativas de utilização dos comboios já construídos. Considerando que o projeto continua em avaliação, mas que não há premissas para avaliar economicamente a sua utilização, esta UGC teve seu valor mensurado conforme seu valor de mercado, de forma a realizar a avaliação pelo valor justo de venda através de um laudo técnico contratado.

4.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

4.14 Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.15 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Tais impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período de apuração.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, ao final do período de apuração e são determinados mediante a aplicação das alíquotas vigentes. São apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos e são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4.16 Capital Social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.17 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando ou à medida que a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho assumidas com seus clientes.

A Companhia mensura a receita pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente. Os preços das transações têm como base preços declarados em contratos, os quais refletem metodologias e políticas de preços da Companhia baseadas em parâmetros de mercados.

As principais atividades de prestação de serviços na Companhia, por segmento, são:

- Transporte Marítimo - Operação e afretamento de embarcações para atendimento à logística da Controladora;
- Dutos e Terminais - Transporte e armazenagem de líquidos nos terminais aquaviários, terrestres e oleodutos e operação dos gasodutos.

As receitas e despesas financeiras incluem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo até a sua entrada em operação. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

4.18 Subvenções Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção serão cumpridas pela Companhia.

5. Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2018 são as seguintes:

5.1 International Accounting Standards Board (IASB)

5.1.1 IFRS 16 - Leases

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - *Leases* (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - *Leases*; IFRIC 4 - *Determining whether an Arrangement contains a Lease*; SIC-15 - *Operating Leases - Incentives*; e SIC-27 - *Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease*. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Práticas contábeis

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

Com a adoção do IFRS 16, a Transpetro deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundos de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira apurada com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

A Companhia adotará a isenção no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.

Transição

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 16, para fins de adoção inicial, a Transpetro adotará o método de abordagem de efeito cumulativo, não reapresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicará os seguintes expedientes:

- Aplicará o pronunciamento aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento conforme nota explicativa 4.11 de pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional;
- O passivo de arrendamento será mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da aplicação inicial.
- O ativo de direito de uso será reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento.

Apresentação

Os ativos de direito de uso serão apresentados no Ativo Imobilizado, representando principalmente os seguintes ativos: arrendamento de dutos e terminais, embarcações e edificações. Os passivos de arrendamento serão apresentados em conjunto com os financiamentos.

Nesse sentido, espera-se que as mudanças trazidas pelo IFRS 16 quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de arrendamentos mercantis ocasionarão, em sua adoção inicial, aumentos de 73% e 129% nos saldos de Imobilizados e Financiamentos, respectivamente e, em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento, tais mudanças não impactarão o patrimônio líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2019.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que são apresentados atualmente como fluxos de caixa das atividades operacionais, serão apresentados como fluxos de caixa de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros.

Outras questões relevantes

Os efeitos trazidos pelo IFRS 16 serão considerados prospectivamente na métrica financeira Dívida Líquida/Ebitda ajustado e os impactos oriundos dessa norma sobre esse indicador serão apresentados para fins comparativos. Adicionalmente, a adoção desse pronunciamento não trará alterações nas práticas de negócio da Companhia.

5.1.2 IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC *Interpretation 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments* (IFRIC 23), emitida pelo IASB.

O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, ressaltando os seguintes aspectos:

- Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais;
- Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e
- Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias.

A Companhia não identificou impactos na aplicação dos requerimentos do IFRIC 23.

5.2 Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2018, bem como os IFRS equivalentes:

| Pronunciamento ou interpretação do CPC | IFRS equivalente | Data de vigência |
|--|--|-----------------------|
| ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro | IFRIC 23 - <i>Uncertainty over Income Tax Treatments</i> | 1º de janeiro de 2019 |
| CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mer- | IFRS 16 - <i>Leases</i> | 1º de janeiro de 2019 |

As disposições transitórias e os efeitos esperados de adoção inicial referente a cada pronunciamento ou interpretação do CPC listado acima são os mesmos que foram apresentados para o respectivo IFRS no item 5.1.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

6.1 Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Companhia revisa anualmente os ativos não financeiros, para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável. Esses ativos incluem os navios e demais dispêndios relacionados aos projetos de expansão do Programa de Modernização e Expansão da Frota - PROMEF.

A avaliação do *impairment* de ativos imobilizados exige o uso de premissas e estimativas significativas, incluindo projeções de receitas operacionais, principalmente dos fretes e fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento futuro, vida útil remanescente dos navios, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

As premissas utilizadas para fins de avaliação de *impairment* estão apresentadas de forma detalhada na nota explicativa 14.4.

6.2 Tributos diferidos sobre o lucro

A determinação da provisão para imposto de renda ou o registro de imposto de renda diferido ativo e passivo e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da administração. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

As informações sobre premissas e estimativas utilizadas foram apresentadas na nota explicativa 11.

6.3 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres e avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 15.

6.4 Benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota explicativa 16.

6.5 Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito esperadas para riscos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no ativo de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos *inputs* para cálculo da perdas de crédito esperadas.

6.6 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 2017 podem ser assim sumarizados:

| | Controladora | |
|---|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 |
| Total dos empréstimos (Nota 25) | 5.963.510 | 5.584.725 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa e TVM (Nota 7) | (1.210.894) | (1.524.516) |
| Dívida líquida | 4.752.616 | 4.060.209 |
| Total do patrimônio líquido | 3.432.451 | 4.226.885 |
| Total do capital | 8.185.067 | 8.287.094 |
| Índice de alavancagem financeira - % | 58% | 49% |
| Consolidado | | |
| | 2018 | 2017 |
| Total dos empréstimos (Nota 25) | 5.963.510 | 5.584.725 |
| Menos: caixa e equivalentes de caixa e TVM (Nota 7) | (1.967.007) | (2.214.560) |
| Dívida líquida | 3.996.503 | 3.370.165 |
| Total do patrimônio líquido | 3.432.451 | 4.226.885 |
| Total do capital | 7.428.954 | 7.597.050 |
| Índice de alavancagem financeira - % | 54% | 44% |

6.7 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6.8 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros classificados como caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida pelas agências avaliadoras Standard & Poor's e Fitch. As informações sobre esses ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

| | Caixa e equivalentes de caixa | | Títulos e valores mobiliários | |
|-----------------------|-------------------------------|----------------|-------------------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| AA | 777.886 | 728.041 | 1.174.680 | 1.516.693 |
| AAA | 6.675 | 4.266 | - | - |
| BBB+ | 57.357 | 14.895 | - | - |
| Outras classificações | 8.660 | 6.503 | 15 | 15 |
| Total | 850.578 | 753.705 | 1.174.695 | 1.516.708 |

6.9 Estimativa do valor justo

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, da dívida de curto prazo e de outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem, significativamente, de seus valores contábeis.

Os títulos e valores mobiliários do ativo circulante e não circulante, correspondentes aos saldos mantidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) do Sistema Petrobras, são classificados como de nível I, cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data da mensuração.

7. Caixa e equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

7.1 Caixa e equivalentes de Caixa

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------|--------------|--------|-------------|---------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Caixa e bancos | 40.386 | 19.030 | 104.899 | 81.241 |
| Aplicações financeiras: | | | | |
| No país | 54.078 | 44.630 | 54.078 | 44.630 |
| No exterior | - | - | 691.601 | 627.834 |
| | 94.464 | 63.660 | 850.578 | 753.705 |

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

A Companhia classificou suas aplicações financeiras como caixa e equivalentes de caixa por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um baixo risco de perda de valor.

7.2 Títulos e valores mobiliários

| | Controladora e consolidado | |
|---------------------|----------------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 |
| | 1.174.694 | 1.516.708 |
| Circulante (i) | 1.116.429 | 1.460.856 |
| Não circulante (ii) | 58.265 | 55.852 |

(i) A variação dos saldos deve-se, principalmente ao resgate de cotas do FIDC para quitação antecipada dos contratos de construção de 3 navios Panamax com o Estaleiro EISA (nota 25); e pagamento de dividendos referente ao exercício de 2017 (nota 18).

Refere-se ao fundo de investimento (FIDC), administrado pelo Banco do Brasil, destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras.

(ii) Refere-se ao bloqueio judicial de cotas aplicadas no fundo de investimento do Sistema Petrobras (FIDC).

8. Contas a receber

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------------------|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Contas a receber | | | | |
| Terceiros (i) | 39.638 | 16.780 | 39.638 | 16.780 |
| Perdas de créditos esperada (ii) | (4.531) | (4.534) | (4.531) | (4.534) |
| | 35.107 | 12.246 | 35.107 | 12.246 |
| Partes relacionadas (Nota 9) | | | | |
| Circulante | 1.353.527 | 1.360.417 | 1.332.291 | 1.345.303 |
| Não circulante | 17.616 | 17.616 | - | - |
| | 1.371.143 | 1.378.033 | 1.332.291 | 1.345.303 |

(i) Incluso parcela de curto prazo do TEJ (transação extra judicial) assinado com o Estaleiro Atlântico Sul - EAS no montante de R\$ 18.172 (vide nota 12).

(ii) Movimentação das perdas de crédito esperada:

Controladora e consolidado

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------|---------|---------|
| Saldo em 1º de janeiro | (4.534) | (4.523) |
| Adições | - | (11) |
| Baixas/reversão | 3 | - |
| Saldo em 31 de dezembro | (4.531) | (4.534) |

9. Partes relacionadas

9.1 Transações comerciais por operação com empresas do sistema (controladora)

Os ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, decorrem de operações entre a Companhia, sua Controladora (Petrobras) e demais empresas ligadas, conforme instrumentos contratuais celebrados entre as partes.

A Companhia considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros.

Em 31 de dezembro de 2018, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

| | 2018 | 2017 |
|--|----------------|----------------|
| Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos | | |
| 2019 | 96.798 | 96.798 |
| 2020 | 50.605 | 50.605 |
| 2021 | 50.604 | 50.604 |
| 2022 | 50.730 | 50.730 |
| 2023 | 51.089 | 51.089 |
| 2024 | 51.235 | 51.235 |
| 2025 em diante | 547.780 | 547.780 |
| Parcela registrada contabilmente | 898.839 | 898.839 |

| | Petrobras | TI BV | Distribuidora BR | TAG | PB Log | Braskem | NTS | Demais empresas | 2018 | 2017 |
|---|------------------|--------------|-------------------------|------------|---------------|----------------|------------|------------------------|-------------|-------------|
| Controladora | | | | | | | | | | |
| Ativo: | | | | | | | | | | |
| Contas a receber, principalmente, por prestação de serviços | 1.142.269 | 53.096 | 26.152 | 88.385 | 4.754 | 15.708 | 32.103 | 8.676 | 1.371.143 | 1.378.033 |
| Passivo: | | | | | | | | | | |
| Contas a pagar | (681.286) | (4.577) | (10.669) | - | (4.314) | (3.158) | - | (591) | (704.595) | (901.503) |
| Consolidado | | | | | | | | | | |
| Ativo: | | | | | | | | | | |
| Contas a receber, principalmente, por prestação de serviços | 1.156.513 | - | 26.152 | 88.385 | 4.754 | 15.708 | 32.103 | 8.676 | 1.332.291 | 1.345.303 |
| Passivo: | | | | | | | | | | |
| Contas a pagar | (710.964) | - | (10.669) | - | (4.314) | (3.158) | - | (590) | (729.695) | (999.776) |
| | Petrobras | TI BV | Distribuidora BR | TAG | PB Log | Braskem | NTS | Demais empresas | 2018 | 2017 |
| Controladora | | | | | | | | | | |
| Resultado: | | | | | | | | | | |
| Receitas operacionais por prestação de serviços (i) | 6.733.056 | - | 100.286 | 464.325 | - | 45.389 | 261.904 | 126.410 | 7.731.371 | 7.401.233 |
| Custo dos serviços prestados - afretamento/arrendamento | (827.440) | - | - | - | - | - | - | - | (827.440) | (775.068) |
| Custo dos serviços prestados - Lubrificantes e outros | - | - | (18.189) | - | - | - | - | - | (18.189) | (19.925) |
| Custo de pessoal cedido | (619.660) | - | (9.318) | - | - | - | - | (1.615) | (630.593) | (631.611) |
| Custo energia elétrica | (131.068) | - | - | - | - | - | - | - | (131.068) | (127.894) |
| Variações monetárias e cambiais líquidas | (5.286) | 3.290 | - | - | - | - | - | 0 | (1.996) | (7.573) |
| Consolidado | | | | | | | | | | |
| Resultado: | | | | | | | | | | |
| Receitas operacionais por prestação de serviços | 7.693.360 | - | 100.286 | 464.325 | - | 45.389 | 261.904 | 126.410 | 8.691.674 | 8.479.802 |
| Custo dos serviços prestados-Afretamento/arrendamento | (827.440) | - | - | - | - | - | - | - | (827.440) | (775.068) |
| Custo dos serviços prestados-lubrificantes e outros | - | - | (18.189) | - | - | - | - | - | (18.189) | (19.925) |
| Custo de pessoal cedido | (619.660) | - | (9.318) | - | - | - | - | (1.615) | (630.593) | (623.531) |
| Custo Energia elétrica | (131.068) | - | - | - | - | - | - | - | (131.068) | (127.894) |
| Variações monetárias e cambiais líquidas | (5.286) | 6.605 | - | - | - | - | - | 1 | 1.320 | (7.573) |

(i) Tratam-se de receitas brutas, antes dos encargos sobre serviços.

Em função dos financiamentos para o Promef - Programa de Modernização e Expansão da Frota, a Transpetro possui transações com instituições financeiras públicas, tais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, cujo detalhamento consta na nota 25.

9.2 Remuneração da administração da Companhia

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Transpetro e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela Companhia a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes da Transpetro relativas aos meses de dezembro de 2018 e 2017 foram as seguintes:

| | Expresso em reais | |
|--|-------------------|---------|
| | 2018 | 2017 |
| Menor remuneração | 1.511 | 1.419 |
| Remuneração média | 11.781 | 11.622 |
| Maior remuneração | 101.092 | 101.092 |
| Remuneração do dirigente da Transpetro (maior) | 101.092 | 101.092 |

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia - Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e são apresentadas a seguir:

| | 2018 | | | 2017 | | |
|--|---------------------|---------------------------|--------------|---------------------|---------------------------|--------------|
| | Diretoria executiva | Conselho de Administração | Total | Diretoria executiva | Conselho de Administração | Total |
| Salários e benefícios | 6.395 | 517 | 6.912 | 6.201 | 669 | 6.870 |
| Encargos sociais | 1.779 | - | 1.779 | 1.705 | - | 1.705 |
| Previdência complementar | 474 | - | 474 | 520 | - | 520 |
| Remuneração total | 8.648 | 517 | 9.165 | 8.427 | 669 | 9.096 |
| Número de membros remunerados - média do período | 5 | 5,6 | 10,6 | 5 | 5 | 10 |

A Assembleia Geral Extraordinária da Petrobras, realizada em 19 de setembro de 2018, estabeleceu o valor de R\$ 16.426.066,15 como limite global de remuneração a ser paga aos Administradores da Transpetro no período compreendido entre abril de 2018 e março de 2019.

Em 29 de junho de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a reforma no Estatuto Social da Transpetro com a criação do Comitê de Auditoria Estatutário vinculado diretamente ao Conselho de Administração, em atendimento a Lei 13.303/16.

Os honorários mensais dos membros do Comitê de Auditoria Estatutário e dos membros do Comitê Estratégico e Financeiro são fixados a 10% da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios.

10. Despesas antecipadas

| | Consolidado | |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 |
| Arrendamento Antecipado Seguro | 48.588 | 45.925 |
| Seguro | 3.791 | 22.345 |
| Total | 52.379 | 68.270 |

11. Tributos

11.1 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos a recuperar

| | Controladora | | Consolidado | |
|-------------------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Imposto de renda (i) | 230.750 | 31.165 | 230.750 | 31.165 |
| Contribuição social (i) | 78.332 | 23.633 | 78.332 | 23.633 |
| | 309.082 | 54.798 | 309.082 | 54.798 |
| ICMS | 3.349 | 3.349 | 3.349 | 3.349 |
| COFINS (ii) | 22.409 | 8.483 | 22.409 | 8.483 |
| PIS (ii) | 5.309 | 2.291 | 5.309 | 2.291 |
| INSS (iii) | 26.588 | 16.111 | 26.588 | 16.111 |
| ISS | 681 | 1.106 | 681 | 1.106 |
| Outros | 217 | 206 | 223 | 236 |
| | 58.553 | 31.546 | 58.559 | 31.576 |

(i) O saldo a recuperar de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido é resultante desses tributos quando retidos nas operações realizadas com a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e a Transpetro não apresenta base de cálculo positiva suficiente para absorver todos os créditos. De acordo com a IN RFB nº 1.765/2017, o aproveitamento do saldo a recuperar está condicionado à prévia transmissão da Escrituração Contábil e Fiscal - ECF. Sendo assim, após a entrega da ECF 2018, no mês de Julho, a Companhia implementou seu plano de recuperação e compensou o saldo referente ao ano-calendário 2017. No ano-calendário 2018, em virtude do prejuízo fiscal apurado pela Companhia, os créditos referentes às retenções realizadas pela Petrobras acumularam. Dessa forma, a Transpetro realizará plano de recuperação dos créditos para implementação após a entrega da ECF 2019.

(ii) Os valores do PIS e COFINS decorrem das retenções determinadas pela Lei nº 10.833/03 realizadas pela fonte pagadora, em especial das receitas oriundas das operações com a Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, bem como créditos decorrentes da aquisição de ativos imobilizados.

(iii) O valor de INSS refere-se à retenção sobre os serviços prestados com cessão de mão de obra, conforme disposto na Lei nº 9.711/98, regulamentada pela IN RFB nº 971 de 13 de novembro de 2009.

11.2 Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido Diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) diferidos são registrados para refletir no resultado do exercício os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

O IRPJ e CSLL diferidos líquidos registrados em dezembro de 2018 nos montantes de R\$ 660.529 e R\$ 238.310 respectivamente (R\$ 393.325 e R\$ 142.117, em 2017), foram constituídos com base nas diferenças temporárias e são decorrentes de provisões para contingências (trabalhistas, cíveis, tributárias e ambiental), perdas no valor recuperável de ativos (*impairment*), devedores duvidosos e pelo disposto na Lei nº 12.973/14 que permitiu o reconhecimento da diferença entre a depreciação contábil, calculada com base no CPC 27, e a depreciação fiscal, prevista na IN RFB nº 1.700/17.

A variação no período foi decorrente, principalmente, da variação na perda do valor recuperável de ativos (em decorrência da baixa de três navios em construção e da constituição de *Impairment* para os Navios da Transpetro), e pelo registro da diferença de taxa contábil e fiscal em função da vida útil dos ativos.

Os respectivos efeitos foram registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentado a seguir:

| | Provisão Contingências | Provisão despesas de pessoal e PLR | Passivo atuarial | Diferença de vida útil | Impairment (i) | Prejuízo Fiscal e Base negativa | Provisões Operacionais | Perdas de crédito esperadas | Total |
|------------------------------------|------------------------|------------------------------------|------------------|------------------------|----------------|---------------------------------|------------------------|-----------------------------|------------------|
| Saldo final 2016 | 52.368 | 10.229 | 30.510 | (92.534) | 270.583 | - | 131.491 | - | 402.647 |
| Resultado | 28.724 | 2.041 | 8.823 | (21.903) | 122.636 | - | (13.866) | - | 126.455 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | 6.340 | - | - | - | - | - | 6.340 |
| Saldo final 2017 | 81.092 | 12.270 | 45.673 | (114.437) | 393.219 | - | 117.625 | - | 535.442 |
| Resultado | (13.221) | 18.670 | 8.885 | (62.012) | 376.162 | 7.470 | 1.291 | - | 337.245 |
| Outros resultados abrangentes | - | - | 11.999 | - | - | - | - | 14.153 | 26.152 |
| Saldo final 2018 | 67.871 | 30.940 | 66.557 | (176.449) | 769.381 | 7.470 | 118.916 | 14.153 | 898.839 |
| Impostos diferidos ativos | | | | | | | | | 649.879 |
| Impostos diferidos passivos | | | | | | | | | (114.437) |
| Em 31 de dezembro de 2017 | | | | | | | | | 535.442 |
| Impostos diferidos ativos | | | | | | | | | 1.075.288 |
| Impostos diferidos passivos | | | | | | | | | (176.449) |
| Em 31 de dezembro de 2018 | | | | | | | | | 898.839 |

(i) Os maiores impactos referentes à Perda no valor recuperável de ativos foram:

- Baixa de 3 projetos de navios Panamax, originando um impacto negativo de aproximadamente R\$ 171.417; e
- Constituição de *impairment* oriundo da redução ao valor recuperável dos navios da Companhia, gerando um impacto positivo de R\$ 554.204.

11.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos sobre os Lucros apurados conforme as alíquotas nominais e os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2018 e 2017 estão apresentados a seguir:

| | 2018 | 2017 |
|---|----------------|------------------|
| Lucro (prejuízo) antes dos impostos e após a participação de empregados e administradores | (1.146.467) | 306.368 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%) | 389.799 | (104.165) |
| Incentivos fiscais - Lucro na Exploração | (269) | 919 |
| Benefício fiscal - Salário Maternidade | (324) | - |
| Benefício fiscal - Programa de Auxílio ao Trabalhador (PAT) | - | 4.393 |
| AMS Ativos e Inativos | (41.904) | (45.438) |
| Participações em Controladas | (9.366) | 16.516 |
| Relações Institucionais | (146) | - |
| Imposto de renda e contribuição social por adesão ao PERT (i) | - | (49.825) |
| Outros | (545) | (7.542) |
| Despesa com formação de provisões para imposto de renda e contribuição social | 337.245 | (185.142) |
| IR e CSLL correntes | - | (311.597) |
| IR e CSLL diferidos | 337.245 | 126.455 |
| | 337.245 | (185.142) |
| Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - % | -29% | -60% |

(i) PERT - Programa Especial de Regularização Tributária

As despesas com os tributos sobre os lucros apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem também a provisão de R\$ 6.468 relativa aos tributos devidos no exterior por sua controlada TI BV durante o ano-calendário 2018 (R\$ 3.407 em 2017).

11.4 Imposto de Renda, Contribuição Social e outros tributos a recolher

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Imposto de renda retido na fonte e imposto sobre incentivos (i) | 31.211 | - | 31.211 | - |
| ICMS a pagar | 11.024 | 21.830 | 1.024 | 21.830 |
| ISS a recolher | 12.916 | 7.726 | 12.916 | 7.726 |
| INSS a recolher | 6.839 | 6.862 | 6.839 | 6.862 |
| Contribuições trabalhistas a recolher | 31.082 | 24.585 | 31.082 | 24.585 |
| Imposto de renda e Contribuição social a recolher | - | 27.353 | - | 28.599 |
| Imposto de renda e Contribuição Social - PERT (ii) | 4.844 | 4.571 | 4.844 | 4.571 |
| PASEP e COFINS a recolher | 245 | 331 | 245 | 331 |
| Outros | 317 | 3.733 | 391 | 3.785 |
| Total Circulante | 98.478 | 96.991 | 98.552 | 98.289 |
| Imposto de renda e Contribuição Social - PERT (ii) | 48.848 | 50.658 | 8.848 | 50.658 |
| Total Não Circulante | 48.848 | 50.658 | 48.848 | 50.658 |

(i) Do saldo total, R\$ 30.073 se referem à Imposto de Renda Retido na Fonte sobre a Folha de Pagamentos.

(ii) Na data de 30/08/2017, a Transpetro aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Medida Provisória nº 783 de 31 de maio de 2017, convertida na Lei 13.496/2017, para regularizar uma contingência no montante de R\$ 145.438 referentes à não-homologação da compensação de créditos tributários de IRPJ e CSLL do ano de 2005. Na adesão ao PERT, com a redução de juros, multa de mora e encargos legais, a contingência foi reduzida a R\$ 82.971. A adesão ao PERT resultou na economia sobre o valor da causa no montante de R\$ 62.464.

A Companhia realizou o pagamento de aproximadamente R\$ 29.540 em 2017, R\$ 4.740 em 2018 e o restante, que totalizava aproximadamente R\$ 53.692, ficou parcelado em 133 parcelas, mensais e sucessivas, vencíveis a partir de Janeiro/2019, atualizada pela taxa Selic.

Em Dezembro/2018, o saldo consolidado no passivo da Companhia é de R\$ 53.692 (R\$ 4.844 no Passivo circulante e R\$ 48.848 no Passivo não-circulante), referentes à 133 parcelas ainda pendentes de pagamento.

12. Demais ativos - Não circulante

Correspondem ao pagamento de 5% efetuado com recursos próprios da Transpetro, na forma prevista

As informações contábeis resumidas sobre o investimento são as seguintes:

| | 2018 | 2017 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Ativo circulante | 832.445 | 778.164 |
| Imobilizado | 471.411 | 421.455 |
| | 1.303.856 | 1.199.619 |
| Passivo Circulante | 106.473 | 150.889 |
| Passivo não Circulante | 17.616 | 17.691 |
| Patrimônio Líquido | 1.179.767 | 1.031.039 |
| | 1.303.856 | 1.199.619 |
| | 2018 | 2017 |
| Receita operacional líquida | 960.304 | 1.078.570 |
| Lucro (prejuízo) líquido do exercício | (27.547) | 48.578 |

Durante o exercício de 2018, o prejuízo operacional registrado pela Transpetro International BV se deve aos seguintes impactos: aumento das perdas de receita operacional em decorrência de avarias e por maior quantidade de dias em paradas programadas, além de custos relacionados a substituição dos operadores dos contratos de gerenciamento técnico de 5 navios da frota da Companhia.

14.2 Benfeitorias em bens de terceiros

Os gastos com as reabilitações de bens arrendados da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras são de responsabilidade da Transpetro. Dessa forma, as reabilitações dos tanques têm seus gastos capitalizados e contabilizados da seguinte forma:

Os gastos com reabilitação de tanques, cujas conclusões ocorreram durante o exercício de 2018, foram transferidos para "Benfeitorias em bens de terceiros", no montante de R\$ 170.308 (R\$ 108.494 em 2017). Os gastos com paradas programadas de tanques, não encerradas no ano de 2018, foram contabilizados em "Reforma de tanques em andamento" no montante de R\$ 77.444 (R\$ 149.375 em 2017).

14.3 Alteração de Vida Útil de Ativos

Em conformidade com as Deliberações CVM 583/09 e 619/09, referentes ao Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado e ao ICP 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, a Diretoria Executiva da Transpetro aprovou o Relatório Técnico de Vidas Úteis dos Ativos - Ciclo 2017, com a consequente revisão da vida útil econômica dos navios da Transpetro.

Nesse sentido, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 88.205 em 2018 referente aos efeitos da revisão de vida útil dos navios petroleiros de 25 para 30 anos, com alteração da taxa de depreciação de 4% para 3,33% a.a, bem como dos navios gaseiros de 25 para 35 anos, com alteração da taxa de depreciação de 4% para 2,86% a.a.

14.4 Redução ao valor recuperável - Impairment

A Administração da Companhia avalia, a cada fim de período, se existem evidências de perda de recuperabilidade do valor contábil de seus ativos.

No início de 2017 a Transpetro possuía duas Unidades Geradoras de Caixa (UGC): Transporte e Comboios-Hidrovia. Em 2017, em decorrência da hibernação dos projetos de construção dos três navios da série Panamax, foi criada, a partir da nova segregação da UGC Transportes, a UGC Navios em hibernação, considerando a significativa incerteza quanto a sua conclusão. Assim, todos os valores do ativo imobilizado desta UGC foram reconhecidos (provisionados) como perda, representando uma provisão de R\$ 364.164.

No segundo trimestre de 2018, os projetos de construção da série de navios Panamax foram cancelados, sendo reconhecida a baixa definitiva dos mesmos bem como a extinção da respectiva UGC. Uma vez que tal perda já fora provisionada em 2017, não houve impacto no resultado do exercício de 2018.

Segue abaixo a descrição da forma de cálculo e resultados das análises das UGCs existentes em dezembro de 2018.

14.4.1 UGC Transportes

Na elaboração do fluxo de caixa da frota de embarcações (UGC Transportes), consideradas como unidade geradora de caixa e composta por 42 navios, sendo 2 em construção e 40 em operação, foram consideradas as seguintes premissas:

- Período projetivo: definido de acordo com a vida útil de cada navio, considerando o período em operação dos navios da Frota Atual e a expectativa de início de operação dos navios em construção.
- A taxa de desconto utilizada considera parâmetros de financiamento praticados por empresas de navegação no mercado e está alinhada com a metodologia da Petrobras.
- Moeda: Reais (R\$) em termos reais.
- Data-base: 31 de dezembro de 2018.
- Receita bruta: com base na taxa de frete diária dos contratos com a Petrobras, que varia de um navio para outro com base na capacidade de carga transportada e tipo de operação.
- Custos e despesas: incluem custo de sobressalentes, tripulação, consumíveis, manutenção e encargos.
- As docagens incluídas no fluxo estão de acordo com o Plano de Docagens e para os navios não entregues ficam condicionados a data de entrada de operação dos navios. A depreciação é estimada pelo período de 2,5 anos (período médio entre docagens).
- Depreciação: As embarcações são depreciadas para fins fiscais em 20 anos.

IRPJ e CSLL: calculado pelo regime de lucro real, considerando alíquota de 34% (IRPJ e CSLL) aplicada ao lucro antes dos impostos.

Os fluxos de caixa futuros consideraram: premissas e orçamentos da Companhia aprovadas no plano de negócios 2019-2023, incluindo as entradas e saídas de navios em operação ou em construção; e taxas de descontos pós-imposto em moeda constante que variam entre 3,82% e 6,59% (4,11% e 9,19% em 2017), que derivam da metodologia WACC (Custo Médio Ponderado do Capital) para o setor de transporte, considerando a estrutura de endividamento e respectivo benefício fiscal. O resultado da avaliação indicou uma desvalorização dos ativos, sendo provisionado o montante total de R\$ 1.630.011, em decorrência da piora na expectativa dos valores de fretes futuros constantes dos Planos de Negócios e Gestão 2019-23 da Transpetro e Petrobras quando comparados aos valores projetados nos planos anteriores.

14.4.2 UGC Comboios-Hidrovia

Os Comboios foram avaliados por meio de laudo técnico elaborado por empresa especializada, e não foi constatada alteração relevante em relação à última apresentação.

Assim, em nossas avaliações, o conjunto das UGCs da Transpetro indicaram uma provisão de perda por impairment, no montante de R\$ 1.630.011 em comparação ao valor do ativo imobilizado testado.

15. Provisão para processos judiciais

15.1 Processos judiciais provisionados

A Transpetro é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e com base nos históricos referentes às quantias reivindicadas por terceiros, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

| | Controladora e Consolidado | | | |
|--|----------------------------|---------|-----------|---------|
| | 2017 | Adições | Baixas | 2018 |
| Processos judiciais trabalhistas (i) | 233.362 | 36.182 | (82.824) | 186.720 |
| Processos judiciais cíveis | 5.019 | 33.696 | (19.464) | 19.251 |
| Processos judiciais tributários (ii) | 124 | 39.659 | - | 39.783 |
| Total provisionado no passivo não circulante | 238.505 | 109.537 | (102.288) | 245.754 |

(i) A variação do saldo decorre principalmente da revisão dos valores de exposição das ações judiciais, alteração das expectativas de perdas nos processos existentes e entrada de novos processos, subnorteando aqueles referentes as ações coletivas que requerem a revisão da metodologia de apuração do complemento de remuneração mínima por nível e regime (RMNR).

(ii) A Companhia questiona o Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, entre os períodos de 2004 a 2017, na cidade de Santos.

15.2 Processos judiciais não provisionados

| Ações | 2018 | 2017 |
|---|------------------|----------------|
| Trabalhistas e previdenciárias (15.2.1) | 521.558 | 431.482 |
| Tributárias (15.2.2) | 429.091 | 69.205 |
| Cíveis e ambientais | 82.228 | 57.789 |
| | 1.032.877 | 558.476 |

Com base no levantamento dos processos judiciais e procedimentos administrativos da área jurídica da Transpetro, demonstra-se a seguir o valor total dos processos judiciais com perdas possíveis não provisionadas:

Os objetos das causas mais relevantes classificadas como perda possível em dezembro de 2018, segregados por esfera estão informados abaixo:

15.2.1 Trabalhistas e previdenciárias

| Objeto | Valor da causa | Quantidade de processos |
|-----------------------------------|----------------|-------------------------|
| Verbas rescisórias e trabalhistas | 260.904 | 3.759 |
| RMNR (a) | 183.809 | 509 |
| Horas Extras | 16.887 | 78 |
| Reparação de danos | 9.506 | 32 |
| Demais ações | 50.452 | 204 |
| | 521.558 | 4.582 |

(a) Remuneração Mínima por Nível e Regime (RMNR).

Ações coletivas e individuais em que se requer a revisão da metodologia de apuração do complemento da RMNR. São autores dessas ações o Sindipetro dos Estados do ES, RJ, BA, SP, PE, SE, RN, CE, PR, SC, RS, PI, AL, PB, AM, GO, DF e ações individuais nestes estados e em MG.

Houve publicação do acórdão do TST negando provimento aos Embargos Declaratórios oferecidos pela Companhia. Dessa decisão a Transpetro, juntamente com a Petrobras, recorrerá, via Recurso Extraordinário, ao STF. Há "liminar" deferida pelo STF suspendendo todos os processos em curso envolvendo a matéria até decisão definitiva a ser proferida pelo próprio STF. Mantida a expectativa de perda "possível".

15.2.2 Tributárias

| Objeto | Valor da causa | Quantidade de processos |
|--|----------------|-------------------------|
| INSS - Gratificação Contingente (a) | 176.008 | 3 |
| Lucros Auferidos no exterior - IRPJ e CSLL 2013 a 2014 (b) | 139.184 | 1 |
| INSS - Solidariedade - AMS Petrobras (c) | 49.675 | 1 |
| Saldo Negativo de IRPJ e CSLL (d) | 15.106 | 52 |
| Diversos (e) | 429.091 | 58 |

Os valores referem-se, principalmente, as execuções fiscais relacionadas a seguir:

(a) INSS - Gratificações/Bônus de desempenho - R\$ 176.008.

Tratam-se de processos iniciados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, nos quais questiona-se a base de cálculo da contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento, envolvendo rubricas que não foram oferecidas à tributação, como exemplos, gratificação contingente, gratificação extraordinária gerencial e Bônus de Desempenho. Em contestação apresentada oportunamente, a Companhia reitera o entendimento sobre a não incidência da contribuição previdenciária sobre tais valores em conformidade com a Lei 8212/91. Embora o Tribunal Superior do Trabalho (OJ 64 do SBDI-1, TST), tenha reconhecido a natureza não salarial da gratificação contingente, que culminou com um julgamento favorável à "Holding" no âmbito do CARF, o mesmo Conselho Fazendário decidiu devida pela Transpetro, com decisão administrativa definitiva e desfavorável no processo administrativo fiscal n. 16682.721489/2013-98, no valor de R\$ 62.188, além disso, recentemente, a Transpetro foi alvo de novas autuações fiscais, tendo sido instaurados os processos administrativos fiscais n. 16539.720008/2017-12 e 16682.720826/2 018-34, alcançando ambas as autuações, o montante de R\$ 113.820.

A expectativa de perda foi classificada como possível, embora o tema ainda dependa de avaliação definitiva de mérito.

(b) Lucros Auferidos no exterior - R\$ 139.184.

A Companhia tomou ciência, em 26/12/2018, do auto de infração materializado no processo administrativo fiscal nº

16682.721230/2018-51, que aborda a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), referente aos exercícios de 2013 e 2014, em relação aos lucros auferidos por empresa controlada no exterior. A Companhia apresentou impugnação na data de 21 de Janeiro de 2019, contestando as fundamentações apresentadas pela Secretaria da Receita Federal. O débito tributário atualizado alcança o valor de R\$ 139.184.

A expectativa de perda foi classificada como possível, embora o tema ainda dependa de avaliação definitiva de mérito.

(c) INSS - Solidariedade AMS - R\$ 49.675.

Trata-se de controvérsia administrativa gerada pela autuação direcionada à "Petrobras Controladora" - com inclusão da Transpetro na condição de devedora solidária - sob o fundamento de não terem sido recolhidas as contribuições previdenciárias, a cargo dos profissionais da área de saúde credenciados, no regime de escolha dirigida, no Programa de Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), plano de saúde oferecido aos funcionários e dependentes da Companhia. No julgamento do Recurso Voluntário dos contribuintes, o CARF manteve o lançamento realizada pela autoridade fazendária, rejeitando as teses apresentadas pela Transpetro e pela Petrobras Controladora. O débito tributário atualizado alcança o valor de R\$ 49.675.

A expectativa de perda foi classificada como possível, embora o tema ainda dependa de avaliação definitiva de mérito.

(d) Saldo negativo de CSLL do ano-calendário de 2006 - R\$ 49.118.

Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Nacional em face da Transpetro no ano de 2016, onde se pretende exigir débito decorrente de compensações formuladas pela Companhia e não homologadas pela Receita Federal, nas quais se buscou compensar crédito decorrente de Saldo Negativo de CSLL do ano-calendário de 2006 (Exercício 2007), com débitos de estimativa de Cide Remessas ao Exterior, PIS, Cofins e IRPJ, nos anos de 2007, 2008 e 2010. A Companhia opôs embargos à execução, alegando a cobrança em duplicidade por entender que a não homologação da compensação de parcela computada na formação do Saldo Negativo de CSLL implicaria na sua imediata cobrança no processo administrativo de compensação, bem como na sua glosa na composição do Saldo Negativo e, por consequência, na redução do crédito a compensar. Em 03/05/2017, foi publicada sentença nos autos do processo da execução, não acolhendo a tese advogada pela Companhia. Em 24/05/2017, a Companhia interps recurso de apelação contra a decisão. O referido recurso encontra-se pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da Segunda Região. O valor de exposição remonta, em 31/12/2018, R\$ 49.118.

A expectativa de perda foi classificada como possível, embora o tema ainda dependa de avaliação definitiva de mérito.

(e) Demais 52 Processos - R\$ 15.106.

Há outros 52 processos em curso sobre temas tributários diversos com classificação de expectativa de perda possível. A Companhia mantém de modo diligente o acompanhamento dos processos e informará oportunamente em fato relevante caso haja impacto significativo nas demonstrações qualquer movimentação processual.

15.3 Depósitos Judiciais

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------|----------------|----------------|
| Trabalhistas e previdenciárias | 156.947 | 161.970 |
| Cíveis e ambientais | 32.536 | 29.173 |
| Tributárias | 8.024 | 6.211 |
| | 197.507 | 197.354 |

16. Benefícios concedidos a empregados

16.1 Benefícios pós-emprego

Os saldos relativos a benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

| | 2018 | Consolidado 2017 |
|---------------------------------|----------------|------------------|
| Passivo Não Circulante | | |
| Benefícios de plano de pensão | 195.767 | 134.332 |
| Benefícios de saúde pós-emprego | 778.958 | 632.716 |
| | 974.725 | 767.048 |

16.1.1 Plano de Previdência Complementar - Plano Petros 2

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Fundação Petros possui comitês específicos para análise e deliberação acerca do gerenciamento de riscos aos quais a Fundação está exposta e Programa de Integridade contra atos lesivos, ambos criados em 2017, com propósito de aprimorar sua governança.

A partir de dezembro de 2011, para garantir aos empregados da Transpetro uma renda de aposentadoria complementar, a Companhia, em parceria com a Fundação Petros, implementou o Plano Petros 2 (PP-2), na modalidade de contribuição variável. Neste caso os riscos são divididos entre Patrocinadora e empregado.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se a cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia. A parcela do plano com características de contribuição definida destina-se a formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2018, a quantidade de participantes total do plano é de 4.725 ativos e 103 assistidos (4.614 ativos e 79 assistidos em 2017).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2018, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que baseou na recomendação da consultoria atuarial da Fundação Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do contribuinte. As contribuições esperadas, para 2019, são de R\$ 76.418 referentes à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2018, é de 42,48 anos (43,53 anos em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 195.767 (R\$ 134.333 em 2017).

16.1.2 Ativos do plano de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo e de uma avaliação de riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como do uso da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional. Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros 2 no período entre 2019 a 2023 são de: 55% a 90% em renda fixa, 5% a 20% em renda variável, 0% a 5% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes, 0% a 15% em investimentos estruturados e de 0% a 10% em investimentos no exterior.

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro segue demonstrado:

| | 2018 | Consolidado 2017 |
|---------------------------|-------------|------------------|
| Títulos Públicos | 69,81% | 76,32% |
| Fundos de Investimentos | 20,59% | 10,49% |
| Ações | 3,24% | 6,07% |
| Investimentos Mobiliários | 1,38% | 1,73% |
| Outros | 4,98% | 5,39% |
| | 100% | 100% |

16.1.3 Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS

A Transpetro mantém um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde, tendo em vista o aumento da expectativa de vida dos empregados. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Petrobras, com base nos custos incorridos pelos participantes, e repassado para a Transpetro.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2018, é de 32,57 anos (31,01 anos em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 a composição das obrigações líquidas registradas no balanço patrimonial monta em R\$ 778.958 (R\$ 632.716 em 2017).

16.1.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos do plano

| | 2018 | | | | | | Consolidado 2017 |
|---|-----------------|--------------------|------------------|-----------------|--------------------|-----------------|------------------|
| | Plano Petros 2 | Plano de saúde AMS | Total | Plano Petros 2 | Plano de saúde AMS | Total | |
| Movimentação do valor presente das obrigações atuariais | | | | | | | |
| Obrigações atuariais no início do exercício | 192.648 | 632.716 | 825.364 | 165.109 | 646.707 | 811.816 | |
| Custo dos juros | 18.385 | 60.340 | 78.725 | 17.697 | 69.972 | 87.669 | |
| Custo do serviço corrente | 13.214 | 63.124 | 76.338 | 16.225 | 64.109 | 80.334 | |
| Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos | (8.075) | (2.832) | (10.907) | (8.949) | (2.135) | (11.084) | |
| Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - experiência | 9.831 | (162.358) | (152.527) | (6.529) | (58.775) | (65.304) | |
| Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses demográficas | - | 33.673 | 33.673 | (12.394) | (1.920) | (14.314) | |
| Remensuração: (Ganhos)/Perdas atuariais - hipóteses financeiras | 47.095 | 154.295 | 201.390 | 21.489 | (85.242) | (63.753) | |
| Outros | - | - | - | - | - | - | |
| Obrigações atuariais no fim do exercício | 273.098 | 778.958 | 1.052.056 | 192.648 | 632.716 | 825.364 | |
| Movimentação no valor justo dos ativos do plano | | | | | | | |
| Ativos do plano no início do exercício | (58.314) | - | (58.314) | (75.373) | - | (75.373) | |
| Receita de juros | (5.454) | - | (5.454) | (7.972) | - | (7.972) | |
| Contribuições pagas pela empresa | - | - | - | - | - | - | |
| Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos | 8.075 | - | 8.075 | 8.949 | - | 8.949 | |
| Remensuração: Retorno sobre os ativos inferior a receita de juros | (21.636) | - | (21.636) | 16.082 | - | 16.082 | |
| Outros | - | - | - | - | - | - | |
| Ativos do plano no fim do exercício | (77.329) | - | (77.329) | (58.314) | - | (58.314) | |
| Valores reconhecidos no balanço patrimonial | | | | | | | |
| Valor presente das obrigações | 273.098 | 778.958 | 1.052.056 | 192.648 | 632.716 | 825.364 | |
| (-) Valor justo dos ativos do plano | (77.329) | - | (77.329) | (58.314) | - | (58.314) | |
| Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro | 195.769 | 778.958 | 974.727 | 134.334 | 632.716 | 767.050 | |
| Movimentação do passivo atuarial líquido | | | | | | | |
| Saldo em 1º de janeiro | 134.333 | 632.716 | 7 | | | | |

| | | | | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| (+) Impacto dos juros líquidos Benefícios pagos, líquidos de contribuições de assistidos Outros | 12.930 | 60.340 | 73.270 | 9.725 | 69.973 | 79.697 |
| | - | (2.832) | (2.832) | - | (2.135) | (2.135) |
| Saldo em 31 de dezembro | 195.767 | 778.958 | 974.725 | 134.333 | 632.716 | 767.048 |

16.1.5 Componentes do benefício pós emprego

| | Consolidado | | | Consolidado | | |
|---|-------------|---------|------------|-------------|---------|------------|
| | Petros 2 | AMS | Total 2018 | Petros 2 | AMS | Total 2017 |
| Custo do serviço | 13.214 | 63.124 | 76.338 | 16.225 | 64.109 | 80.334 |
| Juros líquidos sobre reserva/(ativo) líquido | 12.931 | 60.340 | 73.271 | 9.724 | 69.973 | 79.697 |
| Custo Líquido do exercício | 26.145 | 123.464 | 149.609 | 25.949 | 134.082 | 160.031 |
| Relativa a empregados ativos: | | | | | | |
| Aborvida no custeio das atividades operacionais | 26.145 | 120.632 | 146.777 | 25.949 | 131.947 | 157.896 |
| Relativa aos assistidos | - | 2.832 | 2.832 | - | 2.135 | 2.135 |
| Custo Líquido do exercício | 26.145 | 123.464 | 149.609 | 25.949 | 134.082 | 160.031 |

16.1.6 Premissas Atuariais

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas nos cálculos das provisões do Plano Petros 2 e Plano de Saúde AMS são as seguintes:

| Hipóteses financeiras Plano Petros 2 | 2018 | 2017 |
|--|--|-------|
| Taxa de desconto (nominal) ao ano | 9,22% | 9,63% |
| Taxa de retorno (nominal) de ativos | 9,22% | 9,63% |
| Crescimento salarial | "2019: 7,28% A partir de 2020: 6,84%" | 6,59% |
| Inflação | 4,01% | 3,96% |
| Taxa de reajuste de benefício do plano | 4,01% | 3,96% |
| Fator capacidade | 100% | 100% |

Hipóteses financeiras Plano de Saúde AMS

| | 2018 | 2017 |
|--|---|--|
| Taxa de desconto (nominal) atuarial | 9,15% | 9,59% |
| Inflação | 4,01% | 3,96% |
| Taxa de reajuste de benefício do plano - Terrestre | 1,73% | 4,19% |
| Taxa de reajuste de benefício do plano - Marítimo | 1,73% | 4,56% |
| Taxa de crescimento dos custos médicos | Tabela "Crescimento dos Custos Médicos de 2018" "2019: 7,28% A partir de 2020: 6,84%" | Tabela "Crescimento dos Custos Médicos de 2017" 6,59% |
| Taxa nominal de crescimento salarial | | 6,59% |

Hipóteses biométricas - Petros 2

| | 2018 | 2017 |
|---|--|--|
| Tábua de Mortalidade | AT -2000 feminina suavizada em 10% | AT -2000 feminina suavizada em 10% |
| Tábua de Mortalidade de inválidos | Grupo Americana desagravada em 40% | Grupo Americana desagravada em 40% |
| Tábua de entrada de invalidez | 40% | Nula |
| Rotatividade | Nula | Nula |
| Composição familiar - ativos e assistidos | 85% dos participantes casados com cônjuge 4 anos mais nova, considerando o titular masculino | 85% dos participantes casados com cônjuge 4 anos mais nova, considerando o titular masculino |
| Entrada em aposentadoria | 100% na 1ª elegibilidade | 100% na 1ª elegibilidade |

Hipóteses biométricas e demográficas - Plano de Saúde - AMS

| | 2018 | 2017 |
|-----------------------------------|--|---|
| Tabua de Mortalidade | EX_PETROS 2013 | EX_PETROS 2013 |
| Tabua de Mortalidade de inválidos | AT-49 Masculina | AT-49 Masculina |
| Tábua de entrada de invalidez | Grupo Americana | Grupo Americana |
| Rotatividade | Tabela Rotatividade Transpetro 2018 | Tabela Rotatividade Transpetro 2017 |
| Composição familiar - ativos | 78% dos participantes do sexo masculino e 73% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 6 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge do sexo masculino 2 anos mais novo e 1,62 filhos do sexo feminino na idade de 25 anos na data do início do benefício. | 77% dos participantes do sexo masculino e 39% do sexo feminino, foram considerados casados. Para titular do sexo masculino, cônjuges do sexo feminino 6 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, cônjuge da mesma idade do titular e 1,62 filhos do sexo feminino na idade de 25 anos na data do início do benefício. |
| Composição familiar - assistidos | Família informada no cadastro Masculino: 56 anos Feminino: 55 anos | Família informada no cadastro Masculino: 57 anos Feminino: 56 anos |

16.1.7 Análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir, a análise de sensibilidade dos benefícios pós- emprego:

| | 2018 | | 2017 | |
|---|-----------|------------|-----------|------------|
| | Cenário I | Cenário II | Cenário I | Cenário II |
| Aumento de 1% na taxa de desconto | | | | |
| Redução de 1% na taxa de desconto | | | | |
| Aumento de 1% nos custos médicos Hospitalares | | | | |
| Redução de 1% nos custos médicos Hospitalares | | | | |

Plano Petros 2

| | | | | |
|--|----------|---------|---|---|
| Aumento/(redução) no custo do serviço | (7.348) | 10.354 | - | - |
| Aumento/(redução) no custo dos juros | (6.237) | 7.488 | - | - |
| Aumento/(redução) no valor presente das obrigações | (87.540) | 124.053 | - | - |

Plano de Saúde - AMS

| | | | | |
|--|-----------|---------|---------|----------|
| Aumento/(redução) no custo do serviço | (18.269) | 24.311 | 27.788 | (11.182) |
| Aumento/(redução) no custo dos juros | (7.260) | 8.457 | 19.786 | (7.973) |
| Aumento/(redução) no valor presente das obrigações | (147.985) | 198.940 | 216.044 | (87.055) |

16.1.8 Perfil de vencimento das obrigações

Análise dos vencimentos esperados de benefícios de planos de pensão e planos de saúde pós emprego:

| | Menos de 1 ano | | Entre 1-2 anos | | Entre 2-3 anos | | Entre 3-4 anos | | Mais de 4 anos | |
|---------------------------------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|---------|----------------|--|----------------|--|
| | | | | | | | | | | |
| Benefícios de plano de pensão | 4.227 | 4.175 | 4.171 | 4.160 | 4.160 | 256.366 | | | | |
| Benefícios de saúde pós-emprego | 3.246 | 3.914 | 4.758 | 5.593 | 761.446 | | | | | |

16.2 Participação nos lucros e resultados

A participação dos empregados nos lucros e resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - (Sest), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e pelo Ministério de Minas e Energia, estando relacionada ao lucro consolidado atribuível aos acionistas da Petrobras.

O montante provisionado relativo à PLR para o exercício de 2018 foi de R\$ 110.597, sendo concedido, à título de adiantamento, o montante de R\$ 22.599.

16.3 Novo Plano de Carreiras e Remuneração (PCR)

Em 01 de outubro de 2018, a Companhia apresentou aos seus empregados o Plano de Carreiras e Remuneração (PCR), uma modernização no modelo de carreira e remuneração com objetivo de ajustar as novas iniciativas de gestão de pessoas às necessidades de negócio atuais e futuras da Companhia, além de atender às demandas dos próprios empregados por reconhecimento e modelos de trabalho mais inovadores.

O novo plano aprimora a gestão de pessoas da Companhia, com uma série de critérios que permite maior valorização e reconhecimento das competências e desempenhos, ampla mobilidade e desenvolvimento profissional dos seus empregados.

O programa também resulta em um maior alinhamento com práticas sugeridas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), cuja adesão ao PCR foi realizada pelos empregados, de forma voluntária, no período de 1 de outubro a 14 de novembro de 2018, exceto em casos específicos.

A Companhia concedeu um abono aos empregados que aderiram ao PCR com o intuito de obter o maior número de adesões ao novo plano. Estima-se que o custo do incentivo seja compensado num médio prazo por meio da aplicação das melhores práticas de reconhecimento e recompensa.

Neste processo a Companhia desembolsou R\$ 61.418, registrado em outras despesas operacionais, referentes aos 3.068 empregados que aderiram ao programa até o dia 14 de novembro de 2018.

17. Arrendamento mercantil

17.1 Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, imóveis, navios e instalações de dutos e terminais. A Companhia possui compromissos contratuais com sua controladora, referentes ao arrendamento de dutos e terminais, com período de vigência até 2072.

| | Controladora | Consolidado |
|---------------------------|--------------|-------------|
| 2019 | 828.121 | 1.376.954 |
| 2020 | 824.786 | 1.298.927 |
| 2021 | 672.701 | 1.105.831 |
| 2022 | 267.393 | 680.560 |
| 2023 | 256.515 | 600.455 |
| 2024 em diante | 12.480.691 | 13.305.745 |
| Em 31 de dezembro de 2018 | 15.330.207 | 18.368.472 |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 16.138.923 | 19.736.762 |

No exercício de 2018, a Companhia reconheceu despesas com arrendamento mercantil operacional no montante de R\$ 806.360 na Controladora e R\$ 1.366.210 no Consolidado.

A partir de 1º de janeiro de 2019 as operações de arrendamento mercantil operacional terão como base normativa o IFRS 16, conforme nota explicativa 5.1.1.

17.2 Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil operacional

A atual frota da Transpetro e de sua controlada TIBV é disponibilizada às operações da Petrobras por meio de contratos de afretamento marítimo do tipo Time Charter Party (TCP). Os recebimentos futuros, conforme contratos apurados, com base em 31 de dezembro de 2018, estão estimados da seguinte forma:

| | Controladora | Consolidado |
|----------------|--------------|-------------|
| 2019 | 1.416.520 | 2.325.458 |
| 2020 | 1.348.363 | 2.119.623 |
| 2021 | 1.256.666 | 1.971.794 |
| 2022 | 1.196.002 | 1.874.892 |
| 2023 em diante | 1.201.258 | 3.065.644 |

| | | |
|---------------------------|-----------|------------|
| Em 31 de dezembro de 2018 | 6.418.809 | 11.357.411 |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 7.472.885 | 13.371.792 |

18. Patrimônio líquido (Controladora)

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, está representado por 3.403.344.030 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, todas escriturais, com direito de voto.

(b) Reservas

(b.1) Reservas de lucro

• Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de prejuízos acumulados será obrigatoriamente absorvido pela reserva legal, no montante de R\$ 420.727.

• Reserva de incentivos fiscais (Alteração Lei nº 11.638/07 - Deliberação CVM 555/08)

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital.

A parcela do resultado referente à subvenção de investimentos no âmbito das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM) não foi destinada para reserva de incentivos fiscais em função da ausência de lucro no exercício. Entretanto, a constituição de reserva de incentivo com esta parcela ocorrerá em períodos subsequentes, conforme previsto na Lei 12.973/14, em seu capítulo I.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de prejuízos acumulados será absorvido pela reserva de incentivos fiscais no montante de R\$ 87.653, proveniente do resultado acumulado de subvenções de investimentos geradas nos resultados de 2013 a 2017.

(b.2) Reservas de capital

• Reserva de incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda dos anos de 1999 e 2000.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de prejuízos acumulados será absorvido pela reserva de capital - incentivos fiscais, no montante de R\$ 5.792.

(c) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Estatuto assegura aos acionistas um dividendo e/ou juros sobre capital próprio mínimo de 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A distribuição de dividendos relativa ao exercício de 2017, aprovada pelo acionista na reunião do Conselho de Administração de 24/04/2018 foi de R\$ 110.708, sendo R\$ 27.677 a título de dividendos relativos aos 25% mínimo obrigatório e R\$ 83.031 como dividendos adicionais, sendo estes quitados em 15/05/2018.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, considerando a inexistência de lucro, não foi proposto pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio pelo Conselho de Administração.

19. Resultado por ação

| | 2018 | 2017 |
|--|-----------|-----------|
| Lucro (prejuízo) atribuível ao acionista controlador | (809.222) | 121.227 |
| Quantidade de ações | 3.403.344 | 3.403.344 |

| | 2018 | 2017 |
|--|--------|------|
| Lucro (prejuízo) por ação básico e diluído ponderado pela quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas em cada período | (0,24) | 0,04 |

A Companhia não emitiu ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

20. Análise de avaliação patrimonial

(a) Ajuste acumulado de conversão

Diferenças de conversão para real das demonstrações financeiras de controlada com moeda funcional diferente da controladora.

| | 2018 | 2017 |
|---------------------------------|---------|--------|
| Ajustes acumulados de conversão | 176.274 | 17.504 |
| Total | 176.274 | 17.504 |

(b) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao reconhecimento do valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

Os valores registrados em 2018 e 2017, seguem demonstrados:

| | 2018 | 2017 |
|---|-----------------|----------------|
| Remensuração das obrigações de benefícios de planos de pensão (-) Efeitos tributários | (35.290) | (18.647) |
| | 11.998 | 6.340 |
| | (23.292) | (12.307) |
| Remensuração das obrigações de benefícios de saúde pós-emprego | (25.610) | 145.938 |
| Total | (48.902) | 133.631 |

21. Receita

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida, segue demonstrada:

| | Controladora | | Consolidado | |
|---------------------------------------|--------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Receita de serviços prestados | 7.878.972 | 7.513.403 | 8.839.276 | 8.591.973 |
| Encargos sobre serviços | (1.198.784) | (1.127.500) | (1.198.784) | (1.127.500) |
| Receita líquida de serviços prestados | 6.680.188 | 6.385.903 | 7.640.492 | 7.464.473 |

21.1 Desagregação da receita

| | 2018 | 2017 |
|----------------------------------|------------------|------------------|
| Terminais Aquaviários | 2.446.795 | 2.330.629 |
| Terminais Terrestres e Oleodutos | 2.362.949 | 2.352.094 |
| Gasodutos | 702.681 | 658.852 |
| Transporte Rodoviário | 99.449 | 101.839 |
| Transporte Marítimo - Transpetro | 1.068.314 | 942.489 |
| Transporte Marítimo - TIBV | 960.304 | 1.078.570 |
| | 7.640.492 | 7.464.473 |

22. Custos e despesas por natureza

| | Controladora | Consolidado |
|--|--------------|-------------|
| | 2018 | 2017 |
| Gastos com pessoal | 2.153.337 | 2.091.892 |
| Gastos com materiais | 225.218 | 202.485 |
| Gastos com serviços | 1.395.894 | 1.474.643 |
| Energia elétrica | 301.719 | 264.176 |
| Depreciação e amortização (i) | 466.560 | 536.791 |
| Arrendamento Dutos e Terminais, Embarc-Terceiros | 806.360 | 775.054 |
| Perda no valor recuperável de ativos - Impairment | 1.630.011 | 383.232 |
| Outras despesas e receitas operacionais, líquidas (ii) | 186.723 | 99.309 |
| Outros gastos | 227.171 | 51.426 |
| Total | 7.392.993 | 5.879.008 |

Na Demonstração do Resultado

| | | | | |
|---|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Custos dos serviços vendidos | 4.611.499 | 4.461.566 | 5.596.684 | 5.486.833 |
| Despesas com vendas | 35.752 | 32.674 | 35.752 | 32.674 |
| Despesas gerais e administrativas | 830.074 | 814.675 | 837.105 | 820.459 |
| Tributárias | 98.934 | 87.552 | 98.934 | 87.552 |
| Perda no valor recuperável de ativos - Impairment | 1.630.011 | 383.232 | 1.630.011 | 383.232 |
| Outras despesas e receitas operacionais, líquidas | 186.723 | 99.309 | 195.244 | 102.072 |
| Total | 7.392.993 | 5.879.008 | 8.393.730 | 6.912.822 |

(i) No consolidado, desconsiderada a amortização, a depreciação totaliza R\$ 543.872 e R\$ 643.515, respectivamente, conforme quadro do imobilizado (nota 16).

(ii) Detalhamento na nota 14.4

23. Outras despesas e receitas operacionais

Segue abaixo a composição de outras despesas operacionais:

| | Controladora |
|--|--------------|
|--|--------------|

24. Resultado financeiro líquido

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Encargos financeiros sobre financiamento (Promef) | (475.014) | (409.031) | (475.014) | (409.031) |
| Encargos - Adesão ao PERT | - | (19.530) | - | (19.530) |
| Receita com aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários | 59.791 | 99.287 | 76.227 | 99.287 |
| Rendimentos sobre depósitos judiciais | 4.035 | 24.754 | 4.035 | 24.754 |
| Encargos financeiros - Controladora | 6.715 | 59.092 | 6.715 | 59.092 |
| Outras receitas e despesas líquidas | (1.072) | (11.125) | (1.325) | (3.988) |
| Outras variações monetárias e cambiais, líquidas | (571) | 7.450 | 2.481 | 7.472 |
| Resultado financeiro líquido | (406.116) | (249.103) | (386.881) | (241.944) |
| Receitas | 75.081 | 182.712 | 91.517 | 189.995 |
| Despesas | (480.625) | (439.265) | (480.879) | (439.411) |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas | (572) | 7.450 | 2.481 | 7.472 |
| Total | (406.116) | (249.103) | (386.881) | (241.944) |

25. Promef - Programa de Modernização e Expansão da Frota

O Programa de Modernização e Expansão da Frota - Promef, aprovado pela Diretoria Executiva da nossa controladora em 19 de agosto de 2004 e parte do Plano Estratégico Petrobras 2001 - 2015, tinha, entre outros, o objetivo de atender às necessidades de navios do Sistema Petrobras e contribuir para o soergimento da indústria naval brasileira, de forma a torná-la competitiva frente aos preços e prazos praticados por estaleiros internacionais. O Promef fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, e concebeu, originalmente, a construção de 52 navios e 20 comboios hidroviários em estaleiros localizados no Brasil, com índice de nacionalização de 65% na primeira fase.

A Transpetro iniciou o ano de 2018 com contratos de financiamentos referentes a construção de 29 navios e 20 comboios no montante de R\$ 6.750.584 (valor histórico de contrato), sendo 90% financiados pelo BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica, com recursos do Fundo da Marinha Mercante - FMM, nas seguintes condições: TJLP + 2%-3% a.a. para os itens nacionais e importados.

Seguem abaixo os valores históricos dos contratos assinados de compra e venda com os estaleiros, que totalizaram os R\$ 6.750.584:

| Estaleiro | Tipo | Qtd | Total | Entregues | | Em construção | | Postergados | | Cancelados | | Bancos |
|------------------------------|----------------|-----|-----------|-----------|-----------|---------------|---------|-------------|---------|------------|---------|-----------------|
| | | | | Qtd | R\$ | Qtd | R\$ | Qtd | R\$ | Qtd | R\$ | |
| Estaleiro Atlântico Sul S.A. | Suezmax | 10 | 2.855.763 | 10 | 2.855.763 | 0 | - | 0 | - | 0 | - | BNDES |
| Estaleiro Atlântico Sul S.A. | Aframax | 5 | 1.282.577 | 3 | 779.984 | 2 | 502.593 | 0 | - | 0 | - | BNDES |
| Estaleiro Mauá Petro Um S.A. | Tanque/produto | 4 | 651.687 | 4 | 651.687 | 0 | - | 0 | - | 0 | - | BNDES |
| EISA - Estaleiro Ilha S.A. | Panamax (*) | 4 | 910.664 | 1 | 234.059 | 0 | - | 0 | - | 3 | 676.605 | BNDES |
| Estaleiro Promar S.A. | Gaseiros | 6 | 617.576 | 6 | 617.576 | 0 | - | 0 | - | 0 | - | Banco do Brasil |
| Estaleiro Rio Tietê | Comboios (**) | 20 | 432.317 | 4 | 88.484 | - | - | 16 | 343.833 | 0 | - | CEF |
| Total Geral | | 49 | 6.750.584 | 28 | 5.227.553 | 2 | 502.593 | 16 | 343.833 | 3 | 676.605 | |

(*) Contratos de construção de três Navios Panamax junto ao estaleiro EISA, que foram rescindidos em 2015 e hibernados em janeiro de 2018. Em abril de 2018, a Companhia decidiu por não retomar a construção dos três navios cancelando os projetos de construção e providenciando a quitação da dívida existente relativa aos três navios com o agente financeiro (adicionalmente, vide notas 11.2 e 14.4).

(**) Contratos suspensos judicialmente com o Estaleiro Rio Tietê, com os valores referentes aos adiantamentos reclassificados para o ativo não circulante.

As parcelas de longo prazo referentes aos contratos de financiamentos, com base nas regras definidas nos mesmos, têm os seguintes vencimentos:

| | 2018 | 2017 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| 2019 | - | 288.858 |
| 2020 | 290.611 | 298.950 |
| 2021 | 339.042 | 314.056 |
| 2022 | 344.989 | 314.518 |
| 2023 em diante | 4.685.193 | 4.089.312 |
| Total dos financiamentos | 5.659.835 | 5.305.694 |

Os montantes totais gastos (incluindo a atualização dos juros sobre o financiamento), para a construção dos navios até o quarto trimestre de 2018 foram:

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Valores Disponibilizados de Recursos | | |
| Financiamentos (Captação) | 6.373.268 | 5.619.420 |
| Juros Capitalizados | 558.721 | 520.927 |
| Juros a Resultado | 1.649.429 | 1.174.415 |
| Amortizações efetuadas | (2.617.908) | (1.730.037) |
| Recursos Próprios / Outros | 1.928.279 | 1.575.337 |
| Total Recursos Próprios | 7.891.789 | 7.160.062 |
| Estaleiros através de recursos próprios | 61.181 | 147.626 |
| BNDES - financiamentos estaleiros | 249.311 | 732.061 |
| Total Estaleiros(i) | 310.492 | 879.687 |

(i) Recursos utilizados pelos estaleiros que serão repassados para a Transpetro por ocasião da entrega dos navios.

Seguem as movimentações dos financiamentos durante os exercícios de 2017 e 2018:

| Banco | Saldo dez/17 | Transferências (+/-) | Captações (+) | Amortizações (-) | Juros capitalizados (+) | Juros a resultado (+) | Assunção de dívida | Saldo dez/18 |
|----------------------|--------------|----------------------|---------------|------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|--------------|
| BNDES - CP | 235.238 | 840.316 | - | (825.584) | - | - | - | 249.970 |
| BNDES - LP | 4.475.301 | (840.316) | 228.049 | - | 33.697 | 400.440 | 442.556 | 4.739.727 |
| Banco do Brasil - CP | 43.231 | 70.141 | - | (61.263) | - | - | - | 52.109 |
| Banco do Brasil - LP | 753.724 | (70.141) | 15.568 | - | 4.098 | 68.364 | 67.674 | 839.287 |
| CEF - CP | 560 | 2.059 | - | (1.024) | - | - | - | 1.595 |
| CEF - LP | 76.671 | (2.059) | - | - | - | 6.210 | - | 80.822 |
| Total | 5.584.725 | - | 243.617 | (887.871) | 37.795 | 475.014 | 510.230 | 5.963.510 |

| Banco | Saldo dez/16 | Transferências (+/-) | Captações (+) | Amortizações (-) | Juros capitalizados (+) | Juros a resultado (+) | Assunção de dívida | Saldo dez/17 |
|----------------------|--------------|----------------------|---------------|------------------|-------------------------|-----------------------|--------------------|--------------|
| BNDES - CP | 186.515 | 530.012 | - | (481.289) | - | - | - | 235.238 |
| BNDES - LP | 3.838.113 | (530.012) | 400.777 | - | 68.449 | 342.171 | 355.803 | 4.475.301 |
| Banco do Brasil - CP | 19.662 | 52.713 | - | (29.144) | - | - | - | 43.231 |
| Banco do Brasil - LP | 674.065 | (52.713) | 7.240 | - | 7.723 | 60.118 | 57.291 | 753.724 |
| CEF - CP | - | 560 | - | - | - | - | - | 560 |
| CEF - LP | 70.489 | (560) | - | - | - | 6.742 | - | 76.671 |
| Total | 4.788.844 | - | 408.017 | (510.433) | 76.172 | 409.031 | 413.094 | 5.584.725 |

No exercício de 2018, os respectivos ativos do PROMEF, geraram receita líquida de R\$ 694.691 com custos operacionais de R\$ 509.269 e R\$ 475.014 referentes aos juros da dívida.

26. Seguros

A frota de navios da Companhia, própria e afretada, possui seguro contra termos de danos materiais (cascos e máquinas) e de responsabilidade civil. Os terminais, arrendados da Controladora, estão segurados por apólices contratadas pela Petrobras. Os valores vigentes em 31 de dezembro de 2018 para a frota de navios são os seguintes, em milhares de dólares norte-americanos:

| | Valor em risco | Limite máximo de indenização |
|---|----------------|------------------------------|
| Danos materiais | 3.019.304 | 3.019.304 |
| Responsabilidade civil - Por evento (*) | 7.750.000 | 7.750.000 |

(*) Exceção de poluição por óleo com LMI: USD 1 bilhão

26.1 Garantias

A Companhia detém as seguintes cartas fiança em 31 de dezembro de 2018:

| | Banco emissor | Valor garantido |
|---|----------------------|-----------------|
| Execução Fiscal da Comarca de São Sebastião | Banco do Brasil S.A. | 729.404 |
| Execução Fiscal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro | Banco BBM S.A. | 6.310 |

No que tange o seguro garantia judicial, a Companhia mantém em vigor, em 31 de dezembro de 2018, o montante segurado de R\$ 379.518 com o intuito de garantir demandas judiciais e administrativas, conforme abaixo:

| NATUREZA DA AÇÃO | AUSTRAL Seguradora | BTG PACTUAL Seguradora S/A | "FAIRFAX Brasil Seguros Corporativos S/A" | FATOR Seguradora S/A | MAPFRE Serviços Gerais S/A | POTTENCIAL Seguradora | "ZURICH Minas Brasil Seguros" | TOTAL GERAL |
|---------------------------|--------------------|----------------------------|---|----------------------|----------------------------|-----------------------|-------------------------------|-------------|
| Ação Anulatória | - | 10.028 | - | - | - | - | - | 10.028 |
| Ação Cautelar | - | 6.197 | - | - | - | - | - | 6.197 |
| Ação Civil | - | - | 25.283 | - | - | - | - | 25.283 |
| Ação de Tutela Antecipada | 26.654 | - | - | - | - | - | - | 26.654 |
| Auto de Infração | - | 15.142 | - | - | - | - | - | 15.142 |
| Execução Fiscal | - | 28.250 | - | - | 172.469 | 5.925 | 9.413 | 216.057 |
| Reclamação Trabalhista | - | 12.892 | - | 1.180 | 545 | 64.433 | 1.107 | 80.157 |
| | 26.654 | 72.509 | 25.283 | 1.180 | 173.014 | 70.358 | 10.520 | 379.518 |

Informamos que vinte e quatro navios do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) foram dados a título de garantia da dívida da Companhia perante as instituições financeiras.

| | 2018 | | 2017 | |
|------------------------------|------|-----------|------|-----------|
| | Qtd | R\$ | Qtd | R\$ |
| Estaleiro Atlântico Sul S.A. | 10 | 2.855.763 | 10 | 2.855.763 |
| Estaleiro Atlântico Sul S.A. | 5 | 1.282.577 | 3 | 779.984 |
| Estaleiro Mauá Petro Um S.A. | 4 | 651.687 | 4 | 651.687 |
| EISA - Estaleiro Ilha S.A. | 4 | 910.664 | 1 | 234.059 |
| Estaleiro Promar S.A. | 6 | 617.576 | 6 | 617.576 |
| Estaleiro Rio Tietê | 20 | 432.317 | 4 | 88.484 |
| Total Geral | 49 | 6.750.584 | 28 | 5.227.553 |

27. Gerenciamento de riscos

A Transpetro está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, tais como o risco de mercado (incluindo risco de valor justo, risco de taxa de juros e de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. Demonstramos a seguir breve esclarecimento sobre a estrutura do gerenciamento de risco e informações sobre a exposição da Companhia.

A Transpetro utiliza a Política e Diretrizes de Controles Internos da Petrobras, que tem por objetivo estabelecer os princípios que nortearão as Empresas do Sistema na gestão dos seus controles internos, de forma a exercê-la com excelência e contribuindo com a redução de custos e a mitigação de riscos empresariais relevantes, garantindo a integridade dos dados utilizados na tomada de decisões de negócios, assegurando a confiabilidade dos relatórios financeiros, em atendimento aos requisitos legais e regulamentos aplicáveis, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a legislação vigente. Mantendo compromisso com a manutenção de elevados níveis de governança corporativa a Transpetro se preocupa com a transparência, a credibilidade, a sinergia e a integração de seu sistema de controles internos para o atendimento de requisitos estratégicos, financeiros, regulatórios e legais, inclusive aqueles exigidos pela Lei Sarbanes-Oxley (SOx) ao Sistema Petrobras, visando, entre outros aspectos, garantir o adequado registro de ativos e obrigações, a salvaguarda de ativos e a segregação das operações.

27.1 Risco de crédito

Conforme descrito no contexto operacional da Companhia, parte substancial das operações são efetuadas com a Controladora ou com empresas do Sistema Petrobras. A Administração entende não haver exposição ao risco de créditos decorrentes dessas operações.

27.1.1 Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2018 as dívidas mantidas pela Companhia estão sujeitas, principalmente, à flutuação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil.

O risco ao qual a Companhia está exposta é em função de sua dívida de longo prazo e, em menor escala, de curto prazo. Considerando um possível aumento da TJLP, as despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos aumentariam e, consequentemente, seria observado o impacto negativo nos resultados operacionais e na posição financeira da Companhia. A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo do financiamento junto ao BNDES, Banco do Brasil S.A e Caixa Econômica Federal, atualizado pela TJLP que fechou o ano de 2018 em 6,98%. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2018, os cenários possível e remoto consideram um aumento nas taxas de 25% e 50%, o que geraria um impacto negativo de aproximadamente R\$ 104.063 e R\$ 208.126 (R\$ 97.733 e R\$ 195.465 em 2017), respectivamente.

27.1.2 Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente através de sua subsidiária TIBV e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, pois além das receitas decorrentes das taxas de afretamento, a maioria dos custos operacionais também são realizados em dólar reduzindo os efeitos de variação cambial. Adicionalmente a Transpetro possui 98% das operações com a Controladora ou com empresas da Petrobras.

27.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas e é gerenciado pela Companhia por meio de ações como: otimização das disponibilidades e redução da necessidade de capital de giro; manutenção de um caixa robusto que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto prazo; e financiamentos de instituições financeiras do governo federal. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais.

O fluxo nominal (não descontado) de principal e juros dos financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

| Vencimento | 2019 | 2020-2022 | 2023 em diante | 31.12.2018 (*) | 31.12.2017 |
|------------|---------|-----------|----------------|----------------|------------|
| Principal | 281.407 | 979.328 | 4.682.979 | 5.943.714 | 5.712.737 |
| Juros | 426.471 | 1.364.000 | 3.135.817 | 4.926.288 | 4.713.871 |
| Total | 707.878 | 2.343.328 | 7.818.796 | 10.870.002 | 10.426.608 |

(*) Representa a soma dos valores nominais e inclui vencimentos contratuais remanescentes (2019 - 2023 em diante)

27.1.4 Derivações clandestinas

Um dos principais riscos enfrentados pela Companhia em 2018 deve-se ao aumento das intervenções intencionais de terceiros para furto de petróleo e derivados em nossos dutos, as denominadas derivações clandestinas. Essas ações criminosas colocam em risco a segurança das pessoas, do meio ambiente e das instalações sob nossa responsabilidade. Em 2018 ocorreram 261 casos de furto ou tentativa de furto em nossos dutos em todo o país, sendo 151 (57%) dos casos no Estado de São Paulo e 69 (26%) no Estado do Rio de Janeiro. Em comparação à 2017, com 227 ocorrências, houve um crescimento de 15%.

A Companhia vem trabalhando de forma integrada com a Petrobras, colaborando com as investigações das autoridades de segurança pública e investindo constantemente no desenvolvimento de tecnologias de monitoramento.

Nas operações de combate, foram reforçadas as inspeções terrestres e aéreas nas faixas de dutos com o objetivo de localizar tentativas de derivações clandestinas, com base nas diversas técnicas disponíveis. Foram intensificadas as ações de vigilância na faixa de dutos com a finalidade de coibir as tentativas de furto.

Em 2018, a Companhia celebrou ainda, acordo de cooperação com o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro (MPERJ) e fortaleceu a integração com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Balanco Social (Não auditado)

| | 2018 | 2017 | | | | |
|---|----------------|--------------------|-------------------|----------------|--------------------|-------------------|
| 1. BASE DE CÁLCULO | | | | | | |
| Receita Líquida (RL) | 7.640.492 | 7.464.473 | | | | |
| Resultado Operacional (RO) | (1.027.195) | 337.399 | | | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 2.247.341 | 2.197.561 | | | | |
| 2. INDICADORES SOCIAIS INTERNOS | | | | | | |
| | 2018 | % sobre FPB | % sobre RL | 2017 | % sobre FPB | % sobre RL |
| Alimentação | 48.110 | 2,14% | 0,63% | 51.415 | 2,34% | 0,69% |
| Encargos sociais compulsórios | 350.563 | 15,60% | 4,59% | 340.541 | 15,50% | 4,56% |
| Previdência privada | 64.438 | 2,87% | 0,84% | 61.986 | 2,82% | 0,83% |
| Saúde | 58.093 | 2,58% | 0,76% | 19.495 | 0,89% | 0,26% |
| Segurança e medicina no trabalho | 100.979 | 4,49% | 1,32% | 76.451 | 3,48% | 1,02% |
| Educação | 28.616 | 1,27% | 0,37% | 27.260 | 1,24% | 0,37% |
| Cultura | 1.954 | 0,09% | 0,03% | 1.183 | 0,05% | 0,02% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 6.590 | 0,29% | 0,09% | 4.527 | 0,21% | 0,06% |
| Creche/Auxílio creche | 5.565 | 0,25% | 0,07% | 1.773 | 0,08% | 0,02% |
| Participação nos resultados | 112.925 | 5,02% | 1,48% | 27.691 | 1,26% | 0,37% |
| Total - Indicadores sociais internos | 777.833 | 34,61% | 10,18% | 612.322 | 27,86% | 8,20% |
| 3. INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS | | | | | | |
| Educação | 844 | 0,04% | 0,01% | 1.058 | 0,05% | 0,01% |
| Cultura | 430 | 0,02% | 0,01% | 539 | 0,02% | 0,01% |
| Esporte | 136 | 0,01% | 0,00% | 171 | 0,01% | 0,00% |
| Combate à fome e segurança alimentar | 20 | 0,00% | 0,00% | 25 | 0,00% | 0,00% |
| Outros | | | | | | |

| | | |
|---|-------------|-------------|
| Número de mulheres que trabalham na Companhia | 847 | 785 |
| Percentual de cargos de chefia ocupado por mulheres | 10,60% | 9,06% |
| Número de negros que trabalham na Companhia | 2.508 | 2.226 |
| Percentual de cargos de chefia ocupados por negros | 23,80% | 22,46% |
| Número de empregados com deficiência | 105 | 25 |
| 6. INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL | 2018 | 2017 |

| | | |
|--|---|---|
| Número total de acidentes de trabalho | 33 | 42 |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | () direção “(X) direção e gerências” () todos os empregados | () direção “(X) direção e gerências” () todos os empregados |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | “() direção e gerências” () todos os empregados (x) todos + CIPA | “() direção e gerências” () todos os empregados (X) todos + CIPA |
| “Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:” | () Não se envolve () Segue as normas da OIT (x) Incentiva e segue a OIT | () Não se envolverá () Seguirá as normas da OIT (X) Incentivará e segue a OIT |
| A previdência complementar contempla: | () direção “() direção e gerências” (x) todos os empregados | () direção “() direção e gerências” (X) todos os empregados |
| A participação dos lucros e resultados contempla: | () direção “() direção e gerências” (x) todos os empregados | () direção “() direção e gerências” (X) todos os empregados |
| “Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:” | () Não são considerados () São sugeridos (x) São exigidos | () Não são considerados () São sugeridos (x) São exigidos |
| Quanto a participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa | () Não se envolve () Apoia (X) Organiza e incentiva | () Não se envolve () Apoia (X) Organiza e incentiva |
| Valor adicionado a distribuir | 4.536.275 | 5.691.140 |
| Distribuição do valor adicionado (DVA) | governo 23% colaboradores 50% acionistas 0% terceiros 45% retidos -18% | governo 26% colaboradores 38% acionistas 0% terceiros 34% retidos 2% |

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

| | |
|--|---|
| Conselho de Administração Marco Antônio Mayer Foletto Presidente Interino | Hugo Repsold Junior Conselheiro Fabiana Graças Silva Dos Anjos Conselheira Guilherme José Macedo Pinheiro de Lima Conselheiro |
| Edson Leonardo Dalésio Sá Teles Conselheiro Rawflin Praia Bezerra Conselheiro Alfredo Rival Blanco Conselheiro | |

| | |
|---|--|
| Diretoria Executiva Antonio Rubens Silva Silvano Presidente | Rogério Fernandes Figueiró Diretor De Transporte Marítimo Gilberto Moura Da Silva Diretor de Serviços Maurício Sergio Alves Marques Gerente de Contabilidade Contador CRC-RJ-068407/O |
| Paulo Penchiná Cortines Pereira Diretor de Dutos e Terminais Arthur Henrique de Aguiar Caçado Azevedo Diretor Financeiro Roberto David Mendes Da Silva Gerente Executivo de Controladoria | |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas
Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia referente a receita de serviços é realizada com seu acionista controlador Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras – e outras empresas do Sistema Petrobras, conforme divulgado nas notas explicativas nº 1 e 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas às demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como neces-

sários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Anderson C. V. Dutra
Contador CRC RJ-093231/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL - 01/2019

O Conselho Fiscal da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual Integrado de 2018, as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e o Plano de Investimento de 2019 e sua Nota Complementar contendo previsões sobre as fontes de financiamento.
Não há proposta de destinação de resultado do exercício de 2018, frente ao prejuízo de R\$ 809.222 mil, o qual após deduzido das reservas legais existentes totalizam o prejuízo acumulado de R\$ 324.603 mil.
Desta forma, com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 25 de fevereiro de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, este Colegiado opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, com previsão de realização em 24 de abril de 2019.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019.
Jeferson Gustavo Salerno
Presidente
Eduardo Damazio da Silva Rezende
Conselheiro
Gildenora Batista Dantas Milhomem
Conselheira

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO (CAE)

Aos Conselheiros de Administração da Petrobras Transporte S.A.

1 – SOBRE O COMITÊ
O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) da Petrobras Transporte S.A. (“Transpetro”) é um órgão estatutário de caráter permanente, instaurado em 13 de novembro de 2018, e vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Companhia. Seu funcionamento se dá de acordo com o Regimento Interno, aprovado pelo Conselho, e está sujeito às regras previstas na legislação - especialmente pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 8.945/16, de 27 de dezembro de 2016. Consoante seu Regimento Interno, o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) os cálculos e resultados atuariais dos planos de previdência e benefícios pós-emprego patrocinados pela Companhia; e (v) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

No cumprimento de suas atribuições, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Transpetro sejam completas e exatas ou de que estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Esta é uma responsabilidade da administração e dos auditores independentes.
De modo semelhante, no exercício de suas atividades, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores. As avaliações feitas pelo Comitê baseiam-se sobretudo nas informações e documentos recebidos da administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, da área de Governança, Riscos e Conformidade (GRC), da Controladoria, da Ouvidoria e das demais Unidades da Companhia.

Desde a sua instalação, em 13 de novembro de 2018, o CAE é composto pelos seguintes membros: Marco Antônio Mayer Foletto (membro independente do Conselho de Administração da Transpetro e Presidente do Comitê), Edson Soares Ferreira (membro externo independente) e Gerson Luiz Gonçalves (membro externo), sendo o Conselheiro Marco Antônio Mayer Foletto designado como especialista financeiro do Comitê, nos termos previstos na legislação brasileira e no Regimento Interno do CAE. Cumpre destacar ainda que a maioria dos membros do Comitê atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 22, §1º da Lei 13.303/16.

Desde fevereiro de 2016, o Conselho de Administração dispunha de um Comitê de Auditoria de natureza não estatutária (COAUD), que exerceu regularmente suas atividades, tendo sua extinção concomitante à instauração do CAE. No período de 11/07/2018 até a instauração do CAE, consoante deliberação do Conselho de Administração da Transpetro, o CAE da Petrobras teve sua atuação estendida à Transpetro, respondendo transitóriamente pelas atribuições fixadas pelo art. 24 da Lei 13.303/16 e pelo art. 38 do Decreto 8.945/16, no âmbito desta Controlada.

O presente relatório retrata, portanto, tão somente as atividades desempenhadas pelo CAE da Transpetro, desde 13/11/2018, até a data de 25/02/2019. As atividades anteriores a esse período, desempenhadas pelo COAUD da Transpetro ou pelo CAE da Petrobras encontram-se devidamente consignadas nos relatórios emitidos por aqueles Comitês e não fazem parte do escopo deste documento.

Outrossim, insta registrar que os membros deste CAE valeram-se de informações e registros fornecidos pelo COAUD, dando continuidade ao acompanhamento de demandas ou de trabalhos iniciados por aquele Comitê.

2 – RESUMO GERAL DAS ATIVIDADES

No período deste relatório, o CAE realizou 18 reuniões, entre as quais uma reunião conjunta com o Conselho Fiscal e uma reunião conjunta com o CAE da Petrobras e o CAE de outras empresas do Conglomerado. As reuniões contemplaram um total de 72 pautas, envolvendo sobretudo as áreas de Controladoria (DFIN/GECONT), Governança, Riscos e Conformidade (PRES/GRC), Auditoria Interna (AUDIN) e Ouvidoria, conforme detalha a Figura 1 adiante.

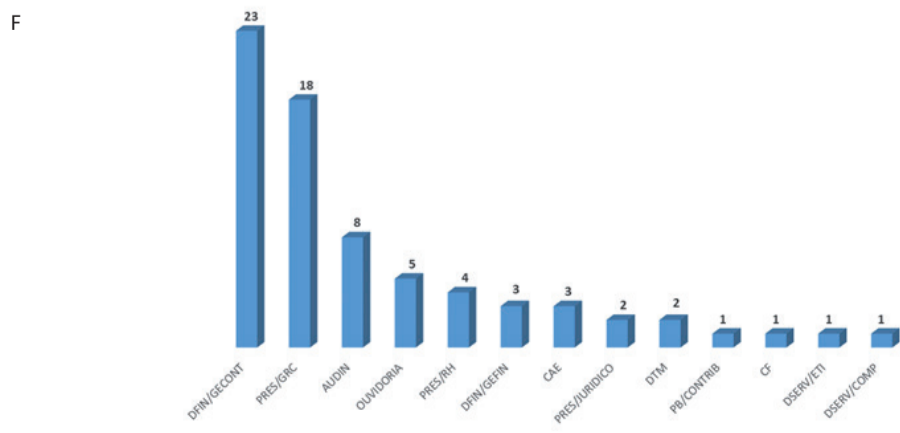


Figura 1-Distribuição das pautas do CAE por área responsável/autora¹

Figura 1-Distribuição das pautas do CAE por área responsável/autora¹

¹ As demais siglas do gráfico representam as seguintes unidades/órgãos: PRES/RH (Ger. Exec. de RH); DFIN/GEFIN (Gerência Executiva de Finanças); PRES/JURIDICO (Ger. Exec. do Jurídico); DTM (Diretoria de Transporte Marítimo); PB/CONTRIB (Ger. Exec. de Contabilidade e Tributário da Petrobras); CF (Conselho Fiscal); DSERV/ETI (Ger. Exec. de Engenharia, Tecnologia e Integridade); e DSERV/COMP (Ger.Exec. do Compartilhado)

O gráfico abaixo detalha a distribuição das 72 pautas apreciadas pelo CAE ao longo do período, por tema, conforme detalhados no item 3 deste relatório:

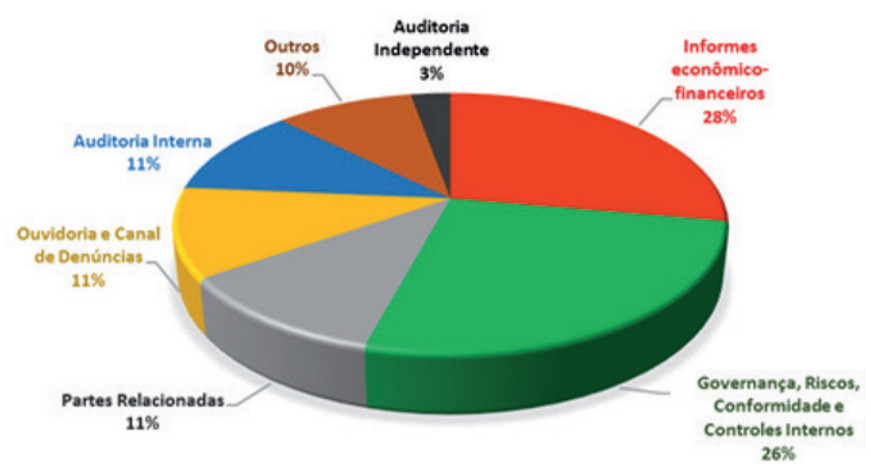


Figura 2 - Distribuição das pautas por grupo temático.

As pautas examinadas pelo CAE contemplaram demandas feitas pelo próprio Comitê visando ao exercício de suas atribuições, matérias submetidas ao Conselho de Administração que ensejaram a prévia manifestação ou conhecimento do Comitê, além de matérias sugeridas e encaminhadas por diferentes áreas da Companhia em caráter extraordinário.

Em geral, as pautas apreciadas pelo CAE foram acompanhadas de apresentações e esclarecimentos realizados pelos gerentes executivos e gestores das Unidades responsáveis. Em alguns casos, a discussão dos temas ensejou também interações do Comitê com o presidente, o diretor Financeiro e outros membros da Diretoria Executiva.

O conteúdo e as deliberações das reuniões do Comitê são registrados em atas aprovadas pelos membros do CAE participantes, as quais são oportunamente encaminhadas para o conhecimento do Conselho de Administração, arquivadas na sede da Companhia e publicadas, em forma de extrato, no site da Companhia.

Adicionalmente, os assuntos de maior relevância abordados pelo CAE foram levados ao conhecimento do Conselho de Administração, por meio de relatórios feitos pelo Presidente do Comitê durante as reuniões do Conselho sobre as atividades e manifestações do Comitê.

No exercício de suas atribuições e de acordo com a análise e discussão das matérias apreciadas, o CAE efetuou demandas dirigidas a diversas áreas da Companhia. As demandas envolveram solicitações de esclarecimentos/informações ou sugestões/recomendações para melhorias de controle ou de processo.

As demandas do CAE são registradas e comunicadas às áreas responsáveis com o apoio de um assistente designado pelo Comitê, que realiza o diligenciamento do atendimento de cada demanda conforme os prazos estabelecidos.

No período deste relatório foram registradas pelo CAE 86 demandas, das quais 97% foram atendidas no próprio período ou estavam no prazo ou em análise pelo Comitê.

Além das demandas feitas pelo CAE, o Comitê recebeu as demandas registradas pelo Coaud, anteriores a 13/11/2018, e que permaneciam aguardando atendimento, bem como aquelas de caráter recorrente, totalizando outras 65 demandas. Deste total, 89% foram concluídas ou estavam em análise ou aguardando atendimento.

As figuras 3 e 4 a seguir indicam a posição das demandas do CAE e das demandas do Coaud recebidas pelo CAE, por status e por área responsável.

Demandas CAE

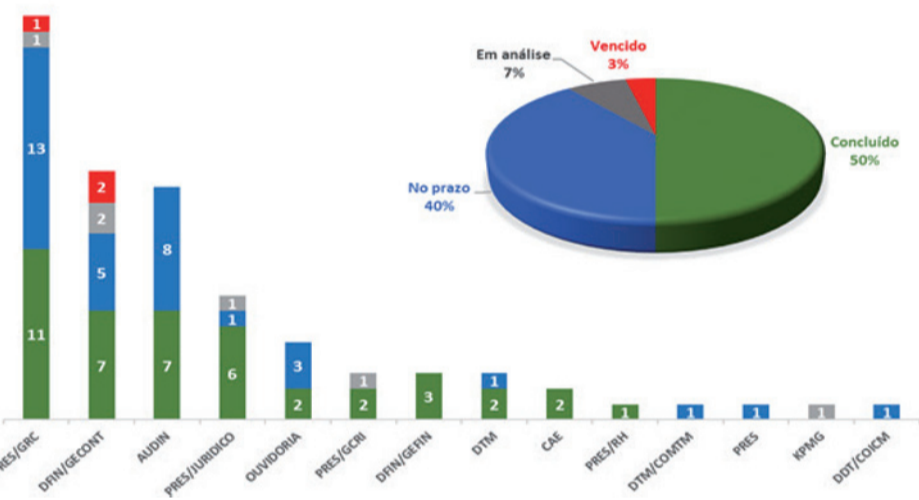


Figura 3 - Total de demandas do CAE por área responsável e por status (posição em 25/02/2019) *

* As siglas acima representam as seguintes unidades/órgãos: PRES/GCRI (Gerência Executiva do Gabinete da Presidência, Comunicação e Relações Institucionais); DTM/COMTM (Ger. Exec. de Comercialização e Novos Negócios de Transporte Marítimo); DDT/COICM (Ger. Exec. de Controle Integrado, Conformidade e Manutenção de Dutos e Terminais). Para as demais siglas, consultar a Nota 1, complementar à Figura 1.

Demandas COAUD

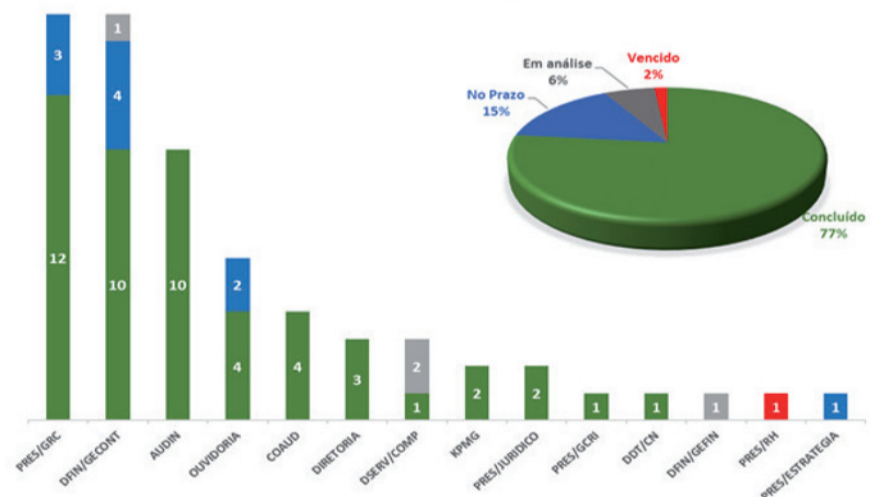


Figura 4 - Total de demandas do Coaud recebidas pelo CAE, por responsável e status (posição em 25/02/2019) *

* As siglas acima representam as seguintes unidades: DDT/COICM (Gerência Executiva de Comercialização e Novos Negócios de Dutos e Terminais); PRES/ESTRATEGIA (Ger. Exec. de Estratégia); Para as demais siglas, consultar Notas das Figuras 1 e 3.

Para o exercício de 2019, o CAE elaborou uma programação de pautas permanentes com 51 itens inicialmente previstos, contemplando temas e matérias incorporados ao calendário de reuniões para o cumprimento das suas obrigações e responsabilidades.

3 - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

3.1 - Auditoria Interna

A Auditoria Interna da Transpetro (AUDIN) está diretamente subordinada ao Conselho de Administração e é responsável por avaliar de forma ampla e independente a adequação dos controles e processos da Companhia, com foco nos principais riscos, reportando ao CAE as questões de maior relevância.

As ações de auditoria para o exercício de 2019 estão previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), avaliado pelo CAE e aprovado pelo Conselho de Administração. O Plano de 2019 abrange a realização de trabalhos em todos os segmentos de negócio da Companhia, contemplando indicações da própria unidade de Auditoria Interna, da alta administração e também do Comitê de Auditoria.

O CAE apreciou, em fevereiro de 2019, o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) de 2018, encaminhado para o Conselho de Administração e para o Controlador Geral da União (CGU).

Entre 13/11/2018 e 25/02/2019, o CAE reuniu-se em diversas ocasiões com o titular da Auditoria Interna e com representantes da Unidade, realizando o acompanhamento da execução do plano anual, das ações de auditoria - incluindo aquelas extraordinárias - bem como dos planos de ação das unidades para tratamento de pontos e recomendações decorrentes de trabalhos realizados.

A partir de janeiro de 2019, o acompanhamento das atividades da AUDIN passou a ser realizado em base mensal, por meio de reportes feitos pela Unidade ao CAE. Além disso, o Gerente Executivo de Auditoria Interna é convidado permanente em todas as reuniões do Comitê.

O CAE também tomou conhecimento da revisão da estrutura organizacional da Auditoria Interna, previamente aprovada pela Diretoria Executiva. Para o Comitê, esta estrutura parece adequada às necessidades da organização, e será objeto de contínua avaliação.

Cumprir destacar que a Auditoria Interna possui novo titular desde 01/08/2018, quando o Sr. Carlos Renato Fontes Triuciuzzi assumiu a função de Gerente Executivo da Unidade, após processo de seleção acompanhado pelo COAUD e realizado em observância aos requisitos dispostos na Portaria CGU nº 2.737/2017 e na Resolução CGPAR nº 21.

3.2 - Auditoria Independente

Desde 2017, a KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras da Companhia e emitir opinião independente em relação ao seu preparo e às práticas contábeis adotadas. Os exames da KPMG compreendem, também, a avaliação de controles internos, seja para fins da elaboração das demonstrações financeiras, seja para atender ao processo de certificação da Petrobras no âmbito da lei americana Sarbanes-Oxley (SOX).

Os auditores independentes reportaram ao Comitê, mensalmente, a evolução dos seus trabalhos e ratificaram sua independência, bem como a inexistência de qualquer restrição imposta pela administração à sua atuação.

O CAE também reuniu-se com os auditores independentes para tratar de questões associadas à preparação e à avaliação das demonstrações financeiras anuais e do relatório anual da administração e conhecer a opinião destes sobre os informes econômico-financeiros trimestrais.

Ademais, o CAE realiza o acompanhamento da avaliação contratual dos serviços prestados pela KPMG.

3.3 - Informes econômico-financeiros

O CAE reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Controladoria e Contabilidade, para apreciação dos resultados da Companhia, reportados em base mensal. Por meio desses reportes, o Comitê toma conhecimento do desempenho operacional e financeiro comparado com o Plano Anual de Negócios (PAN) e com o ano anterior.

No período deste relatório, o CAE conheceu: (i) as razões para o reconhecimento da perda por *impairment*, registrada no 4º trimestre de 2018, de R\$ 1,6 bilhão; (ii) a análise preliminar da administração sobre os impactos do IFRS 16; (iii) a situação do contencioso com enfoque nos processos com maior potencial impacto no resultado da Companhia; e (iv) o plano de ação da administração para automatização dos lançamentos contábeis.

Adicionalmente, o CAE tomou conhecimento das premissas aprovadas pela Diretoria Executiva da Transpetro para o cálculo atuarial de 2018. Em reunião conjunta com o CAE da Controladora e de outras sociedades do Sistema Petrobras, o CAE também apreciou o relatório da Fundação Petrobras de Seguridade Social, da área financeira da Controladora e das consultorias especializadas contratadas, sobre o cálculo atuarial do exercício findo em 31/12/2018.

Outro tema também apreciado pelo CAE no período foi a visão geral sobre a gestão do caixa da Companhia, apresentada pela Gerência Executiva de Finanças.

3.4 - Partes Relacionadas

De acordo com a legislação e o Regimento Interno do CAE, compete ao Comitê monitorar as transações com partes relacionadas. No período deste relatório, o monitoramento foi feito mediante: (i) a apreciação do sumário de transações com partes relacionadas referente ao 4º trimestre de 2018, abrangendo as transações acima de R\$ 50 milhões; e (ii) o acompanhamento e discussão regular com a administração sobre transações entre Petrobras e Transpetro.

O CAE também é responsável pela análise prévia sobre operações que se enquadram em determinadas hipóteses previstas na Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração. No período, o Comitê realizou a análise prévia de duas operações usuais de suplementação de financiamento, encaminhadas para o Conselho de Administração.

Além disso, o CAE discutiu com a administração o fluxo e os requisitos para a realização da análise prévia, de modo a aperfeiçoar a execução da política vigente.

3.5 - Governança, Riscos, Conformidade e Controles Internos

Desde a sua criação, em dezembro de 2015, a Gerência Executiva de Governança, Riscos e Conformidade (GRC), vinculada ao Presidente, centraliza as ações de implantação, disseminação, suporte, avaliação e aprimoramento de políticas, diretrizes, práticas e controles que assegurem o fortalecimento da governança e da gestão, bem como o tratamento dos riscos empresariais.

A administração da Transpetro é responsável pelo desenho e pela implantação de procedimentos, processos e práticas de controles internos que garantam a salvaguarda dos ativos bem como a precisão e a integridade das informações contábeis.

A avaliação sobre os procedimentos e a execução dos controles adotados pela Companhia é feita pela Auditoria Interna, cabendo à auditoria independente a avaliação de controles aderentes ao escopo de certificação da Petrobras, com ênfase nos requisitos da lei Sarbanes-Oxley (SOX).

No período, o CAE realizou o acompanhamento do processo de avaliação de controles internos da Companhia, com base em reportes mensais realizados pela Auditoria Interna, pelos auditores independentes e por gestores da área de Governança, Riscos e Conformidade (GRC) da Companhia, à qual está vinculada a Gerência de Controles Internos.

As principais atividades da GRC foram reportadas ao CAE por meio dos relatórios de atividades dos 3º e 4º trimestres de 2018. Assuntos envolvendo a Unidade de GRC responderam por 25% do total de matérias apreciadas pelo CAE, e a Unidade foi a mais demandada pelo Comitê.

Como subsidiária da Petrobras, a Transpetro é alcançada pelos compromissos firmados pela Controladora com o Departamento de Justiça Americano (DoJ), assim como pelas recomendações do Conselho de Administração da Petrobras decorrentes de investigação independente. Esse alcance gera ações destinadas ao fortalecimento do ambiente de controles, da governança, das ações de integridade e do seu programa de prevenção à corrupção. As iniciativas da Transpetro no âmbito desses assuntos serão acompanhadas pelo CAE até a sua conclusão, prevista para o curso de 2019, não tendo sido reportadas preocupações por parte da administração em relação ao seu andamento.

Foram objeto de análise do CAE o Regime Disciplinar da Companhia e o Sistema de Consequências da Alta Administração, de forma a subsidiar a deliberação do Conselho de Administração. Adicionalmente, o CAE avaliou o funcionamento do Comitê de Correição e discutiu com a administração a possibilidade de melhorias nos procedimentos a ele relacionados.

O CAE também discutiu com a GRC a forma e a objetividade dos pareceres de conformidade emitidos pela área em apoio à tomada de decisão para a celebração de atos pelos gestores e órgãos superiores. Além disso, o CAE avaliou a proposta de administração para a recondução do titular da Gerência Executiva de GRC, aprovada pelo Conselho de Administração. Em observância aos requisitos da Resolução CGPAR nº 21, que regula o tempo máximo de permanência na função, o titular foi reconduzido ao cargo com mandato até novembro de 2021.

Cabe destacar que em novembro de 2018 foram divulgados os resultados do indicador de Governança IG-Sest - ciclo 2018. Em sua primeira participação, a Transpetro recebeu o certificado Nível 1 (grau máximo).

3.6 - Canal de Denúncias, apurações e Ouvidoria

A Ouvidoria está diretamente subordinada ao Conselho de Administração, e é responsável pelo tratamento e pelo reporte de demandas envolvendo sugestões, críticas, solicitações, reclamações e denúncias dos públicos de relacionamento da Companhia. Entre as denúncias tratadas pela Ouvidoria, estão também aquelas de natureza anônima recebidas por meio do Canal Denúncias único do Sistema Petrobras.

No período de referência, a Ouvidoria reportou, por meio de relatórios e apresentações, as atividades desenvolvidas pelo órgão ao longo do ano de 2018, contemplando uma visão sobre as manifestações recebidas e tratadas no período. Além disso, o Comitê avaliou a proposta de Política da Função Ouvidoria, alinhada à política vigente na Petrobras, posteriormente aprovada pelo Conselho de Administração.

Na Transpetro, a Gerência Executiva de GRC é a responsável pelas apurações de denúncias decorrentes de relatos de fraude e corrupção, irregularidades na contratação de bens e serviços, falhas em auditoria e erros nas demonstrações contábeis. Conforme as diretrizes vigentes no Sistema Petrobras, a apuração das denúncias classificadas pela Petrobras como risco alto e muito alto está sob responsabilidade e coordenação da Controladora, ao passo que a apuração das demais denúncias, recebidas a partir de 2017, são conduzidas pela própria Transpetro. O processo de apuração, seja aquele coordenado pela Transpetro ou aquele conduzido pela Petrobras, conta com o apoio de empresas especializadas contratadas por ambas as Companhias.

O andamento das apurações realizadas em 2018 foi acompanhado pelo CAE por meio de reportes realizados pela GRC e pela área responsável por apuração de denúncias na Petrobras.

A conclusão dessas apurações, além de outras investigações internas, também foi objeto de reportes e discussões do CAE com a administração.

3.7 - Outros assuntos

Foram apresentados ao CAE outros temas relevantes, a saber:

- Status da aplicação da Lei 13.303/2016, do Decreto 8.945/2016 e das Resoluções CGPAR nº 22 e 23 à Transpetro;
- visão geral da subsidiária Transpetro International B.V. (TIBV), sediada na Holanda e vinculada ao negócio de transporte marítimo;
- assuntos afetos ao funcionamento e às atividades do Jurídico, como a forma dos pareceres emitidos pela área;
- reporte e Relatórios de Atividades do COAUD.

4 - CONCLUSÃO

Os membros do CAE, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, que manifestaram opinião sem ressalvas, e do Relatório Anual Integrado, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Considerando as análises e discussões realizadas pelo CAE no transcorrer de suas reuniões, assim como os trabalhos de supervisão e acompanhamento resumidos neste relatório, e tendo por base as informações prestadas pela administração e pelos auditores independentes, o Comitê avalia que todos os fatos relevantes que são de seu conhecimento estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2018, bem como no Relatório Anual Integrado, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração. Outrossim, o Comitê recomenda à Administração que aprimore de forma significativa os controles envolvendo transações com partes relacionadas.

Marco Antônio Mayer Foletto
Presidente do CAE
Especialista financeiro do Comitê

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2019

Edson Soares Ferreira
Membro do CAE

Gerson Luiz Gonçalves
Membro do CAE

